

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

**(2006/2007)**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

**O PAPEL DO VECTOR MILITAR NO “STATEBUILDING”  
– RECONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DO ESTADO –  
NAS SITUAÇÕES DE PÓS-CONFLITO, EM PARTICULAR NO  
CONTINENTE AFRICANO  
CONTRIBUTOS POSSÍVEIS DA EXPERIÊNCIA NACIONAL NESTE  
DOMÍNIO**

***JORGE MANUEL VIEIRA ALVES FERREIRA***

***Coronel de Infantaria***



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O PAPEL DO VECTOR MILITAR NO “STATEBUILDING”  
– RECONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DO ESTADO –  
NAS SITUAÇÕES DE PÓS-CONFLITO, EM PARTICULAR  
NO CONTINENTE AFRICANO  
CONTRIBUTOS POSSÍVEIS DA EXPERIÊNCIA NACIONAL  
NESTE DOMÍNIO**

**Jorge Manuel Vieira Alves Ferreira  
Coronel de Infantaria**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General

Instituto de Estudos Superiores Militares – 2006/2007



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O PAPEL DO VECTOR MILITAR NO “STATEBUILDING”  
– RECONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DO ESTADO –  
NAS SITUAÇÕES DE PÓS-CONFLITO, EM PARTICULAR  
NO CONTINENTE AFRICANO  
CONTRIBUTOS POSSÍVEIS DA EXPERIÊNCIA NACIONAL  
NESTE DOMÍNIO**

**Jorge Manuel Vieira Alves Ferreira  
Coronel de Infantaria**

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General

Orientador: MGen António Noé Pereira Agostinho

Instituto de Estudos Superiores Militares – 2006/2007

## ÍNDICE

### O papel do vector militar no *Statebuilding* – reconstrução das estruturas do Estado – nas situações de pós-conflito, em particular no continente africano. Contributos possíveis da experiência nacional neste domínio

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| ÍNDICE .....                                                              | i   |
| Resumo .....                                                              | v   |
| Abstract .....                                                            | vi  |
| Palavras-chave .....                                                      | vii |
| Lista de Abreviaturas .....                                               | vii |
| 1. Introdução .....                                                       | 1   |
| 2. O <i>Statebuilding</i> .....                                           | 2   |
| a. Os Conflitos, os Estados, a Paz e a Segurança .....                    | 2   |
| b. A importância do vector militar .....                                  | 4   |
| c. Conceitos do <i>Statebuilding</i> pós-conflito .....                   | 6   |
| d. Os modelos da reconstrução .....                                       | 11  |
| e. Em resumo .....                                                        | 13  |
| 3. A situação em África .....                                             | 13  |
| a. Os esforços regionais .....                                            | 14  |
| b. Os esforços internacionais .....                                       | 17  |
| (1) Iniciativas da comunidade anglo-saxónica .....                        | 18  |
| (2) Iniciativas da União Europeia (UE) .....                              | 20  |
| (3) Iniciativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) ..... | 22  |
| (4) Iniciativas da França (RECAMP) .....                                  | 23  |
| c. Em resumo .....                                                        | 25  |
| 4. Os interesses e o papel de Portugal .....                              | 26  |
| a. A afirmação dos interesses .....                                       | 26  |
| b. A responsabilidade colectiva .....                                     | 28  |
| c. Portugal em África .....                                               | 28  |
| (1) Acção política portuguesa – cooperação e desenvolvimento .....        | 30  |
| (2) O Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) .....         | 34  |
| (3) Portugal nas organizações internacionais (EU e OSCE) .....            | 34  |
| d. Em resumo .....                                                        | 36  |
| 5. Conclusões .....                                                       | 36  |

|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| a. Afirmação.....                                                                                                  | 37 |
| b. Cooperação.....                                                                                                 | 38 |
| c. Prioritização .....                                                                                             | 39 |
| BIBLIOGRAFIA .....                                                                                                 | 41 |
| CORPO DE CONCEITOS .....                                                                                           | 48 |
| APÊNDICE A – Questões Metodológicas .....                                                                          | 52 |
| a. O tema e a sua importância no actual contexto internacional.....                                                | 52 |
| b. Enunciado do tema, contexto e base conceptual.....                                                              | 53 |
| c. O objecto de estudo, delimitação e objectivos.....                                                              | 54 |
| d. Questão central, questões derivadas e hipóteses de trabalho .....                                               | 55 |
| e. O Método .....                                                                                                  | 56 |
| (1) Instrumentos metodológicos.....                                                                                | 56 |
| (2) Quadro Conceptual (“ <i>mindmapping</i> ”).....                                                                | 57 |
| (3) Percurso metodológico .....                                                                                    | 58 |
| APÊNDICE B – A Reforma do Sector da Segurança (RSS).....                                                           | 59 |
| APÊNDICE C - A mudança de paradigma nas questões de segurança.....                                                 | 63 |
| a. O desenvolvimento, a segurança, a paz e a prevenção dos conflitos.....                                          | 63 |
| b. A sensibilidade da comunidade internacional.....                                                                | 65 |
| (1) As Operações de <i>Peacekeeping</i> (1948-1992).....                                                           | 65 |
| (2) Uma “Agenda para a Paz” (1992) .....                                                                           | 67 |
| (3) Uma “Agenda para o Desenvolvimento” (1994).....                                                                | 70 |
| (4) O “ <i>Supplement to an agenda for peace</i> ” (1995).....                                                     | 71 |
| (5) O relatório “Brahimi” (2000) .....                                                                             | 72 |
| (6) A Conferência do Milénio (2000) .....                                                                          | 75 |
| (7) “ <i>In larger freedom</i> ” (2005) .....                                                                      | 78 |
| (8) A Conferência do Milénio + 5 (2005) .....                                                                      | 78 |
| c. Os interlocutores e as soluções .....                                                                           | 79 |
| (1) As Nações Unidas.....                                                                                          | 79 |
| (2) As Organizações Regionais .....                                                                                | 79 |
| (3) As Organizações Não Governamentais (NGO).....                                                                  | 80 |
| (4) O papel dos Estados.....                                                                                       | 80 |
| (5) A boa governação .....                                                                                         | 82 |
| (6) Os actores individuais.....                                                                                    | 84 |
| APÊNDICE D - A participação dos militares em acções humanitárias (breve referência ao posicionamento militar)..... | 85 |

|                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| APÊNDICE E – Breve panorama das principais organizações regionais e sub-regionais africanas e dados comparativos dos principais blocos regionais ..... | 87  |
| a. Organizações regionais .....                                                                                                                        | 87  |
| b. Dados comparativos .....                                                                                                                            | 93  |
| ANEXO 1 - Cinco abordagens na prevenção de conflitos .....                                                                                             | 95  |
| ANEXO 2 - Os actores em presença .....                                                                                                                 | 96  |
| ANEXO 3 - Tarefas essenciais da reconstrução pós-conflito.....                                                                                         | 97  |
| Security .....                                                                                                                                         | 97  |
| Armed and other Security Forces, Intelligence Services and Belligerents .....                                                                          | 97  |
| Territorial Security.....                                                                                                                              | 98  |
| Public Order and Safety.....                                                                                                                           | 99  |
| Protection of Indigenous Individuals, Infrastructure and Institutions .....                                                                            | 99  |
| Protection of Reconstruction and Stabilization Personnel and Institutions .....                                                                        | 100 |
| Security Coordination .....                                                                                                                            | 100 |
| Public Information and Communications .....                                                                                                            | 101 |
| ANEXO 4 – A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....                                                                                    | 102 |
| ANEXO 5 – A curva do conflito .....                                                                                                                    | 115 |
| ANEXO 6 – Missões de <i>Peacekeeping</i> das Nações Unidas, por região.....                                                                            | 116 |
| a. <i>Completed missions</i> .....                                                                                                                     | 116 |
| (1) <i>Africa</i> .....                                                                                                                                | 116 |
| (2) <i>Americas</i> .....                                                                                                                              | 116 |
| (3) <i>Asia</i> .....                                                                                                                                  | 117 |
| (4) <i>Europe</i> .....                                                                                                                                | 117 |
| (5) <i>Middle East</i> .....                                                                                                                           | 118 |
| b. <i>Current deployment</i> .....                                                                                                                     | 119 |
| (1) <i>Africa</i> .....                                                                                                                                | 119 |
| (2) <i>Americas</i> .....                                                                                                                              | 119 |
| (3) <i>Asia</i> .....                                                                                                                                  | 119 |
| (4) <i>Europe</i> .....                                                                                                                                | 119 |
| (5) <i>Middle East</i> .....                                                                                                                           | 120 |
| ANEXO 7 - Missões de <i>Peacekeeping</i> das Nações Unidas, por ordem cronológica ...                                                                  | 121 |
| a. 1940s .....                                                                                                                                         | 121 |
| b. 1950s .....                                                                                                                                         | 121 |
| c. 1960s .....                                                                                                                                         | 121 |
| d. 1970s .....                                                                                                                                         | 121 |

|    |             |     |
|----|-------------|-----|
| e. | 1980s ..... | 122 |
| f. | 1990s ..... | 122 |
| g. | 2000s ..... | 124 |

Índice de figuras:

|                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Distribuição geográfica da APD Bilateral Portuguesa em 2005 ..... | 31 |
| Figura 2 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa 2002/2005 .....       | 32 |
| Figura 3 – Dotação Inicial do P05 por medidas .....                          | 33 |

## **Resumo**

Este trabalho discute a relevância do vector militar no apoio à reconstrução dos Estados, em África, numa situação de pós-conflito.

África é um continente afectado por elevado número de conflitos, que prejudicam a qualidade da governação, a qualidade de vida das populações, o progresso e o desenvolvimento. A ausência de desenvolvimento agrava a miséria e a exclusão e constitui factor iniciador do aparecimento e desenvolvimento de novos conflitos, traduzindo o ciclo infernal em que África havia mergulhado perante a indiferença da Comunidade Internacional.

O aparecimento de novas ameaças, como o crime organizado, o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição maciça e o narcotráfico, em particular após o 11 de Novembro e o aproveitamento que podem retirar da fraqueza dos Estados constitui uma ameaça à comunidade internacional.

Sem desenvolvimento não existe paz nem segurança e, sem elas, não há desenvolvimento. Este é o sentimento da comunidade internacional crescentemente organizada para a promoção e garantia dos dois lados desta equação na garantia da paz, da segurança e da estabilidade internacionais.

Neste contexto, África tem uma importância particular dada a fraqueza endémica de muitos Estados, elevados níveis de corrupção e falta dos instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento dos quais o primeiro consiste na capacitação dos Estados para o cumprimento da sua função primária de garantir a segurança e o bem estar dos seus cidadãos.

Portugal, presente em África ao longo de toda a sua história, mantém com essa região do mundo relações particulares, resultantes de uma comunidade de interesses comuns, que, aliados às competências adquiridas no sector da defesa e segurança, tornam o país especialmente útil no apoio à reconstrução e desenvolvimento dos Estados africanos na sua área de interesse.

## **Abstract**

This paper discusses the relevance of the military tool in support to the rebuilding of the State, in Africa, on a post-conflict situation.

The African Continent is haunted by a great number of conflicts that impair the quality of life, governance, progress and development without which misery and exclusion escalate and the number of conflicts increase, submerging Africa on an infernal cycle of misery and destruction before the apathy of the international community.

The appearance of new threats like organized crime, international terrorism, drug trafficking and proliferation of weapons of mass destruction, especially after November 11<sup>th</sup> and the benefits they can take from State weaknesses is a danger to the International Community.

Without development there is no peace or security, without which no development is possible. Such is the feeling of the International Community, increasingly organized to face both sides of the equation to guarantee peace, security and international stability.

Africa is an increasing international concern, given the historically weakness of many States in the region, high levels of corruption and the absence of the required tools for community development, the first of which consists on capable States to guarantee their primary function to insure security and the welfare of its citizens.

Enabling governance and states capacities is a multisectorial activity starting with the Security Sector, as a precondition to the whole enterprise. Its reform is a task to be handled advantageously by the military tool.

Portugal, in Africa throughout its history, maintains a special relationship with the continent based on common views and interests which, together with its skills on the defense and security sector, make it especially useful to the Statebuilding process and to the development of the States on its area of concern.

We will identify the usefulness of the military participation on Statebuilding processes on a post-conflict situation, in Africa and the Portuguese ability and aptitude to use it in accordance to its own interests, trying to conclude about the subject.

## Palavras-chave

Statebuilding; África; Reforma do Sector da Segurança; CPLP; Soberania; Nações Unidas; Prevenção de conflitos; Reconstrução de Estados; Cooperação Técnico-Militar, Post-conflict Reconstruction.

## Lista de Abreviaturas

|          |                                                                     |
|----------|---------------------------------------------------------------------|
| ACOTA    | Africa Contingency Operations Training Assistance                   |
| ACP      | África, Caraíbas, Pacífico                                          |
| ACRI     | African Crisis Response Initiative                                  |
| AEC      | Comunidade Económica Africana                                       |
| AFRICOM  | African Command                                                     |
| APD      | Ajuda Pública ao Desenvolvimento                                    |
| ARP      | Africa Regional Peacekeeping Program                                |
| ASF      | African Standby Force                                               |
| AU       | African Union                                                       |
| BPST(EA) | British Peace Support Team for East Africa                          |
| CEDEAO   | Communauté Économique des États de l'Afrique de l'Ouest             |
| CEEAC    | Communauté Économique des États de l'Afrique Centrale               |
| CIC      | Comissão Interministerial para a Cooperação                         |
| CJTF     | Combined Joint Task Force                                           |
| CJTF-HOA | Combined Joint Task Force - Horn of Africa                          |
| COMESA   | Common Market for Eastern and Southern Africa                       |
| COPAX    | Conselho para a Paz e Segurança na África Central                   |
| COPAX    | Council for Peace and Security in Central Africa                    |
| CPLP     | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa                          |
| CPx      | Command Post Exercises                                              |
| ECCAS    | Economic Community of Central African States                        |
| ECOMOG   | ECOWAS Cease-Fire Monitoring Group                                  |
| ECOWAS   | Economic Community of West African States                           |
| EDFI     | European Development Finance Institutions                           |
| ENVR     | Escolas Nacionais com Vocação Regional                              |
| EU       | European Union                                                      |
| FMI      | Fundo Monetário Internacional                                       |
| FOMAC    | Central African Multinational Force                                 |
| GOP      | Grandes Opções do Plano                                             |
| HIV/SIDA | Human Immunodeficiency Virus/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida |
| IEG      | Independent Evaluation Group                                        |
| IGAD     | Intergovernmental Authority on Development                          |
| IMET     | International Military Education and Training                       |
| IPAD     | Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento                     |
| KAIPTC   | Centro Internacional de Treino de Peacekeeping Kofi Annan           |
| LICUS    | Low Income Countries Under Stress                                   |
| MARAC    | Early Warning Observation and Monitoring System for Central Africa  |
| MNE      | Ministério dos Negócios Estrangeiros                                |

|           |                                                                                                   |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NATO      | North Atlantic Treaty Organization                                                                |
| NBQ       | Nuclear, Biológico, Químico                                                                       |
| NEPAD     | New Partnership for Africa's Development (Nouveau Partenariat pour le Développement de l'Afrique) |
| NGO       | Non Governmental Organizations                                                                    |
| ODM       | Objectivos do Milénio                                                                             |
| OECD      | Organisation for Economic Co-operation and Development                                            |
| OEF-TS    | Operation Enduring Freedom – Trans Sahara                                                         |
| ONG       | Organizações Não Governamentais                                                                   |
| OSCE      | Organização para a Segurança e Cooperação Europeia                                                |
| OUA (OAU) | Organização de Unidade Africana (antiga designação da União Africana (UA))                        |
| PALOP     | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa                                                     |
| PAMPA     | Programa de Apoio às Missões de Paz em África                                                     |
| RDC       | República Democrática do Congo                                                                    |
| RECAMP    | Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix                                      |
| RSS       | Reforma do Sector da Segurança                                                                    |
| SADC      | Southern African Development Community                                                            |
| SIPRI     | Stockholm International Peace Research Institute                                                  |
| SSR       | Security Sector Reform                                                                            |
| TSCTI     | Trans-Sahara Counter Terrorism Initiative                                                         |
| UA        | União Africana                                                                                    |
| UE        | União Europeia                                                                                    |
| UNIKOM    | United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission                                                    |
| UNOSOM I  | United Nations Operation in Somalia I                                                             |
| USAFRICOM | United States African Command                                                                     |
| USCENTCOM | United States Central Command                                                                     |
| USEUCOM   | United States European Command                                                                    |
| USPACOM   | United States Pacific Command                                                                     |

The future is hidden  
even from the men who  
make it.

—Anatole France

## **1. Introdução**

A comunidade internacional enfrenta, hoje em dia, desafios à escala planetária, que resultam da sua própria actividade e desenvolvimento. Apesar do abrandamento da taxa de crescimento da população de 1,6 para 1,1, calcula-se que a população mundial cresça, em 2015, para cerca de 7,2 mil milhões de habitantes, atingindo os 9,1 mil milhões em 2050 (WATKINS, K., 2005).

Esta explosão demográfica regista-se, simultaneamente, com um quadro ecológico sombrio. Escasseiam a água potável e para rega, a terra arável, os combustíveis fósseis baratos e os metais críticos para as sociedades desenvolvidas: cobre, ferro, alumínio, níquel, estanho, zinco, prata, platina e ouro.

A ameaça da poluição e a desregulação climática são factores que reforçam uma preocupação especial com o desenvolvimento de comunidades estáveis e sustentáveis, vivendo em harmonia e em paz.

A globalização da segurança e o reconhecimento de que esta depende, em larga medida, do estabelecimento de políticas de desenvolvimento sustentável, do combate à pobreza e à exclusão, da defesa do ambiente, da prevenção, gestão e controlo dos conflitos e do bom funcionamento dos Estados conduziram ao envolvimento crescente de instituições e organizações governamentais e não governamentais, militares e não militares, segundo critérios de complementaridade, de eficiência, de eficácia e de validação permanente dos contributos prestados.

A construção dos Estados, em particular nas situações de pós-conflito, suscita as atenções da comunidade internacional. A sua característica mais proeminente consiste na prevalência dos vectores político, diplomático e civil, sobre o braço armado das Nações e o esforço no desenvolvimento das boas práticas governativas que sustentem soluções estáveis e equilibradas, de acordo com os princípios e os valores da sociedade democrática.

Como procuraremos demonstrar, não obstante o predomínio dos factores de natureza política, o vector militar continua a desempenhar um papel de grande importância que resulta directamente das suas características e possibilidades.

Ao longo dos últimos anos, Portugal tem reunido uma experiência considerável nos diferentes pontos do planeta onde tem exercido a sua acção. Destes, pela sua particular importância e significado, releva-se o esforço conduzido no continente africano, ao qual Portugal se encontra historicamente ligado e em relação ao qual tem sempre considerado existir uma especial responsabilidade política.

Pretendemos com este trabalho explicitar, clarificar e correlacionar as principais linhas de acção e o pensamento da Comunidade Internacional nesta matéria, contribuindo para o aprofundamento de posteriores pesquisas a realizar sobre o mesmo tema, por outros interessados.

Os aspectos metodológicos, bem como a explicitação das questões e hipóteses de partida, encontram-se desenvolvidos no Apêndice A.

## **2. O *Statebuilding***

### **a. Os Conflitos, os Estados, a Paz e a Segurança**

A compreensão internacional dos conflitos e da forma de os resolver sofreu uma profunda alteração. A convicção de que a paz e a segurança estão intimamente relacionadas com a boa governação e o primado da lei justifica a discussão sobre a reforma do sector da segurança<sup>1</sup>, num mundo cada vez mais interdependente e globalizado<sup>2</sup>.

Em particular, desde o final da Guerra Fria, as Nações Unidas e a comunidade internacional tiveram que enfrentar um conjunto de conflitos étnicos, crises humanitárias complexas, guerras civis e colapso de estados, que obrigaram ao estabelecimento de um número variado de missões humanitárias, de *Peacekeeping* e de *Peacemaking*, e a assumir a administração provisória do Kosovo e de Timor-Leste<sup>3</sup>.

A importância conferida às dimensões políticas, sociais e humanitárias dos conflitos trouxe à discussão novos actores. A noção do que são as ameaças à segurança internacional expandiu-se consideravelmente em relação aos conceitos tradicionais, abrangendo agora áreas tão diversas como as mudanças climáticas, a pobreza e a Sida (HIV/AIDS).

Nestas novas circunstâncias, os Estados deixaram de ser actores exclusivos da cena internacional. Hoje em dia, o sucesso das iniciativas depende, em larga medida, da qualidade da cooperação entre actores estatais e não estatais, incluindo Organizações Não Governamentais (NGO), grandes organizações internacionais, como o Banco Mundial, o

---

<sup>1</sup> Para uma breve introdução à problemática da Reforma do Sector da Segurança consultar o Apêndice B

<sup>2</sup> Para um maior desenvolvimento sobre a evolução do paradigma da segurança consultar o Apêndice C

Fundo Monetário Internacional (FMI), ou grandes empresas multinacionais que movimentam elevados volumes financeiros e exercem a sua influência independentemente das fronteiras geográficas, formalmente estabelecidas<sup>4</sup>.

A utilização da força continua imprescindível nos esforços da comunidade internacional para a resolução de conflitos. O recurso a forças militares tem aumentado quantitativa e qualitativamente, no entendimento de que a falta de uma prevenção eficaz, fará gastar bastante mais sangue e dinheiro para recuperar estados falhados e em confusão (PATRICK, S., 2005b). Em situações de especial gravidade, é mesmo possível que a intervenção militar se efectue contra a vontade dos Estados em cujo território decorrem as operações, de acordo com a “responsabilidade de proteger” (EVANS, G.J., et al., 2001).

A importância crescente do direito humanitário e as tendências para o desenvolvimento de um direito assente na dimensão humana, como extensão do primeiro, são vectores que influenciam e condicionam as abordagens modernas à paz e à estabilidade internacionais.

De facto, face às acções de genocídio que ocorreram no Camboja, na ex-Jugoslávia e no Ruanda, a comunidade internacional exprimiu a ideia de que tem o direito e o dever de intervir, quando se verifique a sistemática violação dos direitos humanos por parte dos Estados, sobre os seus cidadãos. Em resultado, hoje em dia, deixou de ser estritamente indispensável o consentimento dos países para as intervenções que se desenvolvem nos seus territórios, em particular no quadro humanitário (ANNAN, K., 2005: 35).

Contudo, se as forças militares podem ajudar os Estados a policiar as suas fronteiras e territórios e a proteger os seus cidadãos da violência, não conseguem, no entanto, suprir as necessidades das restantes dimensões do *Statebuilding*, nomeadamente na criação de instituições económicas capazes e na satisfação das necessidades básicas da população, de forma continuada no tempo.

A segurança não mais existe de forma isolada e exclusiva e o vector militar, por si só, não é suficiente para a sua garantia. Prevalece hoje o princípio da segurança partilhada, colectiva, cooperativa, multilateral envolvendo todos os domínios da acção dos Estados e das sociedades

---

<sup>3</sup> No Anexo 1 são tipificadas cinco abordagens na resolução de conflitos, para efeitos de referência.

<sup>4</sup> O Anexo 2 fornece uma referência sobre os actores em presença e tarefas típicas da resolução dos conflitos.

Neste novo contexto, as Nações Unidas emergiram como um instrumento fundamental de legitimação das intervenções internacionais na ordem interna dos Estados.

A incapacidade dos Estados para a manutenção da lei e da ordem e para o desenvolvimento de políticas eficazes, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação, transformou-se num perigo para o mundo desenvolvido. O seu fracasso ou fraqueza criaram já desastres humanitários e de direitos humanos na Somália, Bósnia, Kosovo e Timor-Leste, para só referir alguns mais conhecidos (FUKUYAMA, F., 2005).

O desastre do 11 de Setembro e a capacidade demonstrada pela Al-Qaeda, de operar impunemente a partir do Afeganistão, confirmaram que a fraqueza dos Estados poderia constituir um perigo para a comunidade internacional e convenceu a administração americana da ameaça mortal que representavam os estados falhados. O terrorismo islâmico, combinado com a disponibilidade de armas de destruição maciça, acrescentou uma nova dimensão à discussão e elevou a questão da reconstrução dos estados ao topo das prioridades mundiais (FUKUYAMA, F., 2005).

A situação é claramente espelhada na declaração do presidente Bush, de 2002, “America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones” (PATRICK, S., 2005b) e na correspondente tradução que conheceu na estratégia de defesa nacional dos Estados Unidos (White House, 2002).

As abordagens internacionais inclinam-se hoje, no essencial, para uma postura preventiva que assenta na promoção do desenvolvimento e na criação de condições para evitar o conflito (PUREZA, J.M., 2005).

Outra evidência é a de que o Estado permanece o actor mais relevante no cenário internacional e representa, neste contexto, a realidade dominante. Esta constatação justifica os esforços internacionais para garantir as condições de governabilidade aos Estados em dificuldades, enquanto entidades insubstituíveis no actual quadro político mundial.

#### **b. A importância do vector militar**

As tarefas que podem ser cometidas a uma força militar, neste contexto, são múltiplas e diversificadas, desde o contributo para operações de natureza humanitária até acções concretas no domínio da reconstrução do Estado, particularmente quando saído de uma situação de conflito recente<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Consultar o Apêndice D, para uma introdução à problemática da participação militar em acções humanitárias

O conflito militar levanta dois tipos de tarefas: acabar com a guerra e conquistar a paz e o desenvolvimento. Se a primeira é importante, sem a segunda as vitórias ganhas em combate poderão ser irremediavelmente perdidas posteriormente.

Reflectindo sobre as lições aprendidas em conflitos anteriores, o Coronel Reider, do Exército dos Estados Unidos (REIDER, B., 2004), afirmou que as operações no pós-conflito envolviam todos os elementos do poder nacional e que o factor predominante desse poder, durante as fases iniciais, era o militar, ao qual competia criar um ambiente de segurança e estabilidade que permitisse aos restantes, nomeadamente à economia, a reconstrução e a recuperação do país.

Fazer a paz, particularmente em situações de pós-conflito, colocando um ponto final nas disputas, promovendo a segurança e a confiança das populações e gerando a esperança indispensável ao estabelecimento e desenvolvimento de um estado viável, é uma tarefa que não dispensa a participação militar, dado o forte nível de conflituosidade remanescente neste tipo de situações. Esta participação tem um papel fundamental na gestão do conflito, na estabilização pós-conflito e no desenvolvimento das estruturas de controlo político por parte dos Estados, sendo admissível que, numa fase inicial, os militares supram inclusive alguns dos aspectos de funcionamento administrativo do Estado.

Em primeiro lugar, porque os militares são o único elemento do Estado que dispõe dos recursos e das aptidões à medida das necessidades. Depois, porque a situação inicial, muitas vezes, será apenas a continuação do conflito anterior, embora de forma mitigada. Finalmente, porque os militares, na maior parte dos casos, serão a única força organizada presente (REIDER, B., 2004).

É importante, neste processo, que o País recuperado adquira as práticas e os princípios do funcionamento democrático, que o tornem membro efectivo da comunidade internacional e como tal reconhecido. Neste particular, o vector militar poderá contribuir para a reforma das estruturas de defesa, nomeadamente na definição das políticas de defesa, na reestruturação e reorganização das Forças Armadas, na sua instrução, formação e ensino e na adopção de normas de conduta que assentem no respeito pelo direito internacional, pelo direito humanitário e pelos direitos dos cidadãos. Este esforço é parte integrante do que é hoje conhecido por Reforma do Sector da Segurança (RSS).

Citando John F. Kennedy, Peter W. Chiarelli escreve “*You [military professionals] must know something about strategy and tactics and logistics, but also economics and politics and diplomacy and history. You must know everything you can know about military power, and you must also understand the limits of military power. You must understand*

*that few of the important problems of our time have, in the final analysis, been finally solved by military power alone” (CHIARELLI, P.W., 2005).*

Em qualquer situação, a segurança permanece como o fundamento da reconstrução. O desenvolvimento e o crescimento económicos, o bem-estar social, a justiça, a reconciliação e a boa governação dependem da sua garantia (REIDER, B., 2004).

Porém, por mais relevante que possa ser o seu contributo, o vector militar deverá permanecer como um instrumento auxiliar da política, sendo a esta que competirá encontrar uma solução definitiva.

Ficam claros os limites da actuação militar. A tarefa dos *Peacekeepers* não é a de criar uma solução definitiva para o problema mas, apenas, estabilizar a situação e criar condições para que políticos e diplomatas possam negociar uma paz permanente ou, num estágio mais adiantado, apoiar com *know-how* e experiência os processos de estabilização e consolidação das estruturas.

O vector militar confere credibilidade ao diálogo político e auxilia na passagem de uma variedade de grupos armados, de fidelidades diversas, em Forças Armadas nacionais. Contribui também, de forma significativa, para o desenvolvimento de um espírito nacional e para a formação das elites, através do apoio à definição do ordenamento jurídico da organização superior da Defesa e à organização de umas Forças Armadas nacionais, inseridas no Estado, subordinadas ao poder político, conhecedoras dos princípios da ética militar e profissionalmente valorizadas (MOREIRA, A., 2001)

### **c. Conceitos do *Statebuilding* pós-conflito**

Admitida a importância fundamental dos Estados, bem como os riscos colocados pela sua fraqueza ou colapso, torna-se clara a importância das acções de *Statebuilding*, enquanto processo de apoio à melhoria da sua capacidade de governação e sustentação autónomas, em particular em relação aos países que, tendo saído recentemente de situações de conflito, não conseguem, por si sós, garantir a estabilidade da governação e a satisfação das necessidades de bem-estar e segurança da sua população.

Importa aqui esclarecer que, na recensão bibliográfica efectuada, surgiram-nos dois termos distintos que concluímos terem o mesmo conteúdo, mas cuja utilização em situações diversas pode gerar alguma confusão: o “*Statebuilding*” e o “*Nation building*”.

A sua utilização tem a ver com as diferentes contextualizações das comunidades anglo-saxónica e europeia, sendo os europeus mais atentos às dissemelhanças entre os conceitos de Estado e de Nação. A construção de uma Nação, enquanto comunidade de interesses e aspirações comuns, partilhando a mesma história e cultura, está fora do alcance de

qualquer potência exterior à própria comunidade. Só os Estados podem ser deliberadamente construídos. Se esse esforço coincidir com a estruturação de uma Nação, é mais fruto do acaso do que de conceito (FUKUYAMA, F., 2004).

Adoptaremos, neste trabalho, a opinião de Fukuyama, com a qual concordamos, e consideraremos, por isso, as duas expressões equivalentes.

O esforço de reconstrução dos Estados, enquanto prioridade da comunidade internacional, poderá parecer surpreendente para aqueles que defendem a transferência para a sociedade civil e para o mercado livre de todas as principais actividades, anteriormente da exclusiva responsabilidade dos Estados.

Sem aprofundar a discussão da redução do número de funções de um Estado onnipresente e sufocante, que impede o funcionamento dos mercados e estrangula a própria economia, é importante não esquecer que existem funções básicas fundamentais, relacionadas com a estrutura legislativa e de segurança e com a capacidade para impor regras e manter mecanismos para o cumprimento das leis, que se aceita que permaneçam sob a responsabilidade dos governos (FUKUYAMA, F., 2005).

São três as funções críticas que se exigem a um governo de qualquer estado: garantir a segurança, satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e manter a legitimidade. Quando estas necessidades não são satisfeitas, o bem-estar dos cidadãos fica ameaçado, tal como a segurança dos países vizinhos e a estabilidade da comunidade internacional (WEINSTEIN, J.M., PORTER, J.E., EIZENSTAT, S.E., 2004).

Estas condições não são, no essencial, diversas para os países em situação de pós-conflito das que se exigem para a generalidade dos estados. A diferença reside na importância dos esforços a desenvolver, tendo em consideração as consequências dos conflitos e a situação de extrema carência da generalidade dos países nesta situação, particularmente quando as confrontações tiveram lugar no interior do próprio Estado. Isto faz com que, nem sempre, os países em dificuldades sigam a lógica dos Estados desenvolvidos, dadas a fraqueza das instituições e as sequelas das crises que persistem após a cessação dos conflitos.

Nestes casos, o esforço requerido para o levantamento das capacidades indispensáveis à auto governação é uma tarefa monumental, não só devido à destruição das infra-estruturas e dos mecanismos do Estado, como pela necessidade da sua reconstrução em presença das questões que originaram o conflito.

A situação justifica a indispensabilidade da ajuda da comunidade internacional, tanto mais necessária quanto se considera não ser possível manter um estado viável se não forem garantidos os direitos dos cidadãos, através de sistemas judiciais e legislativos inde-

pendentes e credíveis, e se reconhece que esses mecanismos e os direitos que procuram preservar estão particularmente enfraquecidos e não existe um controlo efectivo da corrupção, nem uma estrutura financeira mínima, que garanta os recursos necessários ao desenvolvimento. A evidência demonstra que existe uma clara associação entre a qualidade das instituições e o nível de desenvolvimento económico e social de um país (JÜTTING, J., 2003).

É necessário reafirmar e compreender que os governos nacionais fracos são, acima de tudo, o resultado do fracasso do desenvolvimento e que o desafio da reconstrução de um novo estado não é um empreendimento militar.

A fraqueza resulta, em primeiro lugar, da incapacidade em manter o monopólio do uso da força, em se proteger contra as ameaças internas e externas, em preservar a soberania e em manter a ordem no interior do território. Sem o monopólio da violência, os actores armados surgem dispersos, privatizados e fragmentados e os senhores da guerra, grupos paramilitares e de guerrilhas, mercenários e conselheiros militares substituem parcialmente as Forças Armadas do país. A violência torna-se, assim, no principal meio de subsistência para milhares de pessoas (The African Studies Centre, et al., 2003).

Em segundo lugar, essa fraqueza surge da dificuldade em criar as infra-estruturas (escolas, estradas, hospitais, etc...) e as capacidades humanas indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da população, dando origem ao sofrimento, às epidemias, às crises humanitárias, à perda da confiança dos governados e à instabilidade interna.

Por fim, a fraqueza traduz-se na incapacidade em manter instituições que protejam os direitos e liberdades individuais elementares, responsabilizem as pessoas pelas suas acções, façam cumprir as leis e os acordos estabelecidos e fomentem a participação dos cidadãos no processo de decisão política. Estas debilidades garantem o terreno propício à instabilidade interna e aos motins e favorece o desenvolvimento de políticas corruptas por falta de oposição pública (WEINSTEIN, J.M., PORTER, J.E., EIZENSTAT, S.E., 2004).

A construção do Estado requer o fortalecimento dos quatro pilares fundamentais da governação: segurança, instituições políticas, gestão económica e assistência social (PATRICK, S., 2005b). Sem eles, não é possível manter uma política coerente de desenvolvimento sustentável, nem prevenir o surgimento de Estados fracos, falhados ou colapsados.

O primado da lei é uma condição prévia indispensável para a paz e para o desenvolvimento. Sem ordem e sem um conjunto elementar de instrumentos legais, não é possível garantir a legitimidade do Estado, controlar a violência e iniciar o processo de reconciliação social, tornando impossível a reconstrução económica. A ausência de lei é factor de

emergência e permanência dos conflitos e um dos principais obstáculos à construção da paz.

A dinâmica, que se pretende promover, procura ir para além da burocracia das instituições e atribui elevada importância e significado aos mecanismos de responsabilização e ao desenvolvimento das iniciativas que dinamizam e fomentam a participação da sociedade civil (LEVY, B., KPUNDEH, S.J., World Bank, 2004).

Não existindo “receitas”, é claro que as acções a desenvolver deverão ter em consideração que a satisfação das necessidades, com base em recursos externos, é apenas uma forma de minorar as dificuldades, numa fase transitória.

O objectivo central continua a ser o desenvolvimento de capacidades autónomas. Todo o esforço de ajuda deve ser medido por referência a este objectivo geral, sem a satisfação do qual os problemas serão apenas diferidos no tempo. A perda desta orientação conduz directamente ao fracasso de todos os esforços de estabelecimento da paz.

Desenvolver capacidades em vez de suprir necessidades, olhar para os mecanismos de controlo e não apenas para a organização e estruturação burocrática, privilegiar as comunidades locais e não só as elites, catalisar sinergias em vez de fornecer soluções sob medida são as palavras de ordem da comunidade internacional.

É o grau de enfraquecimento do Estado que determina a necessidade da intervenção, a sua extensão e a metodologia mais adequada. O Banco Mundial desenvolveu um conjunto de indicadores para determinar a necessidade de intervenção, no pressuposto de que a existência e o funcionamento adequados das Instituições dos Estados mais frágeis são cruciais para o seu desenvolvimento e estabilidade (World Bank, 2004).

A finalidade é identificar os países de baixos rendimentos, em dificuldades, “low income countries under stress (LICUS)”, marginalizados pela comunidade internacional, junto dos quais se torna necessário promover, com urgência, a assistência internacional para fortalecer as Instituições, iniciar as funções elementares da economia e as reformas sociais e desenvolver a capacidade para garantir os serviços básicos.

Dos 500 milhões de pessoas que vivem nos LICUS, cerca de metade vive com menos de um dólar por dia e 66% residem na África Subsaariana. Na lista dos 25 países eleitos para a intervenção no âmbito do LICUS, em 2005, contam-se Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Todos, com excepção de São Tomé, são classificados como países na situação de pós-conflito. A intenção da intervenção centra-se na construção do estado e da paz e na prevenção dos conflitos (Independent Evaluation Group, 2006).

O relatório do Independent Evaluation Group constata que a ajuda aos países, recentemente saídos de um conflito, tem sido prioritariamente orientada para a reconstrução das estruturas físicas. No entanto, sublinha o mesmo documento, como a capacidade de utilizar a assistência internacional é reduzida e a governação fraca, a eficiência do processo é muito limitada. Conclui com a constatação da indispensabilidade do desenvolvimento da capacidade e qualidade da governação, onde se incluem a criação ou o reforço das instituições públicas, a reforma do serviço civil e a utilização e desenvolvimento das competências locais.

Na opinião do Banco Mundial, os apoios à reconstrução dos Estados só serão eficientes se os cooperantes partilharem objectivos e visões comuns ou complementares e se forem sujeitos a uma avaliação adequada e permanente.

Entre 1999 e 2002, a comunidade internacional apoiou entusiasticamente o projecto de construção de um estado em Timor-Leste, que não funcionou exactamente como seria desejado, uma vez que a recuperação económica entrou em colapso, após a saída dos conselheiros estrangeiros.

Sidónio Freitas, Senior Manager, Timor Sea Designated Authority, declarou ao Herald Tribune, a 31 de Maio de 2006, que o país continuava a não dispor de pessoas em funções essenciais, com a experiência suficiente para assegurar o nível intermédio de gestão do Estado, que existiam muitos ministros mas um número insuficiente de gestores intermédios e acusou os doadores internacionais de serem responsáveis pela situação.

O Governo Timorense confirmou que mais de metade do apoio externo se destinou a pagar os honorários e consultadoria dos conselheiros estrangeiros. Um representante oficial criticou a “pressa” dos cooperantes estrangeiros, que permaneciam apenas durante um, dois, três ou quatro anos, salientando que não é possível construir um país nesse prazo (Independent Evaluation Group, 2006).

O *Statebuilding* não se fotografa nem dá manchetes de jornais e revistas. Existe uma grande dificuldade na comunidade internacional para apoiar, de forma continuada e persistente, projectos de longo prazo e pouca visibilidade. Timor-Leste é um exemplo de como um projecto, abandonado demasiado cedo, pode transformar um sucesso num fracasso.

Este caso ilustra, também, a importância do desenvolvimento das capacidades locais para garantir a resolução do problema. A assistência externa, se não for devidamente coordenada e controlada, pode distorcer as iniciativas e enfraquecer a responsabilização e construção de uma sociedade civil local, forte e capaz. Embora, muitas vezes, a ausência de

competências locais possam significar a escolha entre uma má e uma menos má opção, não existe alternativa à capacitação do Estado que se pretende reconstruir.

Independentemente do modelo de reconstrução que se pretenda promover, a primeira condição consiste em reformar o sector da segurança e desmilitarizar a sociedade, evitando o retomar da violência. Para isso, torna-se necessário recriar umas novas Forças Armadas, com representação dos diferentes beligerantes, desmobilizar e reintegrar os combatentes, bem como desarmar e recolher as armas ligeiras existentes no meio civil (PUREZA, J.M., 2005).

A permanência dos factores de instabilidade justificam o desenvolvimento de capacidades de manutenção de paz, que dê simultaneamente propósito às novas Forças Armadas, as enquadre numa perspectiva democrática e facilite a sua integração institucional.

Espera-se que, no longo prazo, um ambiente macroeconómico saudável promova a estabilidade política e facilite a criação de uma base financeira sólida, indispensável ao governo do país. O desenvolvimento de práticas de governação, assentes na transparência, na legitimidade e no controlo público, reforçará a democracia e reduzirá a possibilidade da eclosão de conflitos violentos (Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (SAIS), 2005).

Para uma melhor compreensão das tarefas mais características desta situação, recomenda-se a leitura da publicação do Departamento de Estado Norte-Americano, “Post-Conflict Reconstruction Essential Tasks” de que se reproduz, no Anexo 3, a parte respeitante ao “sector técnico da segurança” (Office of the Coordinator for Reconstruction and Stabilization, 2005).

#### **d. Os modelos da reconstrução**

Pelo que atrás fica referido, confirma-se que a dimensão militar é essencial ao esforço de reconstrução do país e à garantia das condições imprescindíveis a um desenvolvimento em paz e em segurança.

Pureza (2005) divide os esforços internacionais segundo dois vectores essenciais, o da cooperação ou ajuda ao desenvolvimento e o da acção humanitária, utilizando, qualquer deles, os dois instrumentos disponíveis para o efeito: a reconstrução pós-bélica (ou *Peace-building*) e a capacitação institucional (ou cooperação para o desenvolvimento), instrumentos que surgem cada dia mais interligados, em particular nas situações do pós-conflito.

Sem nos prendermos com um desenvolvimento excessivo desta conceptualização, sempre diríamos que, de uma forma geral e de maneira coerente com o resto do estudo

apresentado, entendemos por capacitação institucional, o desenvolvimento das capacidades individuais e organizativas, indispensáveis à afirmação da autonomia e à capacidade dos Estados em se sustentarem e desenvolverem a sua acção de forma coerente, de acordo com princípios e normas de procedimento participativos e abrangentes.

Pureza (2005) afirma que o modelo da reconstrução pós-bélica é característico da abordagem promovida pelas Nações Unidas, enquanto que a abordagem capacitária é operacionalizada por múltiplos actores do desenvolvimento, considerando esta última como a mais eficiente.

Em qualquer dos casos, parece-nos ser de considerar, nos Estados em situação de pós-conflito, duas fases diferenciadas:

A primeira, que se inicia na altura em que foi aceite o início de conversações para pôr fim ao conflito, continua durante a negociação dos acordos de cessar-fogo ou de paz e prossegue, por um período cuja duração é variável, consoante as tensões existentes e o grau de ruptura social, económica e institucional do país. Tem como finalidade primária pôr fim ao conflito e estabilizar a situação.

A segunda, que tem por objectivo a reconstrução do Estado, decorre também por um período variável, mas em princípio sempre extenso, dependendo das capacidades existentes e do grau de destruição provocado pelo conflito.

Embora o vector militar tenha a sua utilidade em qualquer das situações, a forma como se exerce apresenta algumas diferenças.

No primeiro caso, as acções militares prendem-se com a garantia dos compromissos progressivamente assumidos pelas partes, com a estabilização contínua da situação e com a criação de condições para o aprofundamento do processo da reconstrução.

No segundo, o vector militar participa enquanto vector auxiliar num esforço polivalente, envolvendo todos os sectores do Estado e todas as instituições e organizações internacionais interessadas, estatais ou não, tendo em vista a reconstrução e a capacitação do Estado, em todas as suas dimensões. Este esforço é conduzido, sempre, na perspectiva do desenvolvimento de capacidades autónomas, que permitam a livre expressão dos interesses do Estado, das suas populações e das competências indispensáveis a esse exercício.

A integração destes países em organizações regionais e sub-regionais no domínio da defesa e da segurança, no espaço em que se exprimem, permitindo o desenvolvimento de capacidades comuns de intervenção em missões de natureza humanitária ou de apoio à paz, constituem factores adicionais de estabilização e de consolidação dos países.

Estes esforços permitem restabelecer ou afirmar a imagem e a identidade dos países, através da atenuação dos mecanismos de conflito e de um desenvolvimento integrado com as comunidades vizinhas, promovendo melhores condições para um desenvolvimento harmonioso e estável, com paz e com segurança.

Conclui-se, dizendo que o processo de reconstrução dos estados é um processo necessariamente multidimensional e multisectorial.

#### **e. Em resumo**

Tendo em atenção a discussão anterior e o que consta do Apêndice 1, verificamos que a discussão e as iniciativas sobre o *Statebuilding* têm constituído preocupação da comunidade internacional desde a década de 90, especialmente após o final da guerra fria, o que infirma a parte inicial da primeira hipótese de trabalho que enuncia que: “O *Statebuilding* é um fenómeno recente”

Os conceitos actuais de *Statebuilding* resultam, outrossim, do aprofundamento destas iniciativas, o que confirma a parte final da formulação da primeira hipótese de trabalho: “O *Statebuilding* resulta do desenvolvimento conceptual e do aprofundamento das Operações de Paz das Nações Unidas”.

Considera-se, deste modo, respondida a primeira questão “O que deve ser entendido por *Statebuilding* e qual o interesse da Comunidade internacional nesta questão?”.

A temática da Reforma do Sector da Segurança, que constitui uma questão para desenvolvimento por si própria, é introduzida no Apêndice 4, apenas no intuito de dar uma perspectiva do lugar e da importância que assume para um Estado recentemente saído de uma situação de conflito. É importante constatar que a actividade desenvolvida pela cooperação militar portuguesa se inscreve perfeitamente nesta perspectiva.

### **3. A situação em África**

O novo Milénio veio encontrar África imersa num conjunto de dificuldades de enorme amplitude e repercussão internacional. Conflitos sangrentos, tragédias humanas, a pandemia do HIV/SIDA, bem como outros problemas semelhantes, criaram uma imagem internacional de África extremamente negativa.

Contrariando a tendência internacional dos anos 90, a África Subsaariana assistiu, neste período, a um aumento no número de conflitos, envolvendo um total de 30 estados subsaarianos (DOCKING, T., 2001).

Só em 1999 registaram-se 16 conflitos armados, dos quais sete provocaram mais de 1000 mortos cada um. Em 2000, a situação agravou-se com as dezenas de milhares de mortos resultantes do conflito entre a Etiópia e a Eritreia, com a continuação dos conflitos

na República Democrática do Congo (RDC), na Serra Leoa, no Burundi, no Sudão, no Uganda e na Nigéria e o surgimento de novos confrontos entre a Guiné e a Libéria, no Zimbabué e na Costa do Marfim (DOCKING, T., 2001).

Todos estes conflitos causaram profundos danos ao processo de desenvolvimento, para além do sofrimento humano que lhes é inerente. A convergência dos problemas económicos, sanitários e políticos era devastadora e ameaçava afundar o continente na miséria, na guerra e no desespero.

A situação de instabilidade arrastou consigo um terreno fértil para o desenvolvimento do terrorismo, das redes de narcotráfico, do crime organizado, da degradação ambiental e da doença, outros tantos riscos de segurança para a comunidade internacional e obstáculos significativos ao desenvolvimento e ao funcionamento da economia, num mercado de 700 milhões de consumidores. A situação representava, ainda, uma ameaça de relevo face à crescente procura de petróleo e minerais estratégicos, por parte da comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos.

A fraqueza das instituições, a corrupção generalizada, a insegurança, a miséria e as debilidades locais agravavam esta situação e tornavam a governação impossível.

Apercebendo-se das dificuldades e da necessidade de conceber estratégias de longo prazo, que promovessem o desenvolvimento sustentável em África, e da urgência e imperiosidade desse esforço, a comunidade internacional centrou as suas atenções sobre o Continente Africano.

Como se pode ler no SIPRI *yearbook* “... by December 2005, 75 per cent of UN resources were devoted to Africa. Nearly half the number of deployed UN personnel are African” (SIPRI, 2006: Cap 3).

#### **a. Os esforços regionais**

A par desta sensibilidade crescente, África vinha manifestando uma vitalidade surpreendente e as organizações regionais, como a Economic Community Of West African States (ECOWAS/CEDEAO)<sup>6</sup> (1973-1986), a Economic Community of Central African States (ECCAS/CEEAC)<sup>7</sup> (1985), a Southern African Development Community (SADC)<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Para informação adicional consultar <[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3066&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3066&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3)>

<sup>7</sup> Para informação adicional consultar <[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3067&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3067&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3)>

<sup>8</sup> Para informação adicional consultar <[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3069&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3069&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3)>

(1992), a Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA)<sup>9</sup> (1993), o Intergovernmental Authority on Development (IGAD)<sup>10</sup> (1996), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (1996), a African Union (AU)<sup>11</sup> (2000) e o New Partnership for Africa's Development (NEPAD)<sup>12</sup> (2001), para só citar algumas<sup>13</sup>, pareciam demonstrar a vontade dos africanos em controlar os seus próprios destinos e assumir a liderança do seu processo de desenvolvimento<sup>14</sup>.

Os países vizinhos podem constituir um factor positivo na resolução de conflitos que afectam a sua vizinhança. A sua acção tem, no entanto, as limitações decorrentes de eventuais acusações de parcialidade. Para além disso, no caso africano escasseiam as capacidades para desempenhar essa tarefa de forma isolada.

As organizações regionais, no entanto, apresentam a vantagem da proximidade geográfica que lhes confere um conhecimento profundo dos problemas, do equilíbrio que resulta das diferentes sensibilidades que reúne e de uma credibilidade acrescida devido à percepção de imparcialidade que resulta da sua própria constituição e do processo de tomada de decisões, pelo que lhes competirá assumir a liderança, à escala regional, dos processos de resolução de conflitos,

Os grandes entendimentos regionais constituíam-se, assim, não só numa afirmação de vontade dos países envolvidos, como também na via possível para a afirmação dos Estados africanos no contexto global, prevenindo a fragmentação e reforçando os mecanismos de segurança e os fundamentos da prosperidade económica.

As iniciativas africanas desenvolvem-se segundo duas direcções convergentes, sob a égide da principal organização do continente, a União Africana.

Uma, tem por objectivo a integração económica e monetária e a construção de um mercado comum, constituindo uma Comunidade Económica Africana (AEC), através da multiplicação de organizações sub-regionais integradoras de que a ECOWAS (África Oci-

---

<sup>9</sup> Para informação adicional consultar <[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3012&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3&link\\_org\\_id=6](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3012&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3&link_org_id=6)>

<sup>10</sup> Para informação adicional consultar <[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3068&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3068&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3)>

<sup>11</sup> Para informação adicional consultar <[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3070&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3070&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3)>

<sup>12</sup> Para informação adicional consultar <<http://www.nepad.org/2005/files/inbrief.php>>

<sup>13</sup> O Apêndice E fornece uma breve introdução às principais organizações regionais e sub-regionais de África e os *links* da *Internet* necessários ao aprofundamento do conhecimento destas organizações.

<sup>14</sup> Para informação mais detalhada sobre estas organizações consultar o Apêndice E e explorar os *links*

dental), a COMESA (África Oriental e Austral), a ECCAS (África Central), o IGAD (África Oriental) e a SADC (África Austral) constituem os cinco pilares.

A segunda direcção, sem a qual a primeira dificilmente será concretizada, persegue a integração dos sistemas de Defesa e Segurança, através do desenvolvimento de capacidades no domínio das missões de apoio à paz. Todas as principais organizações apresentam iniciativas que abrangem esta necessidade, o que torna manifesta a sua importância:

- A União Africana, com larga experiência no domínio da intervenção em conflitos no continente, em ligação com a ECOWAS, o SADC e o IGAD, e que criou um Centro de Gestão de Conflitos e um Conselho para a Paz e Segurança, com capacidade de decisão em questões de prevenção, gestão e resolução de conflitos. É dela a iniciativa para o estabelecimento de uma Força Africana Permanente (African Standby Force - ASF), com a finalidade de participar em todas as dimensões dos conflitos, incluindo a prevenção, o pós-conflito e as acções humanitárias.
- A ECOWAS, que estabeleceu um mecanismo de prevenção, gestão e resolução de conflitos para a paz e a segurança, mecanismo já accionado, em 1991, para fazer cessar o conflito existente na Libéria, através da constituição de uma força dedicada (ECOMOG), que interveio depois na Serra Leoa.
- A ECCAS, através do estabelecimento, em 2000, de um Conselho para a Paz e Segurança na África Central (COPAX), que controla um mecanismo de acompanhamento e alerta (MARAC), destinado à detecção e prevenção antecipada de crises, e de uma força multinacional centro africana (FOMAC), destinada a acções de *peacekeeping*, segurança e operações humanitárias, que constitui o embrião de uma Brigada de Intervenção para a região da África Central, em linha com os esforços da UA para uma constituição da ASF, com cinco Brigadas (uma para cada região de África) (Institute for Security Studies, 2006).
- O Novo Partenariado para o Desenvolvimento de África (NEPAD), programa sócio económico da União Africana, que congrega 20 membros e que estabeleceu como prioridades, no âmbito da paz e da segurança: a prevenção, gestão e resolução de conflitos; o *peacemaking*, *peacekeeping* e *peace enforcement*; a reconciliação, reabilitação e reconstrução pós-conflito e o combate à proliferação de armas pessoais, armas ligeiras e minas terrestres, para além do apoio ao desenvolvimento das boas práticas de governação.

Os exemplos apontados servem apenas para ilustrar as iniciativas africanas no domínio da capacitação, integração e desenvolvimento dos seus Estados, a importância que lhes é dedicada e a força estabilizadora, normalizadora e de progresso que se encerra nestas actividades do domínio da economia, da defesa e da segurança.

Na medida em que as estruturas regionais e sub-regionais se forem afirmando como complexos de segurança na sua região, repartindo com a comunidade internacional as responsabilidades de segurança e contribuindo de forma significativa para a organização do seu próprio espaço, permitirão reduzir a conflitualidade na área e aumentar a sua afirmação internacional bem como a dos Estados que representam.

A utilidade das organizações regionais na limitação ou contenção de conflitos emergentes ou em curso, no interior dos complexos de segurança regional que integram, deve ser valorizada e reforçada como um dos mecanismos essenciais da estabilidade assente em espaços de interdependências securitárias, de que as organizações regionais e sub-regionais africanas são um bom exemplo.

Todas estas organizações expressam a base de um conceito internacional de repartição de responsabilidades de segurança, que contribui, de forma significativa, para a paz e para a estabilidade mundiais.

#### **b. Os esforços internacionais**

À medida que a Comunidade Internacional se consciencializava dos riscos para a Paz que representava uma África caótica, sem governos capazes, nem desenvolvimento, multiplicavam-se as iniciativas e as áreas de intervenção.

É manifesto o lugar reservado ao instrumento militar, quer como factor de consolidação interna dos Estados em construção, quer como meio da Comunidade Internacional para o apoio ao levantamento das capacidades essenciais do Estado, no domínio da defesa e da segurança.

As novas Forças Armadas saídas deste processo cooperativo, assente numa participação activa do vector militar, transformaram-se em meios de afirmação e identidade dos Estados, em instrumentos da paz e da estabilidade política e democrática e em mecanismos de manutenção da paz, criando condições para a expressão autónoma dos Estados Africanos e para o desenvolvimento das suas políticas e alternativas de desenvolvimento.

O sentido comum dos esforços da comunidade internacional é materializado por um conjunto de iniciativas, sob o tema geral de “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”, que envolvem as várias dimensões do poder dos Estados cooperantes, incluindo a militar, levando até a que alguns autores considerem que, na prática, a ajuda pública ao desenvol-

vimento se tenha transformado num instrumento da política externa dos Estados, utilizado para projectar Poder para além das fronteiras (PUREZA, J.M., 2005).

As iniciativas repartem-se entre abordagens unilaterais e multilaterais, de que as últimas apresentam significativas vantagens: desde logo, porque a comunidade internacional confere uma maior legitimidade e credibilidade às perspectivas multilaterais; depois, porque a perspectiva multilateral é menos pesada do ponto de vista financeiro, propiciando uma maior partilha do esforço e dos custos entre todos os participantes; finalmente, porque a iniciativa multilateral multiplica as possibilidades de sucesso. O risco reside na obtenção do consenso e coordenação entre todos os participantes o que, em algumas situações, poderá ser problemático. Obviamente que a escolha do método dependerá sempre do risco envolvido e do interesse dos cooperantes (REIDER, B., 2004).

### **(1) Iniciativas da comunidade anglo-saxónica**

O British Peace Support Team for East Africa (BPST(EA)), é outro exemplo (LOK SABHA SECRETARIAT 2007). Com uma incidência especial na África Oriental, inclui também alguns dos países que fazem parte da África Subsaariana. O objectivo deste programa consiste na coordenação do apoio militar britânico às Forças Armadas da África Oriental, no processo da Reforma do Sector da Segurança (RSS) e no aumento das suas capacidades de manutenção da paz.

Em 2002, o Presidente Bush criou o programa ACOTA (que substituiu o programa ACRI), para garantir o treino, em operações de manutenção da paz e táctica, a unidades militares africanas de países seleccionados, com um orçamento que, em 2004, era de 10 milhões de dólares. As actividades que tutelou abrangeram cerca de 8600 militares africanos do Senegal, Uganda, Malawi, Mali, Ghana, Benin, Costa do Marfim e Quénia. O programa incluía também o fornecimento de material militar (Association of Concerned Africa Scholars, 2003a).

Promoveu, ainda, um Programa Regional de Manutenção da Paz em África (ARP) e um programa de formação dos militares africanos nos Estados Unidos, o IMET, que, em 2002, envolvia já 44 países (Association of Concerned Africa Scholars, 2003b).

A publicação da directiva presidencial de segurança nacional<sup>15</sup> americana, e da que a antecedeu, do Departamento de Defesa<sup>16</sup>, preconizam um empenhamento militar forte em

---

<sup>15</sup> Directiva Presidencial NPSD-44 de 07 de Dezembro de 2005 “Management of Interagency Efforts Concerning Reconstruction and Stabilization”

operações de emergência complexas, integrando civis e militares, o sector público e privado, organizações que visam o lucro e NGO. O sentido não é o da transição de uma operação meramente militar para outra de predominância civil, mas de uma cooperação inter agências civis e militares, num esforço global integrado, visando a estabilização e a reconstrução dos Estados.

Recentemente, a seis de Fevereiro de 2007, o Secretário da Defesa, Robert Gates, num briefing ao Congresso, anunciou a constituição, para 2008, de um comando americano para África (o US African Command - USAFRICOM), abrangendo todo o Continente. Consolida-se assim, sob um único comando militar, uma vasta área anteriormente sob a responsabilidade de três comandos distintos: o Comando Europeu (USEUCOM), o Comando Central (USCENTCOM) e o Comando do Pacífico (USPACOM). Fica apenas de fora o Egipto, pelo estreito relacionamento e importância que assume com toda a região do Médio Oriente, com a qual se liga preferencialmente (WOOD, S., 2007).

Como refere um estudo americano de 2005, *“The United States is the single remaining super power in the world. If Washington wants to retain its economic and military leadership throughout the world, it must become more actively involved on the African continent. The best way of showing the world that it is totally committed to Africa is by establishing African Command as the sole Combatant Command for the Continent of Africa”* (CALE, P.P., 2005: 13).

O comando a estabelecer ficará responsável pelo desenvolvimento das capacidades dos parceiros africanos na redução dos conflitos, no reforço da segurança, no combate ao terrorismo e no apoio às operações de resposta a crises e às organizações regionais, de acordo com os interesses africanos de estabelecimento de capacidades autónomas de manutenção de paz, que Portugal também apoia.

O interesse americano, que era já patente em actividades anteriores<sup>16</sup>, recebe agora um significativo impulso com esta iniciativa.

---

<sup>16</sup> Directiva DoD 3000, de 28 de Novembro de 2005, “Military Support for Stability, Security, Transition, and Reconstruction (SSTR) Operations”

<sup>17</sup> Destacam-se a Operação Enduring Freedom – Trans Sahara (OEF-TS), orientada para a prevenção da tentativa de estabelecimento de santuários terroristas em África e a Operação Combined Joint Task Force - Horn of África (CJTF-HOA), estabelecida para detectar, desorganizar e derrotar os grupos terroristas transnacionais operando na região.

O enfoque das missões do USAFRICOM será diplomático, económico e de ajuda humanitária e dirigido à prevenção de conflitos, como declarou a actual Secretária de Estado da Defesa para os Assuntos Africanos, Theresa Whelan (PESSIN, A., 2007)

A responsabilidade que lhe foi cometida, de contribuir para os esforços diplomáticos e das agências americanas no apoio ao desenvolvimento, traduz, claramente, a importância do vector militar.

O antigo Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos declarou que o novo comando tinha o potencial para ultrapassar algumas inconsistências na forma como os Estados Unidos têm abordado as questões africanas, referindo que *“Africa is a region of weak states, sometimes failing states. So one is hoping that by being able to do some capacity-building and upgrading the skill set of African militaries that they will be in a stronger position to participate in regional Peacekeeping operations, for example”* (PESSIN, A., 2007).

Esta iniciativa expressa também a importância crescente de África para os Estados Unidos, enquanto fonte de matérias primas, enquanto área de esforço competitivo com a China e enquanto fonte de crises e de conflitos, sendo um passo mais no aprofundamento da ligação dos interesses americanos àquela região do mundo, que consideram de interesse económico estratégico.

É preciso não esquecer que a África Subsaariana dispõe de “7% das reservas mundiais de petróleo e representa 11% da produção mundial” e que “se espera que seja uma das fontes de abastecimento de petróleo e gás natural com maior crescimento no mercado americano ... Em 2000 os países africanos contribuíam com 14 % da totalidade das importações de petróleo, dos Estados Unidos (equivalente ao *share* da Arábia Saudita)” (CHENEY, D., 2001: 8-11). Espera-se que, em 2015, “os países da África Ocidental produzam, 25% da totalidade das importações de petróleo dos americanos” (GANNON, J., 2000: 73) . A intenção e os objectivos parecem-nos, deste modo, clarificados.

## **(2) Iniciativas da União Europeia (UE)**

O preço da ausência europeia, na gestão das crises ou no apoio ao desenvolvimento, traduzir-se-ia, em primeiro lugar, numa menor qualidade de resposta que cada um dos países membros, por si só, entendesse garantir e, por outro lado, numa total falta de coordenação de esforços, reduzindo o impacto e a visibilidade das operações da União Europeia face à previsível multiplicação de iniciativas por parte dos Estados membros.

As iniciativas recentes confirmam o seu interesse nesta matéria. O conceito de segurança, estabelecido em 2003 (Conselho da Europa, 2003), aponta claramente para um

papel global da União para fazer face às ameaças do terrorismo, da proliferação de armas de destruição maciça, dos estados falhados, de conflitos regionais e da criminalidade organizada. A alteração de 2005 dos acordos de Cotonou de 2000, entre a União Europeia e os países ACP, vem confirmar esta tendência, reforçando a componente política, assente no diálogo, nas políticas de consolidação da paz, de prevenção e de resolução de conflitos, no respeito pelos direitos humanos, nos princípios democráticos e do Estado de direito e numa governação transparente e responsável (Comunidade Europeia, 2005a).

A publicação, em finais de 2005, da nova estratégia da União Europeia para África dá a direcção ao esforço, que assenta na promoção da paz, da segurança e da boa governação como requisitos prévios do desenvolvimento, na promoção de um crescimento económico rápido e diversificado, na criação de mercados regionais integrados e no acesso ao ensino e aos cuidados de saúde primários (Comunidade Europeia, 2005b).

A Europa prevê na próxima cimeira EU – África (a realizar em Lisboa), a celebração de um pacto Euro-Africano, que concentre as iniciativas em três domínios essenciais: a paz, a segurança e a boa governação; que contemple outros três que criem um contexto económico favorável à prossecução daqueles: o crescimento económico, o comércio e a interconexão; e que não esqueça o direito a um trabalho decente, a coesão social, a igualdade de géneros e o ambiente (Comissão das Comunidades Europeias, 2005).

Como se afirmava no conceito de segurança de 2003:

*“O desenvolvimento de África é presentemente considerado uma prioridade na agenda política internacional e existe um largo consenso internacional sobre as medidas básicas a tomar. Estamos perante uma ocasião única para dar a África um impulso decisivo na via do desenvolvimento sustentável. Parceiro antigo e vizinho próximo de África, a UE está bem posicionada para desempenhar um papel decisivo neste processo. A Europa e África estão ligadas por uma história comum, culturas cruzadas e objectivos partilhados. O desenvolvimento sustentável social, económico e político de África é, por conseguinte, a nossa preocupação comum. Enquanto África adopta uma nova visão para o futuro do continente, a UE deve responder ao seu apelo com o mesmo sentido de responsabilidade e a urgência necessários. A próxima década (2005-2015) marcará um momento decisivo nas relações entre a Europa e África. Em conjunto, África e a EU devem intensificar os seus esforços para combater o flagelo do VIH/SIDA, a pobreza, a degradação do ambiente, os conflitos violentos e a falta de serviços sociais de base e de investimentos essenciais. A estratégia da UE para África exposta na presente comunicação, que deveria ser adoptada pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2005, é a resposta da UE ao duplo desafio que*

*consiste em colocar África na via do desenvolvimento sustentável e da concretização dos ODM até 2015. É esta a nossa missão, é este o nosso dever”* (Comissão das Comunidades Europeias, 2005: 42)

Não deixa de ser interessante salientar que, a exemplo desta segunda cimeira que agora se preconiza, a primeira foi também realizada durante a presidência portuguesa da União Europeia, no ano 2000, o que traduz o forte empenhamento nacional nesta iniciativa.

Desde a definição da estratégia da União Europeia para África, a Europa tem demonstrado o seu empenhamento em prosseguir e aprofundar os objectivos do Milénio em relação a este Continente (Comissão das Comunidades Europeias, 2005).

Relembra-se que a União Europeia é, actualmente, o maior parceiro comercial de África, com cerca de 45 % do mercado externo africano (representando 144 biliões de dólares em 2000, cinco vezes superior ao comércio dos Estados Africanos entre si) e garante mais de 50 % da ajuda externa ao desenvolvimento (União Europeia, 2005).

Salienta-se a participação Europeia na operação ARTEMIS<sup>18</sup>, em 2003, com o objectivo de contribuir para a estabilização das condições de segurança na região e a melhoria da situação humanitária em Bunia, na República Democrática do Congo (RDC), na missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança na RDC, a seu pedido, em 2005<sup>19</sup> e o apoio que concedeu às Nações Unidas no acompanhamento das eleições, neste país, em 2006<sup>20</sup>.

### **(3) Iniciativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)**

Forçada a sucessivos esforços de transformação para se adaptar aos novos requisitos de segurança, a Aliança Atlântica continua a constituir a principal garantia da defesa dos Estados membros e um importante vector de estabilidade e segurança. A sua intervenção crescente em espaços geográficos alargados, da Bósnia e do Kosovo ao Afeganistão, Iraque ou Paquistão, traduz a importância dos riscos e ameaças que enfrenta e a sua natureza crescentemente global.

Portugal, que se tem mantido envolvido nas discussões sobre as novas arquitecturas de segurança e defesa em curso, desde o final da Guerra Fria, contribui de forma signi-

---

<sup>18</sup> Decisão do Conselho 2003/432/CFSP, de 12JUN03, na sequência da Resolução do Conselho de Segurança nº 1484, de 30 de Maio de 2003

<sup>19</sup> Para informação adicional consultar o site [http://www.consilium.europa.eu/cms3\\_fo/showPage.asp?id=909&lang=PT&mode=g](http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.asp?id=909&lang=PT&mode=g)

<sup>20</sup> Para mais informação consultar o site [http://www.consilium.europa.eu/cms3\\_fo/showPage.asp?id=1091&lang=PT&mode=g](http://www.consilium.europa.eu/cms3_fo/showPage.asp?id=1091&lang=PT&mode=g)

ficativa para o empenhamento da Aliança nos diferentes Teatros de Operações em que tem sido envolvida, tendo militares seus estado presentes em todas as áreas de empenhamento.

Embora a sua atenção esteja actualmente mais orientada para Leste, a Aliança mantém a dimensão transatlântica que lhe deu existência e confere solidez.

Neste contexto, o “Allied Joint Command Lisbon” está particularmente bem situado sobre o Atlântico, na zona mais meridional da Europa, observando directamente todo o espaço marítimo que liga os dois continentes. A sua missão inclui a contribuição para a estabilidade, através do diálogo e da cooperação no âmbito do partenariado para a paz e do diálogo do Mediterrâneo.

A discussão sobre a intervenção da Aliança fora da sua área tradicional foi ultrapassada com o estabelecimento, na Cimeira de Praga, da necessidade de dispor de forças capazes de se deslocarem rapidamente “para onde quer que sejam necessárias” e de manterem operações a grande distância, inclusive em ambiente Nuclear, Biológico ou Químico (NBQ) (LARRABEE, S., HEISBOURG, F., 2003).

A partir de 2005 discute-se a participação da Aliança em acções de reconstrução pós-conflito e de *Statebuilding* (NATO, 2005) e, pela primeira vez, a pedido da União Africana (UA), realiza uma missão em África, na conturbada região do Darfur, fornecendo transporte e instrução aos *peacekeepers* da UA (NATO, 2007)

#### **(4) Iniciativas da França (RECAMP)**

Com um passado colonial, a França tem-se mostrado sempre interessada em defender a comunidade francófona em África e no desenvolvimento das capacidades dos países colocados na sua área de esforço preferencial. A actividade de cooperação militar conduzida pela França é efectuada no quadro do Programa de Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz, mais conhecido pelo nome de RECAMP.

Este caso é de especial importância para nós, uma vez que fornece um exemplo de um esforço multinacional, liderado por um país numa situação pós-colonial, muito semelhante àquela em que Portugal se inscreve no âmbito da CPLP.

O conceito RECAMP é a resposta da França ao interesse africano no desenvolvimento de uma capacidade autónoma para lidar com as crises e participar em operações de manutenção da paz, em que se inserem as iniciativas da União Africana e do NEPAD nos seus esforços para reforçar as organizações regionais e sub-regionais nos domínios da prevenção e resolução de conflitos (Etat-Major InterArmées de Force et d'Entraînement, 2006).

Apresentado em 1998, este conceito reconhece a necessidade de coordenação dos programas de cooperação militar em África, no âmbito da Defesa e Segurança, associando a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos nestes esforços.

Tendo reafirmado, na sua reforma da Defesa Nacional de 2001, que África continuava sendo uma prioridade da sua política externa, como parceiro tradicional e privilegiado, a França declarou que o conceito RECAMP assentava na não ingerência nos assuntos internos dos Estados africanos e tinha como finalidade a assistência na prevenção e tratamento de crises e a criação e fortalecimento de uma capacidade autónoma de manutenção da paz. O projecto foi apresentado à União Europeia em 2003 e, em 2005, abriu-se a uma parceria com ela, com a União Africana (UA) e com outros interessados.

O programa articula-se em três níveis distintos:

- **A Cooperação:** ao nível político, político-militar e militar, tendo em vista:
  - A criação de meios de prevenção e gestão das crises e de mecanismos de defesa;
  - A formação de quadros, militares e civis, indispensáveis à actividade de manutenção da paz e à organização e funcionamento dos Estados-Maiores, de nível estratégico e operacional;
  - A criação de um quadro de referência para os diversos programas de cooperação bilateral.
- **O Treino:** em parceria com a União Africana, a União Europeia, as organizações sub-regionais africanas, outros países africanos interessados e com outros parceiros europeus e não europeus, para desenvolver as capacidades de tomada de decisão e de planeamento operacional e estratégico, bem como a interoperabilidade das forças. Assenta num conjunto interligado de exercícios regionais, envolvendo seminários, conferências, exercícios de Postos de Comando e reuniões de análise das lições aprendidas;
- **O Compromisso:** No apoio à criação e funcionamento de uma Força Africana Permanente (ASF) e de estruturas de paz e segurança na União Africana e nas organizações sub-regionais do Continente. O conceito assenta numa força gerada por uma organização sub-regional africana, sob autorização das Nações Unidas, num cenário de crise, para a qual o RECAMP contribuiria com forças e meios adicionais.

De entre as diferentes iniciativas salientam-se:

- O Centro Internacional de Treino de *Peacekeeping* Kofi Annan (KAIPTC), em Accra (Gana) e destinado aos decisores operacionais.
- A Escola de Manutenção da Paz do Mali, apoiada pela França, que forma anualmente, a nível tático, 150 a 200 estagiários (para observadores, Comandos de Brigada ou Comandos de Batalhão).
- As Escolas Nacionais com Vocação Regional (ENVR), dirigidas para a formação de quadros militares africanos e para o desenvolvimento de uma fraternidade assente no treino para a manutenção da paz. As de Koulikoro e de Libreville asseguram também a formação de Estado-Maior.
- E, finalmente, a formação, em território francês, orientada para a formação de Estado-Maior (em Compiègne), Logística (em Tours) e Operações e Administração (Montpellier) (Etat-Major InterArmées de Force et d'Entraînement, 2006).

#### c. Em resumo

As ameaças levantadas por uma África instável e subdesenvolvida justificam um elevado interesse da comunidade internacional nesta área geográfica. Os exemplos atrás descritos ilustram este facto à saciedade.

A cooperação, tradicionalmente encarada como expressão dos interesses de natureza geoestratégica ou económica, resulta, agora, da consciência de que o processo de globalização é incompatível com a persistência de manchas de exclusão e de focos de instabilidade regional.

As recentes iniciativas dos Estados Unidos, das quais ressaltam a criação de um Comando estratégico para África, as iniciativas europeias de apoio ao desenvolvimento das capacidades de prevenção, gestão e resolução de conflitos africanas e as recentes iniciativas da NATO, traduzem a importância crescente de África nas preocupações da comunidade internacional e permitem antecipar uma probabilidade acrescida da criação de mecanismos de cooperação entre estes actores, por um lado, e as organizações africanas de Defesa e Segurança, por outro.

Consideramos que a segunda hipótese: “Existem especiais preocupações em relação a África, que a colocam no centro das atenções da Comunidade Internacional”, fica deste modo demonstrada e confirmada e que o papel assumido pelo vector militar, em todas estas iniciativas, não confirma a terceira hipótese, “Numa situação de pós-conflito o vector militar perde importância, sendo substituído por outros actores, mais aptos, nesta fase da construção da paz”, em especial se considerarmos que as actividades descritas se inserem,

em larga medida, no conceito da Reforma do Sector da Segurança e confirmam a indispensabilidade e utilidade do vector militar.

A segunda questão: “África constitui uma preocupação especial neste domínio?” e a terceira: “O Vector militar preenche algum requisito, do processo de *Statebuilding*, nas situações de pós-conflito?”, ficam assim respondidas.

#### **4. Os interesses e o papel de Portugal**

##### **a. A afirmação dos interesses**

Considera-se, hoje, que os interesses de cada país não se esgotam nos estritos limites das suas fronteiras geográficas, desenvolvendo-se num inextricável conjunto de vectores de afirmação, linguísticos, culturais, civilizacionais, económicos, políticos, de defesa e outros, a que o processo de globalização confere uma actualidade inquestionável.

A noção de fronteiras, como delimitações de espaços no interior dos quais se desenvolve uma cultura específica, foi posta em questão pela natureza eminentemente transnacional das interacções globais. A constituição de uma Comunidade de Língua Portuguesa materializa um espaço de afirmação particular e ilustra bem o papel que a língua pode assumir na formação e diferenciação dos estados em relação às restantes entidades políticas.

*“A definição de língua a ser usada por uma nação não depende exclusivamente da vontade dos que a usam, mas também do alcance social da comunidade nas relações internacionais. Nenhum negócio se faz sem comunicação linguística e, sob esse prisma, as línguas são o primeiro e praticamente o único instrumento de ordem legal para a definição de papéis e de acções jurídicas. E para essa conjugação de efeitos, quanto mais a língua da comunidade é de prestígio, mais ela alcança resultados...”* (FAULSTICH, E.).

Enquanto veículo da identidade dos Estados, a língua permanece um instrumento fundamental das relações entre os povos na sua afirmação colectiva e na identificação dos interesses comuns, o reduto tradicional do Poder simbólico e afectivo e o veículo da afirmação identitária de uma comunidade de interesses. A língua, a história e a cultura são tão importantes como as instituições propriamente ditas (JÜTTING, J., 2003).

*“A língua é duplamente importante: serve, em cada Estado, como factor de consolidação de uma indispensável estabilidade interna e é uma força de agregação num espaço geograficamente fragmentado como é o da CPLP”* (MOREIRA, A., 2001: 26).

As comunidades emergentes, de que a CPLP é apenas um exemplo<sup>21</sup>, formam-se nos propósitos partilhados, baseados em interesses e desejos e não em regras abstractas de qualquer natureza. As comunidades sabem porque estão juntas e concordam quanto às condições para que isso aconteça.

Como se expressa no artº 1. dos estatutos da CPLP “*A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ... é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros*” (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2006).

Mas a cultura, da qual a língua faz parte, não é apenas uma parte essencial da resolução de conflitos. A cultura relaciona-se com a parte simbólica da existência e confere significância aos detalhes, informando-nos do que é ou não importante, permitindo-nos dar sentido e interpretar a vida e constituindo, por isso, um factor de identidade e identificação insubstituível (LeBARON, M., UVic Institute for Dispute Resolution., 1992).

No âmbito da cooperação político-militar com base na língua, a descontinuidade geográfica não é, necessariamente, um inconveniente, podendo até constituir uma característica de valorização, face à vantagem que resulta da posição geográfica de Portugal enquanto ponto de passagem e ligação entre os dois continentes mais desenvolvidos e o espaço atlântico.

No mundo globalizado, não existem actores completamente autónomos. A complementaridade dos respectivos interesses tem que ser procurada na presença em alianças que carecem de ser desenvolvidas de forma compatível, integrada e complementar.

Mas, os espaços de afirmação só cumprirão a sua finalidade se forem, simultaneamente, espaços de segurança colectivos, capazes de garantir os interesses dos seus membros contra ameaças que os transcendem, escapando muitas vezes aos limites geográficos de cada um. É o conceito que justifica a participação de Portugal num conjunto de organizações internacionais, onde se incluem a NATO e a EU.

Neste sentido, os processos de integração regional, grandes entendimentos à escala regional na segurança, defesa e cultura, de que a CPLP é um exemplo, desempenham um papel fundamental na afirmação identitária dos Estados.

---

<sup>21</sup> Para informação adicional sobre a CPLP consultar o Anexo 4.

## **b. A responsabilidade colectiva**

Para além da defesa da diferença cultural, Portugal assumiu um compromisso com a Comunidade Internacional ao aderir aos Objectivos do Milénio para a satisfação do qual promove iniciativas de natureza cultural, política ou económica, isoladamente ou em parcerias, como se confirma no relatório que Portugal apresentou em 2004, sobre a sua contribuição neste domínio (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2004).

Portugal procura, no essencial, contribuir para o Objectivo 8 – Desenvolvimento de uma Parceria Global para o Desenvolvimento – centrado na ajuda ao desenvolvimento, no acesso aos mercados e na sustentabilidade da dívida, embora também tenha contribuído para todos os restantes objectivos (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2004).

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), compromisso assumido por Portugal no âmbito dos objectivos do Milénio e dos compromissos com a União Europeia (Conferência de Barcelona, 2002), implicam que 0,33% do Rendimento Nacional Bruto sejam aplicados neste programa e que, até 2015, esse esforço cresça para os 0,70%.

As actividades desenvolvidas dão prioridade aos sectores da educação, saúde, governo, sociedade civil e serviços sociais, dedicando uma atenção muito particular às áreas relacionadas com a paz, procurando desenvolver a segurança e a estabilidade políticas, através do reforço das práticas de boa governação, do respeito pelos direitos humanos e das capacidades de manutenção de paz.

Neste sentido e dada a impossibilidade de agir em termos globais, Portugal tem concentrado a sua ajuda na África Subsaariana, em especial nos cinco países africanos da CPLP<sup>22</sup>.

A participação de Portugal na ajuda ao desenvolvimento constitui uma demonstração do compromisso nacional com os esforços internacionais, neste domínio, e confere-lhe autoridade noutros contextos, devido às capacidades desenvolvidas e demonstradas.

## **c. Portugal em África**

A ligação histórica que Portugal mantém com África é um factor que importa reconhecer e valorizar. O estatuto de antiga potência colonial, o conhecimento da realidade concreta dos países em causa e a forma como se têm vindo a desenvolver as relações com

---

<sup>22</sup> Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe

as antigas colónias reforçam essa ligação e transformam-nos em interlocutores credíveis em África, junto dos países de expressão oficial portuguesa.

É importante reconhecer o papel que, neste domínio, a língua pode desempenhar enquanto factor de coesão interna e vector de afirmação identitária, quando as comunidades se repartem por várias etnias, línguas e organizações gentílicas e o potencial que reside numa comunidade unida nos mesmos propósitos por uma língua comum.

A cooperação portuguesa, de natureza profundamente humanista, construtiva e cultural, está apenas limitada pelos recursos disponíveis e pela dificuldade em atender a todos os problemas em simultâneo.

As prioridades da cooperação abrangem três grandes áreas (Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005 de 22 de Dezembro - Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa):

- Boa governação, participação e democracia – Tendo em vista a capacitação da Sociedade Civil e do Estado em todas as vertentes da administração e da participação democrática da população, o reforço do Estado de direito e dos mecanismos de controlo financeiro, complementando com a consolidação do sistema de segurança interna. Nos Estados mais frágeis, apostar na promoção da paz, na prevenção e gestão dos conflitos e nas medidas de estabilização internas, promovendo a sua integração nos mecanismos de segurança regionais.
- Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza – entendidos na sua globalidade, incluindo a saúde, educação, habitação, alimentação, combate à exclusão e promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. No que diz respeito à educação, apresentado como o sector-chave da cooperação portuguesa e fundamental para o processo do desenvolvimento, a partilha de uma língua e de uma cultura comuns são instrumentos facilitadores e auspiciosos de eficácias acrescidas neste domínio.
- A educação para o desenvolvimento – tendo como objectivo principal a preparação para uma participação activa na cidadania global.

O documento abre caminho à cooperação multilateral, considerando-a simultaneamente como um desafio e uma oportunidade, e estabelece os princípios orientadores dessa cooperação multilateral:

- Uma atenção especial a África
- Apoio à estabilização e transição para o desenvolvimento
- Apoio aos objectivos de desenvolvimento do milénio

- Reforço do espaço lusófono

A orientação africana da política de cooperação e desenvolvimento portuguesa resalta, de forma clara, da sua orientação estratégica. Era isso que se esperaria do país e aquilo que, legitimamente, a comunidade internacional lhe poderia exigir. Os portugueses devem ser capazes de viver na Europa à sua maneira, ou seja combinando as suas diferenças com a comunidade de valores (MACEDO, J.B.d., 2006).

### **(1) Acção política portuguesa – cooperação e desenvolvimento**

A cooperação portuguesa em África iniciou-se formalmente em 1974, com a criação de um Gabinete Coordenador da Cooperação<sup>23</sup> e a Comissão Nacional da Descolonização<sup>24</sup> (MOREIRA, A., 2001) e (LEITE, T.I.J.A.T., 2006).

Em 1976, o Primeiro Governo Constitucional definia a perspectiva da colaboração com as ex-colónias, afirmando que devia assentar na desdramatização dos problemas e no respeito escrupuloso pelas soberanias e pelos interesses respectivos, em termos de igualdade (RIBEIRO, G.G., 2006).

O desenvolvimento de uma política para a cooperação continuou em 1999, com a publicação do documento “A Cooperação Portuguesa no limiar do Século XXI” e, mais tarde, com a “Visão estratégica para a cooperação portuguesa” (Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005 de 22 de Dezembro).

Neles se expressa o carácter multidimensional da política de cooperação, simultaneamente presente nos planos político, económico e cultural, se define a direcção central deste esforço “estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo, e de reaproximação a outros povos e regiões” e se esclarece o objectivo: “afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia, capaz de valorizar o património histórico e cultural do País”.

Data desta altura a implementação de um conceito integrado de cooperação com as ex-colónias, assumindo o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) a sua coordenação, através do Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD), criado em 2003, que confere uma direcção única à actividade da Cooperação.

A cooperação sustenta-se politicamente no artº 7 da Constituição da República Portuguesa “Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países

---

<sup>23</sup> Decreto-Lei 791/74

<sup>24</sup> Decreto-Lei 792/74

de língua portuguesa” e tem expressão política nos Programas do Governo e nas Grandes Opções do Plano (GOP).

Num contexto de execução descentralizada, compete a cada Ministério conceber e executar a política sectorial da cooperação (RAMALHO, P., 2006). Ao IPAD compete garantir:

- A definição das estratégias
- A definição e coordenação dos projectos e objectivos transversais
- A sustentabilidade das iniciativas e a capacitação dos destinatários

Pretende-se, com este quadro, garantir a adequada direcção, coordenação e financiamento da ajuda pública ao desenvolvimento a nível interministerial, assegurar um planeamento, programação e acompanhamento coerentes, facilitar a avaliação permanente e instituir um interlocutor credível para as instituições privadas e outras organizações não governamentais, no domínio da concertação e convergência de esforços e da concentração de dados estatísticos referentes ao sector.

Pretende, assim, o Governo garantir a credibilidade das iniciativas, o apoio público à sua condução, o aumento da capacidade negocial com actores externos e, de forma geral, contribuir para a eficiência e eficácia dos programas em execução.

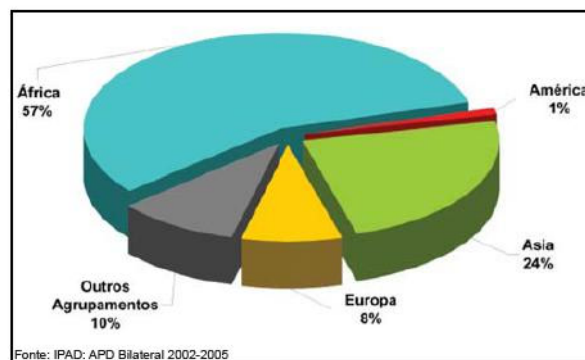


**Figura 1** – Distribuição geográfica da APD Bilateral Portuguesa em 2005

No diploma da sua constituição (Decreto-Lei 5/2003 de 13 de Janeiro), identifica-se a cooperação para o desenvolvimento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como uma vertente prioritária da política externa portuguesa, orientada pelos valores da solidariedade e do respeito pelos direitos humanos.

Embora a política de cooperação não se esgote nos PALOP, estes constituem a prioridade da política portuguesa de ajuda ao desenvolvimento (Fig 1 e 2). África absorveu, em 2005, 57% da totalidade dos recursos investidos em acções bilaterais, imediatamente seguida pela Ásia com 24% do esforço (no essencial centrado na ajuda a Timor-Leste).

|                                                        | 2002           | %          | 2003           | %          | 2004           | %          | 2005           | %          |
|--------------------------------------------------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|
| Milhões de Euros                                       |                |            |                |            |                |            |                |            |
| <b>APD BILATERAL, TOTAL</b>                            | <b>197.443</b> | <b>100</b> | <b>161.494</b> | <b>100</b> | <b>702.446</b> | <b>100</b> | <b>175.644</b> | <b>100</b> |
| ANGOLA                                                 | 15.325         | 7,8        | 17.249         | 10,7       | 575.892        | 82,0       | 16.836         | 9,6        |
| CABO VERDE                                             | 11.554         | 5,9        | 35.611         | 22,1       | 24.772         | 3,5        | 36.499         | 20,8       |
| GUINÉ-BISSAU                                           | 7.051          | 3,6        | 7.304          | 4,5        | 9.767          | 1,4        | 10.874         | 6,2        |
| MOÇAMBIQUE                                             | 25.367         | 12,8       | 16.920         | 10,5       | 19.516         | 2,8        | 18.150         | 10,3       |
| SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE                                    | 13.806         | 7,0        | 9.856          | 6,1        | 10.299         | 1,5        | 9.224          | 5,3        |
| PALOP **                                               | 15.193         | 7,7        | 4.280          | 2,7        | 4.047          | 0,6        | 4.295          | 2,4        |
| TIMOR LESTE                                            | 80.485         | 40,8       | 37.781         | 23,4       | 20.568         | 2,9        | 27.907         | 15,9       |
| OUTROS PAÍSES                                          | 28.662         | 14,5       | 32.492         | 20,1       | 37.585         | 5,4        | 51.859         | 29,5       |
| <b>APD MULTILATERAL, TOTAL</b>                         | <b>144.852</b> | <b>100</b> | <b>121.379</b> | <b>100</b> | <b>127.445</b> | <b>100</b> | <b>127.782</b> | <b>100</b> |
| NAÇÕES UNIDAS                                          | 11.489         | 7,9        | 7.139          | 5,9        | 8.270          | 6,5        | 8.397          | 6,6        |
| 1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões      | 11.489         | 7,9        | 7.139          | 5,9        | 8.270          | 6,5        | 8.397          | 6,6        |
| COMISSÃO EUROPEIA                                      | 77.766         | 53,7       | 78.232         | 64,5       | 90.508         | 71,0       | 102.708        | 80,6       |
| 2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento         | 64.642         | 44,6       | 60.966         | 50,2       | 63.708         | 50,0       | 76.800         | 60,1       |
| 2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento        | 13.124         | 9,1        | 17.266         | 14,2       | 25.585         | 20,1       | 22.601         | 17,7       |
| 2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento               |                |            |                |            | 1.215          | 1,0        | 3.507          | 2,8        |
| FMI, BANCO MUNDIAL E OMC                               | 7.896          | 5,5        | 10.185         | 8,4        | 10.573         | 8,3        | 10.194         | 8,0        |
| 3.1. Grupo Banco Mundial                               | 7.298          | 5,0        | 9.590          | 7,9        | 9.990          | 7,8        | 9.590          | 7,5        |
| 3.2. Organização Mundial do Comércio                   | 598            | 0,4        | 595            | 0,5        | 583            | 0,5        | 604            | 0,5        |
| BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO                    | 46.766         | 32,3       | 21.584         | 17,8       | 13.996         | 11,0       | 2.821          | 2,2        |
| OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS                      | 935            | 0,6        | 4.239          | 3,5        | 4.097          | 3,2        | 3.662          | 2,9        |
| das quais:                                             |                |            |                |            |                |            |                |            |
| GEF - Global Environment Facility                      | 0              | 0,0        | 2.134          | 1,8        | 1.103          | 0,9        | 1.103          | 0,9        |
| Protocolo de Montreal                                  | 355            | 0,2        | 1.130          | 0,9        |                |            | 50             | 0,0        |
| CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries **** |                |            |                |            | 724            | 0,6        | 572            | 0,4        |
| <b>APD TOTAL</b>                                       | <b>342.295</b> |            | <b>282.873</b> |            | <b>829.891</b> |            | <b>303.426</b> |            |
| Para referência:                                       |                |            |                |            |                |            |                |            |
| % APDIPNB                                              |                |            |                |            |                |            |                |            |
| % APDIRNB***                                           | 0,27           |            | 0,22           |            | 0,63           |            | 0,21           |            |

Fonte: IFAD

\*\* PALOP: Países africanos de língua portuguesa.

\*\*\* APDIPNB: Assistência Pública Internacional em Desenvolvimento.

\*\*\*\* CPLP adicionada à lista das organizações multilaterais em Junho de 2005. Aprovada a adesão ao Grupo de Trabalho de Estatísticas do CAD, Paris, 14-15 Junho 2005. Os montantes aqui incluídos respeitam às contribuições de carácter multilateral.

Figura 2— Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa 2002/2005

A definição da visão política e estratégica de Portugal, neste domínio, de há muito contempla as actividades características do *Statebuilding*. Na Resolução do Conselho de Ministros nº 196/2005, lê-se o seguinte: “a missão fundamental da cooperação portuguesa consiste em contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável... caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito... Reforço da segurança humana, em particular em «Estados frágeis» ou em situações de pós-conflito... Apoio ao desenvolvimento económico, numa óptica de sustentabilidade social e ambiental... na capacidade de estes Estados garantirem níveis de segurança compatíveis com os princípios da democracia, da boa governação, da transparência e do Estado de direito, envolvendo questões relacionadas com a estruturação, regulação, gestão, financiamento e controlo do sistema de defesa”.

A cooperação exprime-se em três domínios fundamentais: Cooperação para o desenvolvimento; Cooperação Técnico-Científica e Cooperação Técnico-Militar que constituem as medidas um, dois e três, cujo orçamento respectivo se indica na figura 3.

| PO05 Consolidado |             |        |            |        |               |       |             |
|------------------|-------------|--------|------------|--------|---------------|-------|-------------|
| Ano Orçamental   | Medida 1    |        | Medida 2   |        | Medida 3      |       | Total       |
|                  | Valor       | %      | Valor      | %      | Valor         | %     |             |
| 2005             | 214.774.688 | 94,59% | 5.800.037  | 2,55%  | 6.491.443     | 2,86% | 227.066.168 |
| 2004             | 173.459.550 | 85,19% | 30.151.468 | 14,81% | não se aplica |       | 203.611.018 |

Fonte: Direcção Geral do Orçamento/Instituto Português do Apoio ao Desenvolvimento (Relatório de execução anual de 2005)

**Figura 3**– Dotação Inicial do P05 por medidas

A execução da Cooperação Técnico-Militar é da responsabilidade do Ministério da Defesa, através da Direcção Geral da Política de Defesa Nacional (DGPDN) e do seu Departamento de Cooperação Técnico-Militar (DCTM), e traduz-se no empenhamento de militares e civis, em acções no domínio da Defesa e Segurança.

Para uma informação mais detalhada sobre as acções concretas desenvolvidas pela Cooperação Portuguesa e, em particular, pela Cooperação Técnico-Militar, consultar o anexo sobre a evolução do Sistema da Cooperação Portuguesa, integrado no livro sobre o tema, coordenado pelo Professor Adriano Moreira (MOREIRA, A., 2001: 247) e o *site* do DCTM dedicado à Cooperação Técnico-Militar,<sup>25</sup>.

Outra característica desta política é a responsabilização permanente dos intervenientes, em linha com as práticas consensuais da comunidade internacional.

Garantindo a coerência de todo o sistema, foi criada a Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC) (pelo Decreto-Lei n.º 175/85, de 22 de Maio), para garantir a direcção e coordenação política da APD, reforçar o papel coordenador do Ministério dos Negócios Estrangeiros e assegurar, assim, a eficácia da acção, a troca de informação e a concertação das iniciativas.

É, ainda, garantida a realização bianual de um Conselho de Ministros, especificamente destinado a debater assuntos da cooperação, assegurar a coesão nacional nas diferentes iniciativas, a integração da política de cooperação no conjunto da política geral do Estado e a complementaridade dos esforços conduzidos ao nível de cada um dos Ministérios.

É preciso ter presente a importância económica da cooperação, no tecido económico nacional. Como dizia Braga de Macedo “*A apropriação das políticas de desenvolvimento pelos parceiros sociais e pelos financiadores internacionais do desenvolvimento está*

*interligada com a qualidade das instituições e com o rigor científico e técnico das mesmas políticas. É assim que a parceria global para o desenvolvimento (8º ODM) passa por melhorar a base de conhecimentos científicos e técnicos sobre a qual Governo e associações empresariais constroem a suas estratégias de desenvolvimento nacional, tendo em conta a conjuntura global”* (MACEDO, J.B.d., 2006: 11)

## **(2) O Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)**

Em Abril de 2006, o Ministro da Defesa Nacional e o Ministro dos Negócios Estrangeiros deram a conhecer em cerimónia pública, o novo programa de apoio às missões de paz em África (PAMPA), que resulta da reorientação estratégica da Cooperação Técnico-Militar que, desde 1990, vinha a desenvolver a sua actividade nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que integra as conclusões da cimeira de Bissau de 2006, onde são identificados os desafios e a contribuição da CPLP<sup>26</sup>, para o cumprimento dos objectivos do Milénio (Ministério da Defesa Nacional, 2006b).

O Programa, orientado para a capacitação dos Estados envolvidos nesta actividade de cooperação, assume, de forma clara e pragmática, quatro eixos de desenvolvimento, que traduzem as áreas prioritárias de esforço (Ministério da Defesa Nacional, 2006a):

- 1º Eixo – Capacitação institucional no âmbito da Segurança e Defesa;
- 2º Eixo – Formação de militares dos Países Africanos;
- 3º Eixo – Cooperação com Organizações Regionais e Sub-regionais Africanas;
- 4º Eixo – Mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (em particular NATO e UE).

Este Programa pretende promover, no espaço de intervenção, a construção de umas Forças Armadas, devidamente organizadas e instruídas, inseridas na estrutura do Estado e constituindo um vector de afirmação nacional e inscreve-se, claramente, numa estratégia de desenvolvimento das capacidade autónomas e de integração institucional, inserido no conceito mais abrangente da Reforma do Sector da Segurança.

## **(3) Portugal nas organizações internacionais (EU e OSCE)**

No mesmo sentido se dirigem as disposições da proposta de Programa para 18 meses, das próximas presidências alemã, portuguesa e eslovena, da União Europeia (Governo Português, 2007).

---

<sup>25</sup> Para mais informação consultar [http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/DGPDN/departamento\\_coop\\_tecmilitar/coop\\_tecnico\\_militar\\_bilateral.htm](http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/DGPDN/departamento_coop_tecmilitar/coop_tecnico_militar_bilateral.htm)

<sup>26</sup> Para informação mais detalhada sobre a CPLP, consultar o Anexo 3.

Nela se reafirmam as intenções de garantir a paz e a estabilidade mundiais, nomeadamente através de uma capacidade de resposta eficaz nas situações de prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação pós-conflito.

O documento expressa o objectivo da realização de uma 2ª Cimeira UE-África, durante a Presidência Portuguesa, com o objectivo de desenvolver as relações entre a Europa e a África (Governo Português, 2007), complementando e aprofundando as actividades e políticas que a União Europeia vinha desenvolvendo em relação a África.

Em simultâneo, assiste-se a um esforço para racionalizar e rentabilizar os investimentos através de mecanismos dedicados, de que são expressão o NEPAD e as European Development Finance Institutions (EDFI).

Portugal continua a política, já assumida em 2002, quando assumiu a presidência da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), e promoveu, como se descreve no enunciado do ponto três das “Linhas de força da Presidência Portuguesa”, de 2002, a prevenção de crises, a resolução pacífica dos conflitos e a reabilitação pós-conflito, como os vectores essenciais correspondentes à “vocação da OCSE” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2001).

A mais valia da cooperação portuguesa radica, pelo que atrás se expõe, na língua e no conhecimento histórico, bases que sustentam todo o esforço e que devem ser adequadamente promovidas através da educação, da formação e do enquadramento institucional.

Portugal assume a herança cultural e histórica que lhe pertence na ligação aos países de língua oficial portuguesa, sustentada na responsabilidade de contribuir, enquanto membro responsável da comunidade internacional, para a segurança e desenvolvimento de África.

Estes dois factores associados têm presidido à intervenção portuguesa em África, apoiados por um vasto conjunto de políticas e de iniciativas, das quais a Cooperação Técnico-Militar assume particular relevo, pelo crescente pragmatismo que impede a diluição dos recursos em actividades dispersas e de pouca relevância e concentra as prioridades da cooperação nos países da CPLP, em especial nos PALOP e em Timor-Leste.

Observando que o essencial da actividade da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP se tem centrado na capacitação dos Estados africanos e das suas Forças Armadas, na perspectiva da Reforma do Sector da Segurança, o número considerável de quadros militares envolvidos e ainda a participação das Forças Armadas Portuguesas em operações de Manutenção da Paz e de reconstrução do Estado em Timor, Bósnia, Kosovo, Iraque e Afeganistão, entre outros, considera-se que Portugal dispõe, actualmente, de um vasto património

nio de experiência acumulada no domínio das acções de *Statebuilding*, em relação às quais apresenta especiais competências e capacidades e a habilitação para falar com voz própria.

#### **d. Em resumo**

Não fica confirmada a quarta hipótese de trabalho: “A experiência de Portugal não está relacionada com acções de *Statebuilding* e, portanto, não existe uma especial capacidade do país para enfrentar este tipo de problemas”, embora a quinta se confirme totalmente: “Portugal tem uma especial ligação com África que o torna especialmente útil no apoio a programas de construção de estados nessa área do mundo”. Consideram-se respondidas afirmativamente as duas últimas questões colocadas: “A experiência de Portugal torna-o um participante credível e um parceiro desejado, nos processos de “*Statebuilding*” em África?” e “Portugal está especialmente preparado e vocacionado para actuar na comunidade dos Países Africanos de expressão Oficial Portuguesa (PALOP)”.

A última pergunta é satisfeita, por acréscimo, em resultado do conjunto da argumentação apresentada.

#### **5. Conclusões**

Os acontecimentos do 11 de Setembro modificaram a perspectiva americana em relação a África, que ocupa um lugar crescente nas preocupações estratégicas dos Estados Unidos, pela necessidade de contenção do terrorismo, pela competição por recursos naturais, que transformaram África no palco do conflito de interesses entre a China e os Estados Unidos, e, finalmente, pela convicção que as instabilidades e a fraqueza relativa de muitos estados africanos constituem uma ameaça à segurança da comunidade internacional.

Nesta alteração, os Estados Unidos são acompanhados por toda a Comunidade Internacional, com destaque para os países da União Europeia (e, dentro desta, especialmente Portugal, França e Inglaterra), alimentados por uma percepção comum das novas ameaças, em que sobressaem o terrorismo, o crime organizado (de armamento, droga e pessoas), a propagação de epidemias e doenças e o desequilíbrio ambiental e pela necessidade urgente de reduzir as condições que lhes dão origem, nomeadamente a miséria, o conflito, a violência e a corrupção civil e militar.

A ligação entre Estados em dificuldades, fracos, falhados ou colapsados e economicamente subdesenvolvidos e a probabilidade de conflito, transforma as acções de *Statebuilding* em actividades críticas, em especial quando o apoio externo para a reconstrução das infra-estruturas, das instituições e da economia do país é fundamental para prevenir o retorno da violência.

Neste processo, o sector da segurança e as restantes instituições do Estado e outras organizações presentes, incluindo as não governamentais, partilham tarefas e responsabilidades. A sociedade civil e o vector militar têm que se reconciliar com o conceito de acção comum, sob uma direcção única, assente na convergência dos esforços, perante o interesse maior da segurança colectiva.

O desenvolvimento da paz e da segurança continuará a exigir, por tempo indeterminado, a manutenção do Estado como actor central, embora não único, da cena internacional.

É imperativo reconhecer que as dimensões civil e militar coexistem durante e após os conflitos, que são indissociáveis e que a prevalência dos actores só é determinada perante o problema concreto a resolver.

O desejo da comunidade internacional de que a intervenção não careça de suporte militar deve ser abordado de forma cuidadosa. A possibilidade de intervenção, em situação de crise ou emergência humanitária grave, contra a vontade do Estado no território do qual ela decorre, vem argumentar em favor de uma perspectiva integrada.

A cooperação para o desenvolvimento que Portugal patrocina não é só a expressão da responsabilidade com que o país partilha as preocupações da Comunidade Internacional, mas também uma expressão concreta da sua afirmação no mundo e da identidade própria do espaço lusófono. É uma obrigação e um interesse fundamental.

O Sector da Defesa e Segurança em Portugal dispõe de uma experiência considerável que o acredita como interlocutor valioso no desenvolvimento de uma política de cooperação integrada, em particular em situações de crise e de pós-conflito, conferindo maior relevância à afirmação de Portugal na comunidade internacional e no mundo.

#### **a. Afirmação**

A integração de Portugal na NATO e na EU confere-lhe uma representatividade que, no plano político e diplomático, se pode traduzir numa presença activa nas discussões internacionais e numa melhor defesa dos interesses nacionais.

Esta política de integração de interesses é particularmente importante em relação à CPLP, porque se sustenta numa comunidade que partilha uma cultura, uma história e uma língua comuns, o que ilustra a sua importância especial.

A maturidade demonstrada pela Forças Armadas das antigas colónias portuguesas tem garantido um processo de reconstrução dos Estados que, não obstante as dificuldades e os alternados sucessos e reveses, permitiu evitar situações de conflito interno generalizado e vem afirmando, crescentemente, a sua credibilidade internacional.

As Forças Armadas Portuguesas, que estiveram sempre disponíveis para apoiar os seus anteriores adversários, gostariam de pensar que contribuíram para esta evolução muito positiva, sem que por isso seja retirado o mérito aos verdadeiros protagonistas.

Sendo Portugal um país de poucos recursos, dificilmente poderá mobilizar os orçamentos e as competências exigidas pelo aprofundamento do processo da cooperação, o que recomendaria a abertura à cooperação multilateral.

A centragem da intervenção portuguesa na CPLP e, em particular, nos Países Africanos da CPLP, no âmbito da ajuda ao desenvolvimento e da cooperação, é justa, consentânea com as possibilidades e os interesses nacionais e deve ser prosseguida por Portugal enquanto actividade estruturante daquele espaço geográfico.

A influência da rede de amizades e conhecimentos existentes, em ambos os lados da relação, deve também ter o seu lugar na perspectiva da utilização do *softpower*.

#### **b. Cooperação**

Existe uma crescente convergência internacional para a intervenção em África, envolvendo países, organizações e alianças, a que os Estados Unidos, através do AFRICOM e do ACOTA, a França, com o RECOMP, Portugal, com o PAMPA, a NATO, e a UE através de iniciativas próprias, conferem expressão global, abrindo novos futuros a uma colaboração multilateral profícua.

No contexto da política de cooperação portuguesa e dada a crescente importância de África para as principais organizações internacionais, nomeadamente na área da defesa, existe a oportunidade de um maior empenho das organizações da área da defesa e segurança em que Portugal participa, nomeadamente da NATO e da EU. Esse empenho poderia, por exemplo, assentar nas necessidades de aplicação e treino do novo conceito de forças potentes, flexíveis e de natureza expedicionária que se pretendem criar.

A posição de Portugal na liderança da União Europeia este ano, a anunciada cimeira euro-africana para o final de 2007 e a existência de um CJTF da NATO, em Portugal, poderão ser algumas das vias para o reforço da utilização do vector militar numa perspectiva integrada.

Os compromissos assumidos pelas diferentes organizações internacionais, na ajuda ao desenvolvimento e na resolução das crises, podem, também, ser utilizados em benefício dos países africanos da CPLP, desde que Portugal os consiga mobilizar através de programas adequados, criteriosamente elaborados e permanentemente avaliados.

Estas opções obrigariam a uma postura activa e agressiva nos espaços multilaterais em que o país participa, de modo a influenciar as políticas, os critérios de atribuição de

recursos e a produção de consensos sobre a cooperação para o desenvolvimento, permitindo a um país como o nosso, sem recursos financeiros significativos, mobilizar parte apreciável da opinião e dos recursos internacionais, no desenvolvimento das capacidades dos países africanos da CPLP, para a promoção da paz e da segurança.

O aumento da participação de organizações não governamentais (NGO), nos diferentes programas, pode ainda constituir uma mais valia em todo o processo, desde que os mecanismos de coordenação e de controlo, estabelecidos para acompanhar a sua actividade, garantam o pragmatismo dos esforços e a eficiência nos objectivos.

A participação de Portugal nas organizações regionais e sub-regionais, do interesse da CPLP, deverá merecer atenção especial, numa perspectiva de progressiva participação nos processos de capacitação local e de entrosamento regional. O mesmo se passa em relação às iniciativas que outros países, nomeadamente europeus, desenvolvam neste domínio.

Portugal deverá, ainda, permanecer disponível para reforçar a colaboração em acções de *Statebuilding*, em complementaridade com outras acções de apoio ao desenvolvimento e cooperação militar. Essa disposição não só garantiria a Portugal uma presença mais escutada nos *fora* internacionais, como uma melhor argumentação na defesa dos seus interesses, em particular no domínio da cooperação com África.

Deverá ser assegurada uma estreita complementaridade e coordenação dos esforços no domínio multilateral e bilateral, podendo estes constituir as bases para o estabelecimento de parcerias com outros interessados.

A formação, o ensino e a divulgação da língua continuam a constituir vectores fundamentais da capacitação institucional e deverão ser prosseguidos num conjunto diversificado de iniciativas, quer junto dos interessados, quer em território nacional.

### **c. Prioritização**

As prioridades do vector militar da intervenção portuguesa devem, assim, assentar:

- Na capacitação institucional dos Estados, como principal via para o desenvolvimento e erradicação dos conflitos tendo por base a reforma do sector da segurança, no pressuposto de que a paz e segurança são os fundamentos do desenvolvimento;
- Na utilização de todos os instrumentos disponíveis, no domínio bi e multilateral, estando presente e influenciando as políticas das organizações de que Portugal é membro ou onde mantém uma presença activa, promovendo acções de cooperação, de ajuda ao desenvolvimento e de reforma do sector da segurança,

propondo a realização de programas integrados, multilaterais, pragmáticos e claramente objectivados e assumindo, sem complexos, a sua liderança;

- Na promoção, com ONGs e outros interessados, de abordagens integradas e pragmáticas permanentemente avaliadas, quanto aos resultados e eficiência;
- Na promoção de acções militares conjuntas e combinadas, no domínio da capacitação dos Estados e da instrução e treino no âmbito das operações de manutenção de paz;
- Na utilização da experiência adquirida pelo vector militar, quer individual quer colectivamente, como uma mais valia na agregação de outros cooperantes;
- Na promoção do ensino e da divulgação da língua e da cultura portuguesas;
- No objectivo último de contribuir para um ambiente de maior estabilidade interna, de confiança na organização da Defesa Nacional, de melhoria da cooperação e integração a nível regional, da elevação do prestígio dos participantes na ordem externa e na criação de condições para um desenvolvimento sustentável e em paz.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANNAN, K. (2005) *In larger freedom: towards development, security and human rights for all* New York: United Nations.

ANNAN, K. (2000a) *United Nations Millennium Declaration* New York: United Nations.

ANNAN, K. (2000b) *We the people: the role of the United Nations in the twenty-first century* New York: United Nations.

Association of Concerned Africa Scholars. *U.S. Military Programs in sub-Saharan Africa, 2001-2003* [em linha]. 2003a [referência de 11-02-2003]. Disponível na Internet em: <<http://www.prairienet.org/acas/military/miloverview.html>>.

Association of Concerned Africa Scholars. *US International Military Education and Training Program (IMET)* [em linha]. 2003b [referência de 11-02-2003]. Disponível na Internet em: <<http://www.prairienet.org/acas/military/imet.html#participants>>.

BOUTROS-GHALI, B. *An Agenda for Development: Report of the Secretary-General* [em linha]. ONU, 1994 [referência de 6 de Maio de 1994]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/80/Docs/SG/agdev.html>>  
<[http://www.un.org/Docs/SG/ag\\_index.htm](http://www.un.org/Docs/SG/ag_index.htm)>.

BOUTROS-GHALI, B. *An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping* [em linha]. ONU, 1992 [referência de 17 de Junho de 1992]. Disponível na Internet em: <<http://www.globalpolicy.org/reform/initiatives/ghali/1992/0617peace.htm>>.

BOUTROS-GHALI, B. *Supplement to an Agenda for Peace: position paper of the Secretary-General on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations* [em linha]. ONU, 1995 [referência de 3 January 1995 ]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>>.

BRAHIMI, L. (2000) *Report of the Panel on United Nations Peace Operations* New York: United Nations General Assembly.

CALE, P.P. (2005) *African Command The Newest Combatant Command* Carlisle: U.S. Army War College.

CHENEY, D. (2001). *Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future- Report of the National Energy Policy Development Group*. Washington: U.S Government Printing Office.

CHIARELLI, P.W. (2005). Winning the peace: the requirement for full-spectrum operations. *Military Review*, July-August 2005.

Comissão das Comunidades Europeias (2005). *Estratégia da UE para a África: rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Governança Europeia - Um livro branco*. Bruxelas.

Comissão das Comunidades Europeias (2003). *Governance and Development*. Brussels.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2006) *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006)*: Secretariado Executivo.

Comunidade Europeia. *Acordo que altera o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros* [em linha]. 2005a [referência de 10-02-2006]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12101.htm>>.

Comunidade Europeia. *Estratégia da UE para África: rumo a um Pacto Euro-Africano a fim de acelerar o desenvolvimento de África* [em linha]. 2005b [referência de 06-11-2006]. Disponível na Internet em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12540.htm>>.

Conselho da Europa (2003). *Uma Europa Segura num mundo melhor, estratégia europeia em matéria de segurança*. Bruxelas.

DOCKING, T. (2001) *Peacekeeping in Africa* Washington, DC: United States Institute of Peace.

Etat-Major InterArmées de Force et d'Entraînement. *Cycle RECAMP V* [em linha]. 2006 [referência de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.recamp5.org/conrec.php#trois>>.

EVANS, G.J., et al. (2001). *The responsibility to protect : report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*. Ottawa: International Development Research Centre.

FAULSTICH, E. *Papel político-linguístico do Brasil no contexto de um novo mapa de integração* [em linha]. [referência de 10-11-2006]. Disponível na Internet em: <<http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/cdnos500anos/seminarios/semin2/fala8.html>>.

FUKUYAMA, F. (2004). *State-building : governance and world order in the twenty-first century*. London: Profile.

FUKUYAMA, F. (2005). State-Building as the Core of Capacity Development. *World Bank Institute - Development Outreach*, September 2005.

GANNON, J. (2000). *Global Trends 2015 - A Dialogue About the Future With Nongovernment Experts*. National Intelligence Council (CIA).

GIL, A.C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Governo Português. *Programa para 18 meses das presidências alemã, portuguesa e eslovena da União Europeia* [em linha]. 2007 [referência de 17-01-2007]. Disponível na Internet em: [http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Primeiro\\_Ministro/Documentos/20070117\\_PM\\_Do\\_c\\_Trio\\_Presidencias\\_UE.htm](http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Primeiro_Ministro/Documentos/20070117_PM_Do_c_Trio_Presidencias_UE.htm).

Human Security Center. *What is Human Security ?* [em linha]. 2005 [referência de 15-01-2007]. Disponível na Internet em: <http://www.humansecurityreport.info/content/view/24/59/>.

Independent Evaluation Group (2006). *Engaging with Fragile States - An IEG Review of World Bank Support to Low-Income Countries Under Stress (LICUS)*. Washington: World Bank.

Institute for Security Studies. *Profile: Southern African Development Community (SADC)* [em linha]. 2006 [referência de 19-02-2007]. Disponível na Internet em: [http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3069&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3069&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3).

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2004). *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio • Relatório de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (SAIS). *The Conflict Management Toolkit - Introduction to Conflict Management*. *Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (SAIS)* [em linha]. 2005 [referência de 14 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <http://cmtoolkit.sais-jhu.edu/index.php?name=index>.

JOLLY, R., FUKUDA-PARR, S. (1999). *The Human Development Report 1999*. New York: Oxford University Press.

JÜTTING, J. (2003). *Institutions and Development: a critical review*. Paris: OECD Development Centre. Working Paper No. 210.

KAUFMANN, D., KRAAY, A., MASTRUZZI, M. (2006). *Governance Matters V: Aggregate and Individual Governance Indicators for 1996-2005*. Washington: The World Bank.

LAMB, H. *Our Global Neighborhood - Report of the Commission on Global Governance (A Summary Analysis)* [em linha]. 1996 [referência de 2005]. Disponível na Internet em: <http://www.sovereignty.net/p/gov/gganalysis.htm>.

LARRABEE, S., HEISBOURG, F. *Que papel global pode e deve desempenhar a OTAN?* [em linha]. 2003 [referência de 2003]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/docu/review/2003/issue1/portuguese/debate.html>>.

LeBARON, M., UVic Institute for Dispute Resolution. (1992). *Conflict and culture : a literature review and bibliography*. Rev. ed. [Victoria, B.C.]: UVic Institute for Dispute Resolution.

LEITE, T.I.J.A.T. (2006) *As Forças Armadas Portuguesas e a cooperação com os países de língua oficial portuguesa* Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

LEVY, B., KPUNDEH, S.J., World Bank (2004). *Building State Capacity in Africa : new approaches, emerging lessons*. Washington, DC: World Bank. WBI development studies.

LIPSON, M. (2003). *Interorganizational Networks in Peacekeeping and Humanitarian Relief: An Institutional Theory Perspective*. Philadelphia: American Political Science Association.

LOK SABHA SECRETARIAT Bureau of Parliamentary Studies and Training (BPST) [em linha]. 2007 [referência de 07-02-2007]. Disponível na Internet em: <<http://164.100.24.208/ls/bpst/bpst.htm#Aims,%20Objects%20and%20Activities>>.

LUND, M.S. (1996a) *A curva do conflito* Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.

LUND, M.S. (1996b). *Preventing violent conflicts : a strategy for preventive diplomacy*. Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.

MACEDO, J.B.d. *Competitividade portuguesa na economia global* [em linha]. 2006 [referência de 12-01-2007]. Disponível na Internet em: <<http://econpapers.repec.org/paper/unlunlfep/wp493.htm>>.

McCARTNEY, C., FISCHER, M., WILS, O. (2004). *Security sector reform : potentials and challenges for conflict transformation*. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management. Berghof handbook dialogue series ; no.2.

Ministério da Defesa Nacional. *Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)* [em linha]. 2006a [referência de 19-02-2007]. Disponível na Internet em: <[http://www.mdn.gov.pt/destaques/2006/apresent\\_pampa.htm](http://www.mdn.gov.pt/destaques/2006/apresent_pampa.htm)>.

Ministério da Defesa Nacional (2006b) *Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)*

Ministério dos Negócios Estrangeiros. *OSCE - 2002: Linhas de Força da Presidência Portuguesa* [em linha]. 2001 [referência de 2001]. Disponível na Internet em: <<http://www.min-nestrangeiros.pt/mne/osce/>>.

MOREIRA, A. (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

NATO. *NATO's assistance to the African Union for Darfur* [em linha]. 2007 [referência de 19-02-2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/issues/darfur/index.html>>.

NATO. *Transatlantic Challenges: Post-Conflict Reconstruction* [em linha]. 2005 [referência de 11-07-2005]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/docu/speech/2005/s050711g.htm>>.

Office of the Coordinator for Reconstruction and Stabilization. *Post-Conflict Reconstruction Essential Tasks* [em linha]. 2005 [referência de 01-04-2005]. Disponível na Internet em: <<http://www.state.gov/s/crs/rls/52959.htm>>.

Organisation for Economic Co-operation and Development. *Security System Reform and Governance: Policy and Good Practice* [em linha]. 2004 [referência de 10-11-2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/20/47/31642508.pdf>>.

Organisation for Economic Co-operation and Development. Development Assistance, C. (2005). *Security system reform and governance : a DAC reference document*. Paris: OECD. DAC guidelines and reference series.

PATRICK, S. *A Strategy to Prevent Failed States* [em linha]. 2005a [referência de 17-07-2005]. Disponível na Internet em: <<http://www.cgdev.org/content/opinion/detail/3116/>>.

PATRICK, S. *A Strategy to Prevent Failed States*. *Miami Herald* [em linha]. 2005b [referência de 5-2-2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.cgdev.org/content/opinion/detail/3116/>>.

PAYNE, C. Peacekeeping in Interstate vs. International Conflicts. *World Conflict Quarterly* [em linha]. 2001 [referência de 5 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.globalterrorism101.com/index.html>>.

PESSIN, A. *US Creates Military Command for Africa* [em linha]. 2007 [referência de 06-02-2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.voanews.com:80/english/2007-02-06-voa31.cfm>>.

PUREZA, J.M. (2005). *Prevenção de conflitos armados, cooperação para o desenvolvimento e integração justa no sistema internacional*. Coimbra.

RAMALHO, P. (2006) *Discurso perante a Comissão Parlamentar de Defesa*

REIDER, B. (2004) *Joint capabilities for post-conflict operations* Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies - United States Army Command and General Staff College.

RIBEIRO, G.G. (2006). *O Reencontro - Da Ponte Aérea à Cooperação*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito. História; 24.

SIPRI (2006). *SIPRI Yearbook 2006 - Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press.

The African Studies Centre, et al. (2003). *Failed and Collapsed States in the International System*. Leiden, Amsterdam, Coimbra, Madrid.

The World Bank Group. *Why Should I Care?* [em linha]. 2007 [referência de 5-2-2007]. Disponível na Internet em: <<http://youthink.worldbank.org/issues/conflict/>>.

U.S. Department of State (1995) *Focus on the United Nations: UN Peacekeeping Operations*

UN Department of Public Information (2000). Fourth Committee - Peacekeeping Reform. *United Nations Chronicle*, 4.

União Europeia (2005). *EU support for peace and security in Africa*. Bruxelas.

United Nations Economic and Social Comissions for Asia and the Pacific (UNECAP). *What is good Governance ?* [em linha]. 2007 [referência de 23-01-2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.asp>>.

United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women. *Security sector reform* [em linha]. 2004 [referência de 15-01-2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.un-instraw.org/en/index.php?option=content&task=blogcategory&id=151&Itemid=210>>.

United Nations Peacekeeping Operations Department (2006) *Background note: United Nations Department of Public Information*.

WATKINS, C. *Provincial Reconstruction Teams (PRTs): an analysis of their contribution to security in Afghanistan* [em linha]. 2003 [referência de 5 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://www.institute-for-afghan-studies.org/Contributions/Projects/Watkins-PRTs/index.htm>>.

WATKINS, K. (2005). *The Human Development Report 2005*. New York: United Nations Development Programme.

WEINSTEIN, J.M., PORTER, J.E., EIZENSTAT, S.E. (2004). *On the Brink: Weak States and US National Security*. Washington: Center for Global Development.

White House (2002). *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington.

Wikipedia - The Free Encyclopedia. List of United Nations peacekeeping missions. *Wikipedia - The free Encyclopedia* [em linha]. 2006a [referência de 27-02-2007]. Disponível na Internet em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_UN\\_peacekeeping\\_missions](http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_UN_peacekeeping_missions)>.

Wikipedia - The Free Encyclopedia. National Security. *Wikipedia - The free encyclopedia* [em linha]. 2006b [referência de 1 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/National\\_security](http://en.wikipedia.org/wiki/National_security)>.

Wikipedia - The Free Encyclopedia. Peacekeeping. *Wikipedia - The free Encyclopedia* [em linha]. 2006c [referência de 22 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Peacekeeping>>.

Wikipedia - The Free Encyclopedia. Timeline of United Nations peacekeeping missions. *Wikipedia - The free Encyclopedia* [em linha]. 2007 [referência de 28-01-2007]. Disponível na Internet em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Timeline\\_of\\_UN\\_peacekeeping\\_missions#\\_ref-0](http://en.wikipedia.org/wiki/Timeline_of_UN_peacekeeping_missions#_ref-0)>.

WOOD, S. *Africa Command Will Consolidate U.S. Efforts on Continent* [em linha]. 2007 [referência de 07-02-2007]. Disponível na Internet em: <<http://www.defenselink.mil/news/NewsArticle.aspx?ID=2946>>.

World Bank. *Country Policy and Institutional assessments - 2004 Assessment questionnaire* [em linha]. 2004 [referência de 2004]. Disponível na Internet em: <<http://siteresources.worldbank.org/IDA/Resources/CPIA2004questionnaire.pdf>>.

WULF, H. (2000). *Security Sector Reform*. Bonn: Bonn International Center for Conversion. BICC Brief.

## CORPO DE CONCEITOS

|                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acordo de Cotonou               | <p>O Acordo de Cotonou é um acordo comercial entre a União Europeia e os países ACP. Assinado a 23 de Junho de 2000 em Cotonou, Benin, o acordo irá regulamentar a relação ACP-UE pelo menos até 2020. Afecta mais de 100 estados: os 25 Estados-membros da UE e os 77 países ACP e sucede à Convenção de Lomé. Fonte:</p> <p><a href="http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Cotonou">http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_de_Cotonou</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| África Subsaariana              | <p>A África Subsaariana é, geralmente, considerada como um conjunto de 45 países - África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gambia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, República U. da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué (Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, versão brasileira)</p>                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Bens Públicos                   | <p>O Sucesso dos Estados mede-se pela sua capacidade em produzir bens públicos. Indicam-se os essenciais por ordem hierárquica:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Segurança: a função básica do Estado que garante o quadro através do qual todos os restantes bens públicos podem ser produzidos;</li><li>• Lei: Um sistema de códigos e de procedimentos que regulam as interacções da população e estabelece as normas de conduta;</li><li>• Cuidados médicos e de saúde;</li><li>• Escolas e Educação;</li><li>• Infra-estruturas críticas;</li><li>• Sistema bancário e financeiro;</li><li>• Sistema económico;</li><li>• <i>Fora</i> para a sociedade civil;</li><li>• Um sistema de protecção ambiental.</li></ul> <p>Fonte:</p> <p><a href="http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html">http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html</a></p> |
| Complexos de Segurança Regional | <p>Espaços estratégicos de segurança assentes em espaços contíguos (normalmente de base geográfica), interdependentes do ponto de vista da segurança, para enfrentar problemas que não podem ser resolvidos independentemente (União Europeia, NATO, UA e a SADC são exemplos de espaços de interdependências securitárias).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Corrupção                       | <p>A Corrupção consiste no aproveitamento do poder público para obter ganhos pessoais. Surge sob muitas formas: Suborno, apropriação indevida de bens públicos, nepotismo (favorecimento de familiares na obtenção de trabalho e de contratos), influência sobre a feitura das leis e regulamentos para obter benefícios próprios, etc.</p> <p>Fonte: <a href="http://youthink.worldbank.org/issues/corruption/index.php">http://youthink.worldbank.org/issues/corruption/index.php</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Estados Colapsados              | <p>São Estados falhados onde existe um completo vazio de autoridade (raro). Todos os indicadores de saúde são “buracos negros”. A intervenção externa pode ajudar a fazer passar para a situação de Estados Falhados. São</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

|                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | <p>exemplos históricos: Líbano, Tajiquistão e Serra Leoa</p> <p>Fonte:</p> <p><a href="http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html">http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Estados Falhados | <p>Um Estado falhado é aquele em que o Governo não tem controlo sobre a totalidade do seu território, não é entendido como legítimo por parte significativa da população, é incapaz de garantir a segurança interna ou os serviços básicos aos seus cidadãos e não dispõe do monopólio do uso da força.</p> <p>(Fonte: Foreign Policy, 2006, The failed states Index, disponível na Internet em &lt;<a href="http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3420">http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3420</a>&gt;)</p> <p>Outra definição:</p> <p>Estados Falhados são aqueles cujos respectivos governos não têm controlo sobre a totalidade do território ou não têm o monopólio do uso da força. Outras circunstâncias a originarem a mesma classificação incluem, por exemplo: falta de legitimidade e de autoridade do governo; incapacidade de assegurar serviços básicos; incapacidade de evitar um clima generalizado de desobediência; corrupção generalizada, etc. Podem ainda cair nesta classificação todos os países que estiverem sujeitos a restrições à sua soberania, por exemplo, em consequência de um embargo, bloqueio ou ocupação militar.</p> |
| Estados Fortes   | <p>São aqueles que garantem o controlo total dos seus territórios e disponibilizam serviços de elevada qualidade aos seus cidadãos. Têm um bom desempenho no PIB e obtêm esse reconhecimento no “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas</p> <p>&lt;<a href="http://hdr.undp.org/reports/global/2003/">http://hdr.undp.org/reports/global/2003/</a>&gt;), no “Índice de Percepção da Corrupção” &lt;<a href="http://www.transparency.org/cpi/2002/cpi2002.en.html">http://www.transparency.org/cpi/2002/cpi2002.en.html</a>&gt; da “Transparency International’s” e no “Relatório sobre a Liberdade no Mundo” da “Freedom’s House”&lt;<a href="http://www.freedomhouse.org/research/">http://www.freedomhouse.org/research/</a>&gt;</p> <p>Fonte:</p> <p><a href="http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html">http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html</a></p>                                                                                                                                                                                                                                     |
| Estados Fracos   | <p>Os que contêm tensões étnicas, religiosas, linguísticas ou outras, que limitem ou reduzam a sua capacidade de produção de bens públicos. As tensões podem degenerar em conflitos abertos. O PIB caiu ou está em queda. A corrupção é comum. A aplicação do primado da Lei é fraca. O Poder é ocupado por déspotas. Exemplo: Iraque (com Saddam), Bielorrússia, Coreia do Norte e Líbia.</p> <p>Fonte:</p> <p><a href="http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html">http://globalguerrillas.typepad.com/globalguerrillas/2004/05/failed_states.html</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Países ACP       | <p>Os países ACP, são uma associação de países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), formada para coordenar actividades da Convenção de Lomé de 1975. Os países membros são: Angola, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Cuba (Incorporação pendente da modificação do acordo constitutivo), Dominica, Djibuti República Dominicana, Etiópia, Eritreia, Fiji, Gabão, Gambia, Gana, Granada, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Guiana, Haiti,</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

|                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                            | <p>Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Jamaica, Quênia, Kiribati, Lesotho, Liberia, Malauí, Mali, Mauritania, Madagascar, Maurício, Micronésia, Moçambique, Namíbia, Nauru, Níger, Nigéria, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Samoa, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, Suriname, Suazilândia, Tanzânia, Tuvalu, Togo, Tonga, Trinidad e Tobago, Uganda, Vanuatu, Zâmbia e Zimbábue.</p> <p>Fonte: <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/ACP_countries">http://en.wikipedia.org/wiki/ACP_countries</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <i>Peacebuilding</i>       | <p>O <i>Peacebuilding</i> é um termo que define o conjunto das actividades das Nações Unidas que têm como objectivo estabelecer os fundamentos da Paz e garantir os instrumentos necessários para a construir com base nesses fundamentos. Esta actividade inclui, embora não se limite a isso, a reintegração dos antigos combatentes na sociedade civil, garantir a reforma do sector da segurança, reforçar o primado da lei, melhorar o respeito pelos direitos humanos, garantir apoio técnico para um desenvolvimento democrático e promover a resolução de conflitos e a utilização de técnicas de reconciliação.</p> <p>Tem como objectivo facilitar o estabelecimento de uma paz durável e prevenir a recorrência da violência através do ataque às raízes e efeitos das causas dos conflitos através da reconciliação, da construção institucional e política e da transformação económica.</p> <p>(Fonte: The Conflict Management Toolkit <a href="http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html">http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html</a>)</p> |
| <i>Peacekeeping</i>        | <p>Actividade cuja principal finalidade é a de fazer passar o conflito da violência às palavras e destas a uma solução pacífica. É normalmente solicitada a fazer parar a violência e a preservá-la uma vez conseguida. Quando bem sucedidas, estas operações dão normalmente lugar à reconstrução pós-conflito. (Fonte: The Conflict Management Toolkit - <a href="http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html">http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html</a>)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Prevenção de Conflitos     | <p>Abordagem dos conflitos que procura a sua resolução antes do eclodir da violência; (Fonte: The Conflict Management Toolkit - <a href="http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html">http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html</a>)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Reconstrução pós-conflito. | <p>Actividades que têm por finalidade evitar e prevenir o retorno à violência, através da resolução das causas do conflito, de forma a criar uma paz durável e sustentável.</p> <p>(Fonte: The Conflict Management Toolkit - <a href="http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html">http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html</a>)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Sector da segurança        | <p>Entendemos por “Sector da Segurança” o conjunto constituído pelas Forças Armadas, a Polícia, os Serviços de Informações, os Ministérios e departamentos relacionados com elas, as forças paramilitares (quando existirem), os organismos governamentais de supervisão e inspecção, as organizações da sociedade civil envolvidas no debate sobre as questões da segurança e, ainda, as organizações de defesa e segurança sub-regionais, regionais e internacionais.</p> <p><a href="http://www.iss.org.za/index.php?link_id=31&amp;link_type=12&amp;tmpl_id=2">http://www.iss.org.za/index.php?link_id=31&amp;link_type=12&amp;tmpl_id=2</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <i>Softpower</i>           | <p>É o processo de persuadir pessoas sem ser pela coerção. Baseia-se na cultura e no comportamento internacional dos Estados. É o Poder baseado em influências indirectas ou intangíveis, tais como a cultura, os valores e a ideologia.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

*Statebuilding*

Fonte: <http://www.wordspy.com/words/softpower.asp>

É a possibilidade de se obter o que se pretende através da atracção em lugar da coerção. Nasce da atractividade da cultura, ideais políticos e políticas de um país. Quando as nossas políticas são percebidas como legítimas aos olhos dos outros, o nosso *softpower* sai reforçado” (Joseph Nye)

Fonte: <http://www.futurecasts.com/book%20review%206-4.htm>

É o processo de reconstrução das Infra-estruturas e Instituições políticas, económicas e sociais de um Estado, fracas ou colapsadas, indispensáveis ao seu funcionamento normal. (The Conflict Management Toolkit - <http://www.sais-jhu.edu/cmtoolkit/index.html>)

## **APÊNDICE A – Questões Metodológicas**

### **a. O tema e a sua importância no actual contexto internacional**

O tema de trabalho foi atribuído por consenso, em reunião efectuada com o Curso de Promoção a Oficial General (CPOG), onde os trabalhos de investigação, para o corrente ano lectivo, foram propostos aos oficiais auditores.

O “Statebuilding” é uma preocupação forte da actualidade política das principais organizações internacionais e dos Estados. Esta preocupação desenvolve-se com o aprofundamento da compreensão da comunidade internacional sobre o seu papel no estabelecimento e manutenção da paz, particularmente em países numa situação de pré-conflito ou de conflito aberto, e sobre a necessidade da reconstrução do estado após o conflito, como parte essencial do processo de desenvolvimento.

Sendo consensualmente reconhecida a centralidade do Estado no sistema político internacional e o seu papel insubstituível na promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento, a relevância do tema resulta do desafio colocado à comunidade internacional de lhe conferir condições de funcionamento e solidez nos princípios de actuação, em particular em situações de especial dificuldade ou de falência do Estado.

Nas condições do pós-conflito, essa intenção é muito difícil de concretizar sem a contribuição do vector militar na criação de condições para o desenvolvimento dos processos políticos, económicos e sociais que conduzam à estabilidade e ao desenvolvimento, resultando daí o interesse em o analisar.

A importância do contributo do vector militar e da sua forma de emprego, têm variado ao longo do tempo, consoante o grau de integração da sua actuação com outras estruturas e organizações, de natureza governamental ou não, e o grau de controlo político que sobre ele exerce a comunidade internacional.

Como o tema propõe, centramo-nos em África, dadas as suas dificuldades especiais e o papel que Portugal pode desempenhar neste contexto.

Trata-se indiscutivelmente de um assunto da actualidade política contemporânea e um tema de estudo obrigatório para a comunidade internacional.

**b. Enunciado do tema, contexto e base conceptual**

O tema foi proposto com a seguinte formulação:

**“O papel do vector militar no “Statebuilding” – reconstrução das estruturas do Estado – nas situações de pós conflito, em particular no continente africano. Contributos possíveis da experiência nacional neste domínio”**

O processo de construção da paz, em relação ao qual as Nações Unidas assumem um papel central, conheceu um especial desenvolvimento e atenção após a queda do muro de Berlim, aproveitando o ambiente de desanuviamento e esperança que resultou do final da “Guerra Fria”. Esta situação teve uma expressão concreta com a apresentação da “Agenda para a Paz” (1992) e do “Suplemento da Agenda para a Paz” (1995) do Secretário-geral Boutros Galli e Kofi Annan, mais tarde consolidada com o “Relatório Brahimi” de 2000 e a “Conferência do Milénio”, ambos em 2000, e com os desenvolvimentos resultantes do relatório do Secretário-Geral “In Larger Freedom” e da “Conferência do Milénio + 5” de 2005.

Na sequência destes esforços, o “Statebuilding” veio conferir um novo ênfase ao aprofundamento dos esforços da comunidade internacional para o desenvolvimento de uma paz sustentável. Este é, na actualidade, um dos principais eixos sobre os quais se apoia a actividade das Nações Unidas, envolvendo os países, as forças armadas, as organizações do estado e as organizações não governamentais, num esforço global para a paz.

A componente militar destes esforços esteve sempre presente desde que o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, enunciou, em 1956, o seu conceito de “Peacekeeping”.

À medida que a compreensão do fenómeno se foi aperfeiçoando, a contribuição militar foi também assumindo novas dimensões, num processo de “geometria variável” consoante as exigências de cada situação.

No presente contexto é, pois, interessante analisar o papel que o vector militar pode desempenhar no esforço global do “Statebuilding”.

Procurando respeitar a formulação geral do tema proposto e tendo em vista os particulares interesses do país e a actividade que Portugal tem vindo a desenvolver junto da comunidade africana, centraremos nesta a nossa atenção. Procuraremos identificar de que

forma e com que instrumentos, tem participado neste desiderato global e como tem utilizado as suas Forças Armadas no apoio às políticas que, nesta matéria, tem vindo a desenvolver e a pôr em prática.

Neste contexto, procuraremos esclarecer de que forma esta actividade habilita e posiciona Portugal para a continuação e aprofundamento deste esforço.

Concluiremos consolidando e identificando os conceitos e as linhas de força da intervenção da Comunidade Internacional, liderada pelas Nações Unidas, transformando-os em linhas de acção exequíveis, razoáveis e adequadas para o tema proposto e coerentes com a lógica prosseguida.

### **c. O objecto de estudo, delimitação e objectivos**

O estudo está, assim, localizado na análise da forma como o vector militar poderá contribuir para este esforço global dirigido pelas Nações Unidas e na identificação das características que o tornam especialmente apto a participar nestas actividades, bem como dos diferentes papéis que lhe poderão ser atribuídos.

A análise foi conduzida no contexto das acções promovidas pelas Nações Unidas e daquelas que Portugal entendeu desenvolver de forma independente ou em colaboração com outros países e organizações internacionais, regionais ou sub-regionais, com especial incidência em África.

No nosso percurso começamos por contextualizar o problema, identificando a forma como se constituíram e se têm desenvolvido os esforços de paz das Nações Unidas. Tentaremos esclarecer a sua evolução e caracterizar o conceito do “Statebuilding”.

Analizamos, depois, as mais valias que o instrumento militar incorpora neste esforço, em especial nas situações de pós-conflito.

Vemos, em seguida, de que forma Portugal tem participado em acções de “Statebuilding”, fazendo incidir a nossa atenção sobre as suas actividades em África, no âmbito da Cooperação Técnica Militar (CTM), analisando a pertinência da sua actuação.

Concluimos sobre o interesse da participação do vector militar neste domínio, o significado da actividade que Portugal tem desenvolvido nesta matéria, prospectivando as acções que poderá desenvolver em África, tendo em vista as realidades locais e a existência de países e uma comunidade de expressão oficial portuguesa (a CPLP), bem como o

papel desempenhado pelas organizações internacionais, regionais e sub-regionais neste contexto.

**d. Questão central, questões derivadas e hipóteses de trabalho**

Elegemos, como **questão central** deste trabalho, a seguinte:

**QC - “Como pode Portugal utilizar as suas Forças Armadas em África, em processos de “Statebuilding”, numa situação de pós-conflito?”**

Desta interrogação, associada ao tema geral do trabalho, resultaram outras, derivadas e subsidiárias da primeira, às quais associámos algumas hipóteses que se enumeram:

**QD1 - “O que deve ser entendido por Statebuilding e qual o interesse da Comunidade internacional nesta questão?”**

Hipótese: O Statebuilding é um fenómeno recente, que resulta do desenvolvimento conceptual e do aprofundamento das Operações de Paz das Nações Unidas.

**QD 2 - “África constitui uma preocupação especial neste domínio?”**

Hipótese: Existem especiais preocupações em relação a África, que a colocam no centro das atenções da Comunidade Internacional.

**QD - 3 “O Vector militar preenche algum requisito do processo de Statebuilding, nas situações de pós-conflito?”**

Hipótese: Numa situação de pós-conflito o vector militar perde importância, sendo substituído por outros actores, mais aptos, nesta fase da construção da paz

**QD 4 - “A experiência de Portugal torna-o um participante credível e um parceiro desejado, nos processos de “Statebuilding” em África?”**

Hipótese: a experiência de Portugal não está relacionada com acções de Statebuilding e, portanto, não existe uma especial capacidade do país para enfrentar este tipo de problemas.

**QD 5 - “Portugal está especialmente preparado e vocacionado para actuar na comunidade dos Países Africanos de expressão Oficial Portuguesa (PALOP)?”**

Hipótese: Portugal tem uma especial ligação com África que o torna especialmente útil no apoio a programas de construção de estados nessa área do mundo.

**QD 6 - “Portugal tem alguma vantagem em cooperar com outros actores da cena internacional, no desenvolvimento deste esforço?”**

**e. O Método**

**(1) Instrumentos metodológicos**

Na análise do problema utilizámos o método hipotético-dedutivo definido por Karl Popper, com a formulação que lhe é conferida por Kaplan, em que, pela observação cuidadosa dos factos se constroem hipóteses, se deduzem as consequências documentadas e se procuram confirmar as conjecturas e corroborar as interrogações manifestadas nas questões de partida atrás enunciadas (GIL, A.C., 1999).

Recorreremos assim, metodologicamente, à consulta intensiva de documentos escritos, de preferência emanados de instituições e organizações nacionais e internacionais de reconhecida autoridade, de forma a garantir a credibilidade das fontes.

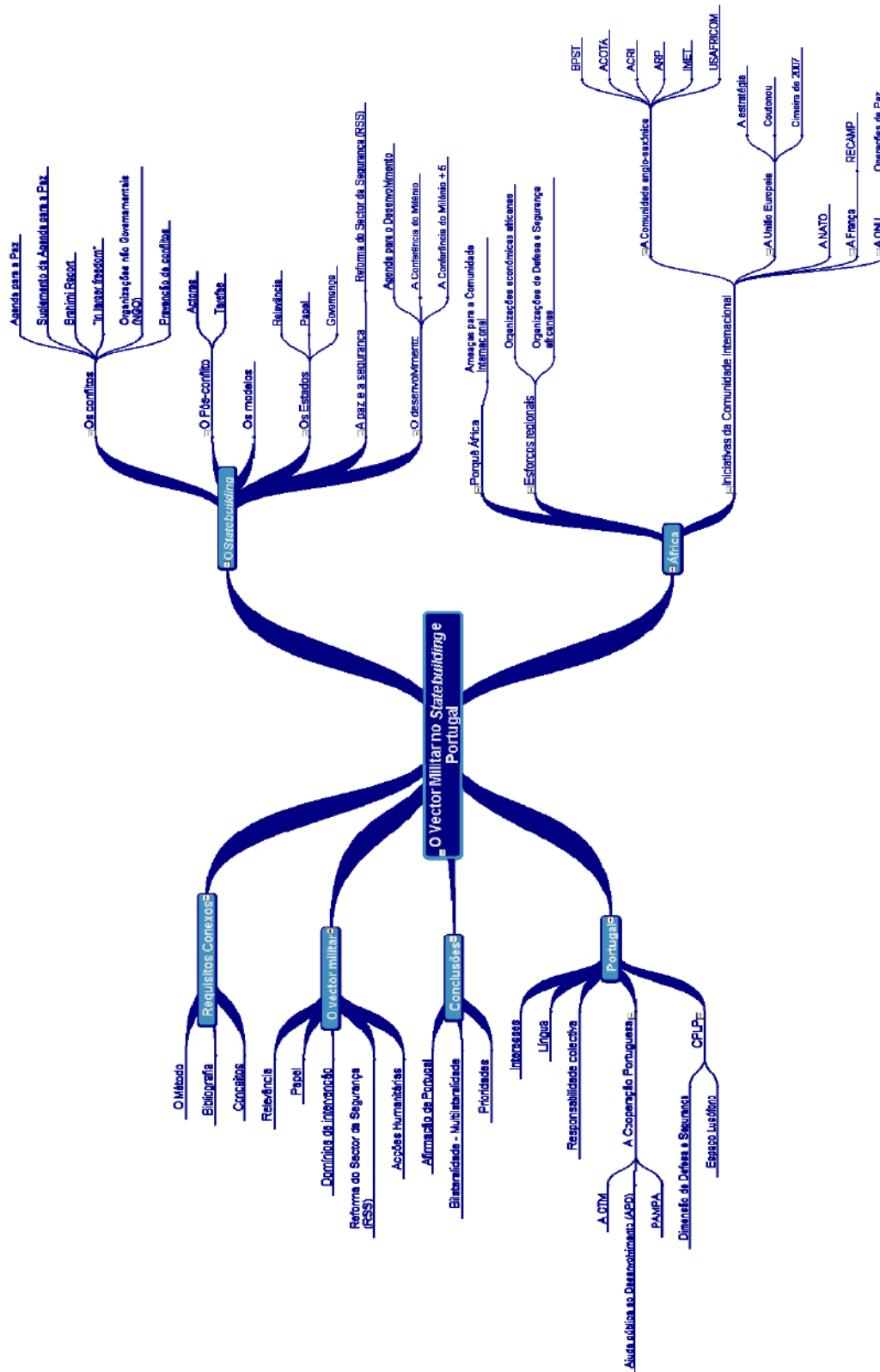
Procurámos esses documentos nas existências em biblioteca, em plataformas digitais, incluindo a Internet, e em publicações de referência na área em análise.

Apontamos, como exemplos, a “Agenda para a Paz” de Boutros Galli, o livro “O reencontro - da ponte aérea à cooperação militar”, do General Gonçalves Ribeiro, o livro de Francis Fukuyama “State Building: governance and world order in the twenty-first century” e o trabalho recentemente publicado “Construção de Estados: Administrações Internacionais das Nações Unidas” da autoria da investigadora portuguesa, Mónica Ferro.

Este método é servido por uma técnica de pesquisa documental sistemática e explicativa, operacionalizada por um instrumento de observação que consiste numa grelha conceptual de análise que desempenha o papel de filtro do conhecimento relevante para o problema em causa e que permitiu escrutinar, diferenciar, comparar e analisar os elementos mais significativos para a finalidade do trabalho.

O estudo documental foi complementado com a análise da actividade da cooperação militar desenvolvida sob a égide do Ministério da Defesa e da Direcção-Geral da Política de Defesa Nacional (DGPDN), bem como da acção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), organismo tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

**(2) Quadro Conceptual (“mindmapping”)**



### **(3) Percurso metodológico**

Descreve-se, em seguida, o trajecto que percorremos:

- ♦ Confirmámos as opções do estudo e garantimos a compreensão alargada do problema, através de uma pesquisa inicial, conduzida na Internet, em bibliotecas e em livrarias, complementada por conversas preliminares com pessoas que, no âmbito da Defesa, têm estado envolvidas em actividades de cooperação militar ou missões de paz;
- ♦ Iniciámos o estudo, traçando o ponto de situação da evolução das opções políticas internacionais até chegar ao conceito de “Statebuilding”;
- ♦ Continuámos, procurando compreender qual é, neste domínio, a importância de Africa para a comunidade internacional e o porquê desse interesse;
- ♦ Analisámos os processos e as interacções que caracterizam os conceitos, aprofundando o tema no que diz respeito à contribuição do vector militar, analisando de que forma a Comunidade Internacional tem contribuído para esta finalidade;
- ♦ Observámos, depois, a acção desenvolvida por Portugal no quadro do seu relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa, com especial ênfase no contributo do instrumento militar, identificando as capacidades desenvolvidas pelo país neste domínio e ligando essa experiência às exigências colocadas pela comunidade internacional;
- ♦ Identificámos as modalidades de participação nacional, num quadro bilateral, multilateral ou no contexto das organizações de que fazemos parte ou com as quais temos um relacionamento mais estreito, destacando, naturalmente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- ♦ Finalmente, concluímos, identificando o papel que Portugal poderá desempenhar neste desiderato comum, tendo em consideração a sua experiência e história, mantendo especial preocupação em centrar essa análise na contribuição do vector militar.

## APÊNDICE B – A Reforma do Sector da Segurança (RSS)

A utilização e integração dos componentes de segurança e defesa, na estrutura do Estado, relevam das iniciativas da Reforma do Sector da Segurança<sup>27</sup>.

Vista na perspectiva do desenvolvimento, a Reforma do Sector da Segurança (RSS) tem a ver com o dimensionamento das Forças Armadas e dos seus orçamentos, com o processo de democratização do Estado, com a boa governação (que deve incluir as Forças Armadas), com a reintegração das Forças Armadas numa situação de pós-conflito, com a prevenção de conflitos e, de uma forma geral, com a reconstrução dos Estados.

No conceito do Human Security Centre, a segurança engloba a defesa contra ameaças externas ao Estado, mas não termina aí: *“during the last 100 years far more people have been killed by their own governments than by foreign armies”* (Human Security Center, 2005)

Para as Nações Unidas, o sector da segurança inclui todas as organizações com autoridade para utilizar ou ordenar a utilização da força ou da ameaça ao uso da força, com a finalidade de proteger o Estado e os cidadãos, incluindo as que desempenham um papel importante neste sector devido ao seu envolvimento ou por serem prestadores de serviços de segurança (United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women, 2004).

Estruturas e mecanismos de segurança desadequados e ineficientes contribuem para a fragilidade da governação, para a instabilidade e para a violência (Organisation for Economic Co-operation and Development. Development Assistance, C., 2005).

Embora o processo de reforma do sector da segurança varie com a situação concreta, os seus objectivos prendem-se com quatro dimensões essenciais: a política, a institucional, a económica e a social. Sem a integração das organizações de defesa e segurança nestes três domínios, ficam comprometidos também os princípios da responsabilização, transparência e boa governação (United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women, 2004).

Para conseguir os seus objectivos, a RSS necessita: do desenvolvimento de uma estrutura institucional transparente, que integre as políticas de desenvolvimento e de segurança e inclua todos os actores relevantes; do reforço da boa governação das instituições e das organizações de segurança; e, finalmente, da construção de forças de segurança capa-

---

<sup>27</sup> Para melhor esclarecimento do tema consultar o Apêndice 4.

zes, profissionais e responsáveis (Organisation for Economic Co-operation and Development. Development Assistance, C., 2005).

Estes três desafios definem as exigências básicas da Reforma do Sector da Segurança: o enunciado de um conceito nacional de segurança, a criação das estruturas e políticas necessárias ao Estado para gerir segurança e desenvolvimento; o estabelecimento de políticas e práticas visando o reforço da boa governação das instituições de segurança responsáveis pela formulação, execução, gestão e acompanhamento das políticas de segurança; e a construção dos mecanismos institucionais indispensáveis à capacitação e funcionamento de todo o sistema da segurança (Organisation for Economic Co-operation and Development. Development Assistance, C., 2005).

A RSS só muito dificilmente poderá ter lugar nas situações de conflito violento aberto ou eminente, de desconfiança mútua ou de elevada tensão, casos em que as partes beligerantes procuram, de preferência, reforçar as suas próprias posições em detrimento das do adversário, procurando o apoio externo apenas na perspectiva do reforço da parte que o solicita (McCARTNEY, C., FISCHER, M., WILS, O., 2004).

É este também o caso das situações em que o Estado perdeu efectivamente o controlo de parte do seu território ou do monopólio do uso da força.

As perspectivas, contudo, são boas nos estados recém saídos de conflitos e que se encontram em processo de transformação ou de transição para a paz, particularmente se essa situação é acompanhada de programas de ajuda e se existe uma predisposição para aceitar a reorientação e a reforma através da ajuda externa, como se passa na generalidade dos casos. Os principais obstáculos residem no nepotismo subsistente, na corrupção, no envolvimento dos interessados em actividades criminosas e na própria inércia das Instituições (McCARTNEY, C., FISCHER, M., WILS, O., 2004).

Os objectivos da RSS são melhor atingidos se forem perseguidos em comum por países que partilhem de problemas e experiências semelhantes e que podem trabalhar em conjunto para o reforço da sua segurança mútua. O diálogo regional e sub-regional nas áreas de segurança e cooperação pode contribuir para o reforço da segurança interna e externa dos estados participantes, com probabilidades acrescidas de sucesso na resolução dos conflitos que transbordam das suas próprias fronteiras, como é frequentemente o caso em África. A forte posição assumida pela ECOWAS, em Maio de 1977, ao derrube do governo democraticamente eleito, da Serra Leoa ilustra bem esta situação (WULF, H., 2000).

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OECD estabeleceu cinco princípios a respeitar pelos interessados em participar em acções de Reforma do Sector da Segurança, que devem ser:

- “Centradas nas pessoas, de pertença local e assente em regras e princípios democráticos, de respeito pelos direitos humanos e pelo primado da lei, orientada para a libertação do medo;
- Entendidas como um quadro de referência para a estruturação da forma de enfrentar os desafios de segurança colocados aos Estados e às suas populações, através de políticas de desenvolvimento e segurança mais integradas e com um maior envolvimento e supervisão civil;
- Baseadas em actividades assentes em estratégias multi-sectoriais, fundamentadas em estimativas gerais sobre a gama de necessidades de segurança das pessoas e dos Estados;
- Desenvolvidas de acordo com os princípios elementares subjacentes à reforma do sector público, de que são exemplo a transparência e a responsabilização;
- Executadas através de processos e políticas claros, orientados para o desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas, indispensáveis a um funcionamento eficaz das políticas de segurança.

O desafio mais importante, porém, é a construção de uma visão produzida e controlada localmente sobre a estruturação e funcionamento do sistema de segurança” (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2004: 2).

Sendo vasta a gama de papéis e de tarefas que podem ser atribuídos às organizações militares, dependendo do ponto de vista do observador e das circunstâncias particulares da sociedade em que actua, é possível, contudo, tipificar alguns domínios em que o seu contributo pode constituir uma mais valia significativa:

- A protecção dos civis, vítimas dos conflitos, e a garantia do apoio humanitário, em colaboração com as agências internacionais responsáveis;
- O desenvolvimento das competências locais, que permitam a autonomia e a capacidade de decisão democrática das novas estruturas do estado;
- O dimensionamento das estruturas militares e policiais, a níveis compatíveis com as necessidades de defesa e segurança;
- A reintegração dos excedentes militares na sociedade civil, para que não surjam os inconvenientes recentemente registados no Iraque e em Timor-Leste.

A administração, o controlo e a regulamentação do Sector da Segurança transformaram-se em aspectos sensíveis da reconstrução dos Estados, exigindo uma atenção cuidada por parte dos legisladores, quer na produção das leis que orientam a sua actividade quer no enquadramento e integração institucional destas forças, quer ainda no estabelecimento dos mecanismos de controlo indispensáveis ao escrutínio permanente da sua actividade pela sociedade civil, numa perspectiva de transparência, responsabilidade e eficiência.

## **APÊNDICE C - A mudança de paradigma nas questões de segurança**

### **a. O desenvolvimento, a segurança, a paz e a prevenção dos conflitos**

A Comunidade Internacional considera, hoje, que o processo do desenvolvimento está no centro das questões relacionadas com a paz e a segurança.

O desenvolvimento económico é importante, não só na prevenção dos conflitos como também na situação posterior. É ponto assente que, quanto maior a prosperidade, mais baixo será o risco de conflito.

A Paz e a Segurança são conceitos intimamente ligados no mundo globalizado. Preparar a guerra para garantir a paz deixou de ser considerada a forma privilegiada da postura internacional dos estados soberanos.

A ideia que durante muito tempo prevaleceu, de que o desenvolvimento estaria completamente assegurado pela transferência de técnicos, tecnologias e investimento de capitais, cedeu passo à compreensão da importância capital das políticas e das Instituições que corporizam os Estados e materializam as capacidades indispensáveis à autonomia, independência e sustentabilidade dos Países.

A percepção, hoje em dia, de que os riscos e as ameaças assentam mais nos desequilíbrios sociais do que nas relações entre países e que a natureza difusa dos interesses, motivações e intenções dos actores nacionais e internacionais nem sempre é completamente conhecida ou controlada, tem forçado a comunidade internacional a escrutinar os instrumentos tradicionais do Estado, reanalizando e reavaliando o interesse, utilidade, oportunidade e forma de actuação das intervenções militares tradicionais.

A descoberta de que as soluções mais convenientes consistem, na maior parte das vezes, num esforço cooperativo, que resulta da dificuldade em resolver os problemas isoladamente, conduziu a um acréscimo da solidariedade internacional neste domínio e justifica a profunda discussão, ainda em curso, sobre a reestruturação do sector da segurança, que constitui o pano de fundo deste processo.

A incerteza é outra das características principais das políticas de segurança da actualidade, que nasce da dificuldade em determinar as motivações, as intenções e as capacidades dos adversários, que não são estados, e da dificuldade em calcular os efeitos globais, na área da segurança, das acções que ocorram num qualquer ponto do globo.

A resposta militar à incerteza tem vindo a ser desenvolvida através da criação de forças destacáveis, potentes e flexíveis, que possam ocorrer a qualquer situação de crise no mais curto espaço de tempo.

A necessidade de legitimar as intervenções e de garantir um quadro de emprego de forças que fosse, o mais possível, consensual na comunidade internacional centrou os debates, na Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o papel que se espera que possa desempenhar e sobre a sua transformação e adaptação à actualidade, num ambiente geral de reforma da própria organização e do sector da segurança.

No mundo actual e na ausência da anuência dos Estados interessados, repousa na Organização das Nações Unidas, enquanto fonte primária de legitimidade na cena internacional, a responsabilidade da decisão de intervenção para a prevenção dos conflitos e a definição dos instrumentos, métodos e processos mais adequados, para construir a paz e a segurança e zelar pela sua manutenção.

A prevenção dos conflitos e a reconstrução dos Estados, após o seu termo, constituem actividades críticas para a segurança e para a paz, premissas indispensáveis ao processo do desenvolvimento, à criação de sociedades estáveis e democráticas e ao combate à pobreza e à exclusão.

O que parece comum a todos os conflitos é que, normalmente, têm lugar em áreas caracterizadas por uma pobreza extrema, estagnação económica e uma total falta de perspectivas de futuro. A história parece demonstrar que, sem ajuda externa, os países nessas condições não conseguem resolver os conflitos que eclodem no interior das suas fronteiras.

Muitos dos países pobres do mundo estão encerrados num círculo vicioso em que a pobreza provoca o conflito que arrasta mais pobreza, provocando e reforçando a insegurança e a instabilidade globais, através dos mecanismos de enfraquecimento dos Estados.

Por seu lado, a situação de fraqueza dos Estados cria um ambiente propício à actividade de organizações criminosas, ao aumento do narcotráfico, à difusão do HIV/SIDA (agravada pela violação sistemática e em massa e pelo movimento dos refugiados) e, finalmente, à tentativa de controlo dos países por organizações terroristas que os pretendem transformar em santuários para as suas actividades criminosas. Estes são alguns dos mais importantes riscos colocados pelos estados nestas condições (The World Bank Group, 2007) e (WEINSTEIN, J.M., PORTER, J.E., EIZENSTAT, S.E., 2004).

Sendo que o problema assenta, fundamentalmente, na garantia da Paz e da Segurança e que a primeira tem como pressuposto a segunda, interessa clarificar de que modo os conceitos associados a cada um dos termos configuram o problema na sua essência.

Para estes efeitos, definimos Segurança como o conjunto de políticas e orientações que tem por objectivo garantir a sobrevivência e integridade do Estado, nas situações de guerra, de paz ou de crise, e que se exerce através das capacidades económicas, milita-

res e políticas e pelo exercício da diplomacia e da força (Wikipedia - The Free Encyclopedia, 2006b).

A prevenção de conflitos assenta, no essencial, numa intensa actividade diplomática, conjugada com outros instrumentos do Poder. Aplica-se em qualquer fase de uma crise existente ou potencial, com a finalidade de evitar, reduzir, conter ou eliminar um conflito existente ou potencial, prevenindo a sua escalada e a sua transformação em conflito aberto<sup>28</sup>.

Através da actividade diplomática dos Governos, da actuação de organizações internacionais (de natureza governamental ou não) e da força militar, pretende-se limitar o aumento das tensões e criar condições para o desenvolvimento de uma comunidade estável e coerente.

Toda a evolução da actividade de prevenção e contenção de conflitos, sobre a qual nos debruçamos, tem como fio condutor as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU), organismo que reúne, em si, não só a legitimidade que internacionalmente lhe é conferida pelo consenso das Nações, como a liderança na discussão e implementação das principais iniciativas neste domínio.

#### **b. A sensibilidade da comunidade internacional**

##### **(1) As Operações de *Peacekeeping* (1948-1992)**

Deve-se a Dag Hammarskjöld o estabelecimento da primeira missão armada<sup>29</sup> de paz das Nações Unidas (A United Nations Emergency Force<sup>30</sup> (UNEF), em 1956, estabelecida com a finalidade de acabar com a crise do Suez<sup>31</sup>).

---

<sup>28</sup> Sobre a evolução dos conflitos e dos instrumentos a utilizar em cada estágio, consultar o Anexo 5.

<sup>29</sup> Existiram missões anteriores: a UN Truce Supervision Organization, para acompanhar o cessar-fogo Israelo-Árabe, constituída em 1948, e a UN Military Observer Group in India and Pakistan, de 1949, para acompanhar o cessar-fogo entre a Índia e o Paquistão na Caxemira, que ainda estão em funcionamento, embora nenhuma das duas missões fossem armadas.

<sup>30</sup> A sua missão era a de, nos termos da resolução 1001 (ES-I) das NU, de 7 de Novembro de 1956, "... enter Egyptian territory with the consent of the Egyptian Government, in order to help maintain quiet during and after the withdrawal of non-Egyptian forces and to secure compliance with the other terms established in the resolution ... to cover an area extending roughly from the Suez Canal to the Armistice Demarcation Lines established in the Armistice Agreement between Egypt and Israel."

<sup>31</sup> A Crise do Suez foi uma guerra travada em território egípcio, em 1956. O conflito opôs o Egipto a uma coligação constituída pela França, Reino Unido e Israel e surgiu devido à nacionalização da Companhia do Canal de Suez, declarada por Gamal Abdel Nasser, interferindo directamente nos interesses económicos e comerciais dos franceses e britânicos, devido ao papel crucial que ocupava na distribuição mundial do petróleo. O interesse de Israel residia na intenção de limitar as incursões de guerrilheiros apoiados pelo Egipto. A ameaça de intervenção da União Soviética (USSR), ao lado dos egípcios, justificou a intervenção de uma força de interposição das Nações Unidas, de forma a constituir uma zona tampão (por iniciativa do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lester B. Pearson que,

Durante a primeira fase da sua existência, no período da guerra-fria, as operações de Apoio à Paz foram, na sua generalidade, bem sucedidas.

Uma vez que tinham que ser aprovadas pelo Conselho de Segurança, a anuência das superpotências constituía, por si só, a garantia da aceitação das partes limitando, desde logo, qualquer oposição. Caso as forças de manutenção da paz fossem confrontadas com o incumprimento de qualquer das partes, o assunto era rapidamente resolvido pelas pressões políticas e económicas da superpotência em cuja esfera de influência se situavam os intervenientes (PAYNE, C., 2001).

Desde a criação das Nações Unidas até 1992, o mundo conheceu cerca de 100 conflitos importantes, que provocaram cerca de 20 milhões de mortos. A impotência das NU para fazer face a este drama fica bem expressa nos 279 vetos registados durante esse período (BOUTROS-GHALI, B., 1992).

“During the Cold War, one or both of the two superpowers generally opposed using UN *Peacekeeping* to deal with most crises” (U.S. Department of State, 1995).

O relativo bloqueio imposto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em consequência da guerra-fria, desapareceu em 1989, com a tempestade política que abalou a Europa e o Mundo, na sequência da queda do Muro de Berlim<sup>32</sup>.

A nova esperança e o optimismo, que então se geraram, deram origem a novas expectativas no reforço e aprofundamento das operações de paz como meio de resolução dos conflitos.

Por outro lado, a libertação de tensões, até aí ferozmente reprimidas, provocou um aumento da conflitualidade no interior dos próprios estados e suscitou uma profunda alteração na natureza dos conflitos.

O fundamento das confrontações militares e civis é alterado. Os conflitos emergentes deixam de ser, no essencial, as confrontações inter-estatais, características da guerra-fria, para se transformarem em disputas intra-estatais, dificultando consideravelmente todas as tentativas de separação das partes em conflito e a aplicação de acordos de paz.

“O aspecto mais perturbador dos conflitos intra-estatais é a violação sistemática dos direitos humanos e o genocídio praticado pelas partes envolvidas. Em conflitos

---

pelo seu papel em acabar o conflito, acabaria por ganhar um prémio Nobel). O conflito foi considerado como um dos marcos do declínio do império britânico, marcando definitivamente a mudança na balança do Poder das potências europeias tradicionais para os Estados Unidos e União Soviética (Wikipedia).

<sup>32</sup> 9 de Novembro de 1989

intra-estatais é difícil distinguir os “bons” dos “maus” e os acordos de cessar-fogo e de paz negociados são aceites pelas partes para serem quebrados de seguida, em sucessão rápida, como é bem ilustrado pelo conflito na antiga Jugoslávia” (PAYNE, C., 2001).

A erosão do poder do estado, a ambiguidade e indeterminação das linhas da frente, a dificuldade de identificação dos intervenientes, a substituição dos exércitos tradicionais por grupos de milícias ou forças de segurança privadas, cadeias de comando difíceis de determinar, o abandono das regras do combate e, acima de tudo, o facto dos civis serem não só as principais vítimas dos conflitos como também os seus principais alvos com execuções em massa, violações, limpeza étnica e outros actos de agressão (WATKINS, C., 2003), são as principais características dos novos conflitos.

Neste contexto e na onda de optimismo e esperança que resulta da queda do muro de Berlim, o Secretário-Geral das Nações Unidas (1992-1996), Boutros Boutros-Ghali, apresentou em 1992, na sua “Agenda para a Paz”, um novo conceito de prevenção de conflitos.

## **(2) Uma “Agenda para a Paz” (1992)**

A “Agenda para a Paz” representa uma nova abordagem ao sistema de segurança colectiva, assente em cinco instrumentos principais: “*Preventive diplomacy*”<sup>33</sup>; “*Peacemaking*”<sup>34</sup>; “*Peacekeeping*”<sup>35</sup>; “*Post conflict Peacebuilding*”<sup>36</sup> e “*Cooperation with regional arrangements and organizations*”

O documento faz parte de uma trilogia (juntamente com a “Agenda para o Desenvolvimento” e o “Suplemento da Agenda para a Paz”) que marca a separação entre o que se poderia chamar uma primeira e uma segunda geração, na prevenção de conflitos.

---

<sup>33</sup> *Preventive diplomacy*: Action to prevent disputes from arising between parties, to prevent existing disputes from escalating into conflicts and to limit the spread of the latter when they occur” (Definição contida no próprio documento).

<sup>34</sup> *Peacemaking*: action to bring hostile parties to agreement, essentially through such peaceful means as those foreseen in Chapter VI of the Charter of the United Nations” (Definição contida no próprio documento).

<sup>35</sup> *Peacekeeping*: The deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. Peacekeeping is a technique that expands the possibilities for both the prevention of conflict and the making of peace” (Definição contida no próprio documento).

<sup>36</sup> *Post conflict Peacebuilding*: Conjunto de medidas que tem por finalidade recuperar e promover as estruturas do Estado, fundamentais na promoção e consolidação da Paz e na prevenção do reatamento dos conflitos, após a sua conclusão com sucesso. Estas medidas incluem a desmobilização, o desarmamento e a reabilitação das partes que estavam em conflito, promovendo a sua reintegração na sociedade e o restabelecimento da Administração e dos sistemas legais de acordo com os princípios constitucionais (Definição contida no próprio documento).

Inicialmente eram empregues pequenos contingentes militares, dotados de armamento ligeiro e fornecidos por estados neutros ou não alinhados. O uso da força não era permitido a não ser em legítima defesa.

Numa segunda fase, o uso da força passou a ser geralmente reconhecido, no contexto do mandato atribuído e para o seu cumprimento.

Na sequência da invasão do Kuwait pelo Iraque, a “United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission” (UNIKOM) (estabelecida pela Resolução 688) foi a primeira missão das Nações Unidas a ser autorizada a utilizar a força, “...to use all necessary means to uphold and implement Resolution 678 and to restore International peace and security in the area<sup>37</sup>”.

Após o fracasso da “United Nations Operation in Somalia I” (UNOSOM I), em atingir as finalidades propostas por meios pacíficos, o uso da força foi também autorizado, através da Resolução 794 (1992), para permitir a distribuição da ajuda humanitária em curso naquele país.

A partir daí, outras missões de Apoio à Paz foram autorizadas a utilizar a força para garantir o cumprimento do respectivo mandato, o que se tornou um preceito comumente aceite.

É o próprio relatório de Boutros-Ghali que, explanando o conceito de *Peacemaking*, prescreve expressamente o uso da força, nos termos do art. 42º da Carta das Nações Unidas, quando estiverem esgotados os meios alternativos para manter a paz e a ordem internacionais, sob pena do descrédito da própria Organização das Nações Unidas, enquanto garante da Paz internacional (BOUTROS-GHALI, B., 1992).

A primazia do instrumento militar, que caracterizou a primeira geração da prevenção de conflitos, evoluiu no sentido de uma maior robustez da força, de uma maior participação das entidades civis e do abandono do consentimento das partes como requisito prévio e absoluto do cessar-fogo.

É importante salientar a introdução, neste documento, do conceito de “*Post-conflict Peacebuilding*”, que veio corresponder a um salto qualitativo na forma de encarar a segurança e a estabilidade internacionais e cujo desenvolvimento se revelou de grande importância no aprofundamento das Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas.

---

<sup>37</sup> Resolução 678 (1990) das Nações Unidas, de 29 de Novembro.

Com este conceito, Boutros-Ghali reconhecia a insuficiência das operações “puras” de manutenção da paz com recurso exclusivo aos meios militares e à força.

Para ele, a inexistência de acções de recuperação das capacidades nacionais e das infra-estruturas, que foram consumidas pelo conflito, e a não criação de condições para o desenvolvimento e progresso, nas áreas afectadas, comprometiam as condições indispensáveis a uma paz durável.

*“When conflict breaks out, mutually reinforcing efforts at Peacemaking and peace-keeping come into play. Once these have achieved their objectives, only sustained, cooperative work to deal with underlying economic, social, cultural and humanitarian problems can place an achieved peace on a durable foundation. Preventive diplomacy is to avoid a crisis; post-conflict peace-building is to prevent a recurrence”* (BOUTROS-GHALI, B., 1992)

A existência desta discussão e a produção do texto em si traduzem a importância que tinham assumido as operações de apoio à paz das NU e o prenúncio do seu aprofundamento.

Segundo afirma o próprio Secretário-geral, no texto da sua “Agenda para a Paz”, entre 1945 e 1987 foram estabelecidas 13 Operações de *Peacekeeping*, enquanto que daí até 1992<sup>38</sup> foram criadas quase outras tantas, transcorridos apenas 5 anos. É importante realçar que, das 61 operações registadas em 45 anos, desde 1948, apenas 23 tiveram lugar antes da publicação da “Agenda para a Paz” (United Nations *Peacekeeping* Operations Department, 2006), tendo todas as restantes ocorrido nos últimos 14 anos<sup>39</sup>.

Os custos acumulados da ONU nestas operações ascendiam, em 1992, a 8,3 biliões<sup>40</sup> de dólares. A expansão das operações é ainda mais evidente quando se constata que o orçamento previsto para o corrente exercício (Julho 2006 a Junho 2007) é de 4,75 biliões de dólares, mais de metade do total gasto em 44 anos (1948 a 1992) e quase 10% do total dos custos totais agregados das Nações Unidas (NU), durante toda a existência deste tipo de operações (41.04 biliões de dólares).

---

<sup>38</sup> O relatório “Agenda for Peace” foi apresentado ao Conselho de Segurança em 31 de Janeiro de 1992.

<sup>39</sup> Os Anexos 6 e 7 fornecem a listagem, por área de emprego e por ordem cronológica, respectivamente, das missões de paz conduzidas pelas Nações Unidas.

<sup>40</sup> [1.000.000.000](#) (mil milhões), conceito inglês (10<sup>9</sup>).

### (3) Uma “Agenda para o Desenvolvimento” (1994)

O segundo documento, desta trilogia fundamental de Boutros-Ghali, intitula-se “Agenda para o desenvolvimento” e foi elaborado, em 1994, com a finalidade de identificar os princípios de actuação da ONU, durante os 50 anos anteriores, e fornecer pistas para o pensamento e acção dos estados membros.

O relatório partia do princípio de que os Estados permaneciam a base e eram os principais responsáveis pelo processo do desenvolvimento (conceito que ainda hoje se mantém) e identificava quatro componentes essenciais deste processo: a sua centralidade no trabalho das Nações Unidas; a importância fundamental do crescimento da economia nos países em vias de desenvolvimento; o papel essencial da democracia e da liberdade; e a importância fundamental da autonomia das mulheres (BOUTROS-GHALI, B., 1994).

O relatório, que realça a situação particular de África neste contexto, formula um conjunto de condições concorrentes para o processo de desenvolvimento, bastando a ausência de uma delas para o seu comprometimento:

- A Paz, que cria a possibilidade de empregar os recursos humanos de forma ininterrupta ao longo do tempo;
- Um Crescimento económico, que promova o emprego e a redução da pobreza, sem o que não existirão recursos para sustentar o processo de desenvolvimento;
- Um Ambiente saudável, formal e finalmente reconhecido, como base do progresso humano e um recurso do desenvolvimento que deve ser acarinado e protegido. Segundo este princípio, o desenvolvimento necessita de ser “sustentável”<sup>41</sup> e não é possível considerar existir um desenvolvimento “sustentável” na presença da pobreza, da fome, da doença, da iliteracia, de grandes taxas de desemprego, da desigualdade das mulheres, dos conflitos armados, da discriminação, do fanatismo, da perseguição e da intolerância.
- Justiça social, para que os esforços de melhoramento não sejam consumidos pela desigualdade.
- Participação política em liberdade, para que as pessoas tenham a capacidade de construir o seu próprio destino e o da comunidade, conferindo

suficiente legitimidade aos governos e aos seus programas de desenvolvimento.

#### (4) O “*Supplement to an agenda for peace*” (1995)

O terceiro e último elemento desta trilogia consistiu na publicação, em 1995, do “*Supplement to an Agenda for Peace*”, que vem reforçar ainda mais a importância crescente das Operações de Apoio à Paz, conduzidas pelas Nações Unidas, e reafirmar e ampliar a análise efectuada no lançamento da “Agenda para a Paz”.

Traçando o quadro de evolução, o Secretário-Geral reconhece, uma vez mais, o aumento significativo das actividades das NU relacionadas com a Paz e a Segurança, desde o final da guerra-fria, e define, muito pragmaticamente, as quatro características principais dos novos conflitos.

Em primeiro lugar, são travados também por milícias e civis armados, com pouca disciplina, sem uma cadeia de comando claramente definida, sem “linhas da frente” estabelecidas, em que os civis aparecem como as principais vítimas e, frequentemente, como os principais objectivos, gerando graves crises humanitárias.

A segunda característica consiste na necessidade de utilização de forças das NU, para garantir a segurança e o funcionamento das operações humanitárias.

A terceira alteração tem a ver com a própria natureza das operações, que deixam de ser essencialmente militares, como resultado de acordos de cessar-fogo estabelecidos com o propósito de garantir as condições para um entendimento das partes.

A exigência da contribuição dos civis resultava directamente da imensidão, diversidade e complexidade das tarefas que incluíam “...supervision of cease-fires, the regroupment and demobilization of forces, their reintegration into civilian life and the destruction of their weapons; the design and implementation of de-mining programmes; the return of refugees and displaced persons; the provision of humanitarian assistance; the supervision of existing administrative structures; the establishment of new police forces; the verification of respect for human rights; the design and supervision of constitutional, judicial and electoral reforms; the observation, supervision and even organization and conduct of elections; and the coordination of support for economic rehabilitation and reconstruction...” (BOUTROS-GHALI, B., 1995).

---

<sup>41</sup> Para efeitos deste trabalho entendemos como desenvolvimento sustentável, aquele que satisfaz as necessidades das sociedades actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades.

Finalmente, como quarta característica, ressalta a necessidade do envolvimento das NU por períodos prolongados para erradicar as causas da guerra.

O documento traça a complexidade das novas missões, a variedade dos interlocutores, estatais e não estatais, o envolvimento das Organizações não Governamentais (NGO) e a participação crescente de mão-de-obra internacional qualificada e diversificada, dadas as competências exigidas pelas novas tarefas.

Conclui reforçando a necessidade de robustecer as acções das NU, impondo soluções que, de outra forma, demorariam demasiado tempo ou seriam de resultados duvidosos, e reconhece a importância das acções de construção da paz, nas situações de pós-conflito, com a finalidade de impedir o seu reaparecimento, passando pela recuperação e reconstrução das estruturas do Estado e pela capacidade da sociedade para viver sem violência.

Como descreve Boutros-Ghali: “...Another feature of such conflicts is the collapse of state institutions, especially the police and judiciary, with resulting paralysis of governance, a breakdown of law and order, and general banditry and chaos. Not only are the functions of government suspended, its assets are destroyed or looted and experienced officials are killed or flee the country. This is rarely the case in inter-state wars. It means that international intervention must extend beyond military and humanitarian tasks and must include the promotion of national reconciliation and the re-establishment of effective government...” (BOUTROS-GHALI, B., 1995).

A variedade das forças em presença não permite garantir que todas as partes tenham genuína vontade de terminar o conflito, pelo que a presença de uma força militar credível continua a ser um instrumento fundamental.

Embora os três grandes princípios das intervenções (consentimento das partes, neutralidade e imparcialidade dos *Peacekeepers* e o uso mínimo da força) permaneçam imutáveis, a nova postura já não se podia basear, como até aqui, na boa vontade dos actores em conflito.

#### **(5) O relatório “Brahimi” (2000)**

O Relatório Brahimi<sup>42</sup> constituiu o primeiro esforço sistemático para identificar e propor soluções para as missões de Paz e para o Departamento de Operações de Manuten-

---

<sup>42</sup> O título original do documento é: “Report of the Panel on United Nations Peace Operations”. Em Março de 200, o Secretário-geral das Nações Unidas reuniu um painel de alto nível para efectuar uma revisão geral das actividades para a paz e segurança conduzidas pela Organização das Nações Unidas ONU). O

ção da Paz, das Nações Unidas, e constitui, talvez, “o mais importante documento já escrito sobre as operações de manutenção da paz” (DOCKING, T., 2001).

Dois acontecimentos vieram alimentar a discussão: o fracasso da Somália (1993) e, em particular, o massacre no Ruanda (1994), que o antigo presidente americano Bill Clinton designou como “o maior remorso da sua administração”<sup>43</sup> e onde cerca de 800.000 a um milhão de Tutsis e Hutus morreram, num período de 100 dias, às mãos de extremistas Hutus devido, em grande parte, à falta de empenhamento das Nações Unidas e dos seus membros mais influentes<sup>44</sup>.

A pressão da crise humanitária no Kosovo de 1999 (considerando que o desastre humanitário representava uma ameaça à paz e à segurança internacionais), as notícias sobre o aumento rápido da prostituição, escravatura sexual, abuso sexual de menores e tráfico de seres humanos, após as intervenções da ONU e da NATO, em países como o Camboja, Bósnia, Kosovo e Timor-Leste, e a posição de algumas nações que, participando como “*Peacekeepers*”, continuavam a vender armas aos beligerantes (caso da Suécia, Itália, Bélgica e Holanda (Wikipedia - The Free Encyclopedia, 2006c)), e as acusações de que as soluções resultantes das operações de *Peacekeeping* eram provisórias e instáveis e reflectiam apenas a defesa dos interesses das grandes potências e o regresso a um colonialismo disfarçado levaram o Secretário-Geral, em 2002, a reunir um painel para discutir o envolvimento das Nações Unidas.

As conclusões constam do designado relatório Brahimi.

---

Painel, de 10 personalidades, era presidido pelo antigo ministro dos negócios estrangeiros da Argélia, Lakhdar Brahimi, e incluía um conjunto de peritos nas áreas do *Peacekeeping*, *Peacebuilding*, desenvolvimento e assistência humanitária. O grupo realizou uma pesquisa profunda durante três meses, incluindo trabalhos de campo e entrevistas com mais de 200 pessoas, no Kosovo, e discussões com todos os departamentos das Nações Unidas. O seu mandato, embora vasto, era explícito: apresentar um conjunto claro de recomendações práticas e concretas para ajudar a ONU a melhorar as suas actividades futuras de *Peacekeeping*. Em Agosto, o painel publicou o seu relatório, uma apreciação crítica das operações de Paz das Nações Unidas. O Relatório Brahimi, nome pelo qual ficou conhecido, representa assim o primeiro esforço global de apreciação sobre a evolução e eficiência das missões de Paz da ONU ao longo dos anos e de identificação das medidas a tomar para garantir a eficiência do seu Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO).

<sup>43</sup> Bill Clinton no seu discurso na Conferência Nacional de estudantes em Campus Progress no Swarthmore College, Swarthmore, PA a 13 July 2005. Disponível na Internet em <<http://campusprogress.org/common/388>>

<sup>44</sup> Apesar de estar em funcionamento desde 1993, a UNAMIR (United Nations Assistance Mission for Rwanda) nunca foi autorizada pelas Nações Unidas a intervir pondo um termo aos massacres. O genocídio só terminou quando o movimento rebelde, denominado Frente Patriótica do Ruanda (dominado pelos Tutsi) e dirigido por Paul Kagame, derrubou o governo Hutu e tomou o Poder. A violência étnica continuou a assolar o país e a região, esteve na origem da primeira e segunda guerras do Congo e foi um factor importante na guerra civil no Burundi.

“...as the United Nations has bitterly and repeatedly discovered over the last decade, no amount of good intentions can substitute for the fundamental ability to project credible force if complex *Peacekeeping*, in particular, is to succeed. But force alone cannot create peace; it can only create the space in which peace may be built. Moreover, the changes that the Panel recommends will have no lasting impact unless Member States summon the political will to support the United Nations politically, financially and operationally to enable the United Nations to be truly credible as a force for peace” (BRAHIMI, L., 2000: viii).

O painel reafirmou o princípio de que o consentimento, a imparcialidade e a utilização da força, em legítima defesa, deviam continuar a constituir as bases do envolvimento das Nações Unidas nas missões de apoio à paz.

Reconhecendo, contudo, que o princípio do consentimento poderia ser manipulado de diferentes formas no contexto dos conflitos intra-estatais, o relatório remete para a Carta das Nações Unidas, os critérios fundamentais para ajuizar daquela condição, em nome da adesão aos seus princípios.

Na opinião do painel, os militares e polícias envolvidos neste tipo de operações não podem ignorar ou tolerar a violência sobre civis, de que sejam testemunhas, e devem estar implicitamente autorizados a pôr-lhes cobro, dentro das suas possibilidades e em apoio dos princípios da Carta das Nações Unidas, para o que necessitam ser dotados dos meios indispensáveis (BRAHIMI, L., 2000).

As recomendações do relatório incluíam a reestruturação do Departamento de Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas (NU), a criação de uma nova unidade de tratamento e análise da informação para apoio de todos os Departamentos das Nações Unidas interessados nas questões da paz e da segurança, a organização de uma força tarefa integrada no Quartel-General das Nações Unidas, para o planeamento e apoio de cada missão de apoio à paz desde a sua concepção e, finalmente, uma utilização mais sistemática das tecnologias da informação

Recorda-se que, no início de 2001, existiam 15 operações activas de apoio à paz das NU, envolvendo cerca de 37.700 militares e polícias e orçamentadas em cerca de 2,6 a 3 bilhões de dólares, para o período de Julho 2000 a Junho 2001. A estas operações presidia um conceito alargado de emprego, não mais limitado à simples monitorização de acordos de cessar-fogo ou de separação de forças na sequência de conflitos (UN Department of Public Information, 2000).

Reflectindo o receio de que as operações de *Peacekeeping* fossem apenas utilizadas como uma desculpa para intervir nos assuntos internos dos estados membros e de que as operações de apoio à paz fossem melhoradas à custa do desenvolvimento, o embaixador Duval, Representante Permanente Adjunto do Canadá e Presidente do Grupo de Trabalho sobre o *Peacekeeping*, alertou para a urgência destas matérias face à progressiva intervenção de outras organizações e ao sentimento generalizado dos Estados membros sobre o papel central das Nações Unidas (UN Department of Public Information, 2000).

As conclusões do Relatório Brahimi colocam, novamente, as Nações Unidas no centro da legitimação das Operações de Apoio à Paz.

#### **(6) A Conferência do Milénio (2000)**

A Conferência do Milénio, como é normalmente designada a “Cimeira do Milénio” das Nações Unidas, constitui a conclusão natural deste processo.

Através desta Conferência, a comunidade internacional reafirma os seus princípios para o desenvolvimento e transforma-os em objectivos quantificáveis, com a finalidade de orientar toda a actividade de cooperação da ONU neste domínio.

A Conferência teve lugar em Setembro de 2000, na sequência da 55ª Assembleia Geral das Nações Unidas (Assembleia do Milénio), sob o tema geral “O papel das Nações Unidas no século XXI”, tendo sido precedida pela publicação de um relatório do Secretário-Geral, intitulado “We the people: The role of the United Nations in the twenty-first century”<sup>45</sup>, que procurava identificar os desafios que se colocavam à Comunidade Internacional e promover o estabelecimento de um plano para os enfrentar (ANNAN, K., 2000b).

O relatório desta Conferência apresentava cinco desafios essenciais:

Globalização e Governança, que refere: os benefícios e dificuldades da Globalização; a crescente interacção directa entre pessoas, grupos e organizações à margem dos estados; uma noção acrescida das ameaças, mesmo perante acontecimentos longínquos; uma atenção redobrada à injustiça e à brutalidade, mesmo em países distantes; a expectativa que os Governos actuem para pôr termo a essas situações; as novas oportunidades decorrentes das novas tecnologias; a desigualdade na distribuição da riqueza; as condições miseráveis em que vivem mais de um bilião de pessoas em todo o mundo; a rápida degradação do ambiente; e a persistência de conflitos endémicos em muitas regiões. Todos estes

---

<sup>45</sup> Disponível na Internet em: <http://www.un.org/millennium/sg/report/>

factores tornam o actual modelo de desenvolvimento insustentável e exigem acções comuns para o alterar.

Libertação da Necessidade, gerando um crescimento sustentável; criando novas oportunidades para os jovens; promovendo a saúde e combatendo o HIV/SIDA; dando uma especial atenção à exclusão em África; e promovendo a solidariedade.

Libertação do medo, através: da prevenção dos conflitos; da protecção dos mais vulneráveis; da resolução do dilema intervenção *versus* soberania Nacional, que não transforme esta num pretexto para a continuação da violação dos direitos básicos dos cidadãos; do reforço das operações de Paz; da objectivação das sanções, e da continuação do esforço de redução dos armamentos convencionais e não convencionais.

Sustentabilidade do futuro procurando: lidar com as alterações climáticas; enfrentar a crise da água; defender os solos; preservar as florestas, os recursos piscícolas e a biodiversidade; construir uma nova ética na administração (através da educação do público, da integração das preocupações com o ambiente nas políticas da governação, da criação de regulamentos e incentivos e do aumento e disponibilização de dados científicos credíveis).

Renovar as Nações Unidas: identificando o seu potencial intrínseco (o Secretário-Geral afirma que a força das Nações Unidas não resulta do Poder directo, mas dos valores que representa e incorpora).

Estes princípios foram retomados na “Declaração do Milénio”, aprovada durante a realização da cimeira que veio constituir um marco histórico fundamental na história da cooperação internacional para o desenvolvimento.

A declaração reafirma a adesão aos valores e princípios da Carta das Nações Unidas, que considera universais e intemporais: a dignidade humana, a igualdade e equidade e um desenvolvimento em paz, no contexto do inevitável processo da globalização, transformando-a num factor positivo e não em mais um motivo de exclusão.

Na sua formulação estabelece seis valores fundamentais, que considera essenciais nas relações internacionais no século XXI (ANNAN, K., 2000a): liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e partilha de responsabilidades.

Estes valores foram posteriormente organizados em oito objectivos-chave, a alcançar até 2015, e que descrevem, no seu conjunto, os principais desafios do desenvolvimento (Os objectivos de desenvolvimento do Milénio)<sup>46</sup>:

---

<sup>46</sup> Millennium Development Goals, disponível na Internet em <<http://www.undp.org/mdg/basics.shtml>>

- Objectivo 1 – Erradicar a pobreza extrema e a fome.
- Objectivo 2 – Alcançar a educação primária universal.
- Objectivo 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
- Objectivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil.
- Objectivo 5 – Melhorar a saúde materna.
- Objectivo 6 – Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças.
- Objectivo 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental.
- Objectivo 8 – Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Estes desafios estão, por sua vez, detalhados em 18 objectivos quantificados, medidos por 48 indicadores.

A Declaração reconhece a interdependência entre crescimento, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável e que o desenvolvimento só poderá ser conseguido na base de uma governação com uma fundação democrática, do primado da lei, do respeito pelos direitos humanos, paz e segurança. Sustenta, ainda, que as suas finalidades podem ser avaliadas através de objectivos mensuráveis, limitados no tempo e concretizados através de indicadores que permitam o seu acompanhamento permanente.

São esses objectivos que se transformaram no elemento integrador dos programas e actividades, com os quais os doadores internacionais se comprometeram e que constituem uma via para uma globalização sustentável e em paz.

O aspecto central da prossecução dos objectivos do milénio reside no reconhecimento da indispensabilidade da congregação de esforços, na coordenação internacional para fazer face aos desafios do desenvolvimento e no reconhecimento de que as consequências da falta de desenvolvimento colocavam em risco a estabilidade e a paz mundial.

A concretização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento viria a consolidar-se com o compromisso obtido na União Europeia, no Conselho Europeu de Barcelona de 2002, e que esta viria a defender, depois, na Conferência de Monterrey, das Nações Unidas, no mesmo ano, subordinada ao tema do financiamento ao desenvolvimento.

No relatório de acompanhamento anual, produzido em 2004<sup>47</sup>, a União Europeia concluía que estava no bom caminho, superando até os objectivos que se tinha fixado. Pode ler-se nesse relatório que, “Apesar de uma situação orçamental difícil em vários Estados-Membros, os países da União Europeia (UE) em 2002 aumentaram em termos

---

<sup>47</sup> Disponível na Internet em <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12527.htm>>

reais 5,8% da sua ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em relação a 2001 e consagraram-lhe 0,35% do rendimento nacional bruto (RNB) colectivo”.

Recorda-se que a União Europeia, que contribui com mais de 50% da ajuda pública ao desenvolvimento à escala mundial, se comprometia, no acordo de Monterrey, a fazer passar o nível médio da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) de 0,33% do rendimento nacional bruto (RNB) em 2002, para 0,39% em 2006, como etapa transitória para a realização do objectivo de 0,7% fixado pelas Nações Unidas.

#### **(7) “*In larger freedom*” (2005)**

Capitalizando os resultados obtidos na Conferência do Milénio e expressando o progresso das suas recomendações, este relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, é a expressão mais conseguida de que o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos constituem aspectos complementares, indissociáveis e que se reforçam mutuamente.

Nele se reconhece que uma estratégia de prevenção dos conflitos armados, verdadeiramente eficiente, exige uma abordagem global e integrada que contemple medidas, quer de longo como de curto prazo, de natureza política, diplomática e económica.

“We will not enjoy development without security, we will not enjoy security without development, and we will not enjoy either without respect for human rights. Unless all these causes are advanced, none will succeed” (ANNAN, K., 2005: 6)

Neste relatório, embora seja negado o princípio da intervenção em situações de ameaça real mas não eminente, contra as intenções da política de acções preemptivas preconizadas pelo presidente Bush, é repetido, uma vez mais, o princípio da responsabilidade de proteger, afirmando: “\_ *“If national authorities are unable or unwilling to protect their citizens, then the responsibility shifts to the international community to use diplomatic, humanitarian and other methods to help protect the human rights and well-being of civilian populations. When such methods appear insufficient, the Security Council may out of necessity decide to take action under the Charter of the United Nations, including enforcement action, if so required”* (ANNAN, K., 2005: 35)

#### **(8) A Conferência do Milénio + 5 (2005)**

No seu relatório “*In larger freedom*”, o Secretário Geral tinha identificado um “*gaping hole*”<sup>48</sup> nos esforços das Nações Unidas, para ajudar os países saídos da guerra a

---

<sup>48</sup> Lacuna

fazer a transição para uma paz sustentável, uma vez que metade dos países nessas condições tinha regressado à situação de instabilidade e violência, num prazo de cinco anos. Não existindo nenhum organismo das Nações Unidas directamente responsável por ajudar estes países, propunha então a criação de uma comissão permanente de *Peacebuilding* (ANNAN, K., 2005: 31).

Foi este um dos principais sucessos da cimeira de 2005. A comissão ficava responsável pela coordenação de todos os actores envolvidos no processo de construção da paz em situações de pós-conflito, colocando a tónica no contexto, dinâmicas e reconhecimento da primazia dos actores locais.

### **c. Os interlocutores e as soluções**

#### **(1) As Nações Unidas**

As ameaças e desafios globais que enfrentamos fazem com que o mundo olhe com particular atenção para as Nações Unidas, na tentativa de tentar encontrar uma solução.

Ao fazê-lo, preconizam uma reforma da própria instituição face às novas realidades, à globalização, à emergência de novos actores na cena internacional, à nova tipologia dos conflitos e à alteração da relação de poderes no mundo<sup>49</sup>.

Os estados membros, por outro lado, têm que reconhecer que o tempo da soberania absoluta e exclusiva está a passar (BOUTROS-GHALI, B., 1992). Os Governos já não podem violar impunemente os direitos humanos dos seus cidadãos, sem que sejam chamados à responsabilidade pela comunidade internacional, que pode inclusivamente determinar uma intervenção contra a vontade do próprio estado, numa base humanitária.

#### **(2) As Organizações Regionais**

A capacidade limitada das Nações Unidas na participação em acções de prevenção de conflitos e um certo princípio da subsidiariedade, não expresso formalmente, criaram oportunidades para a intervenção de organizações regionais e sub-regionais no âmbito dos espaços onde exercem a sua influência, tais como a NATO, a União Europeia (EU), a

---

<sup>49</sup> Actualmente, o Conselho é constituído por 15 estados membros, incluindo os seus cinco membros permanentes com direito a veto (China, França, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos). Muitos países consideram que o alargamento do Conselho constituiria uma boa medida para a melhoria da sua representatividade, considerando o aumento importante do número de estados-membros e as mudanças económicas e políticas que tiveram lugar desde que o Conselho foi alargado pela última vez (de 11 para 15 membros) em 1963. Outros defendem uma maior representatividade dos países em vias de desenvolvimento, como a expressão indispensável do aumento da legitimidade e democraticidade do Conselho.

Organização dos Estados Africanos (OEA), a União Africana (UA), a Comunidade Económica dos Estados Africanos Ocidentais (ECOWAS), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE). Estas organizações vieram conferir uma credibilidade acrescida ao processo e um conjunto de meios de que a ONU não dispunha.

A associação dos Estados em organizações regionais traduz as necessidades de segurança que, isoladamente, cada um tem dificuldades em garantir por si só, bem como a obtenção, disponibilização e controlo dos recursos necessários ao desenvolvimento de uma forma harmoniosa e compatível com os interesses de cada um.

### **(3) As Organizações Não Governamentais (NGO)**

A comunidade Internacional actual não é constituída unicamente por Estados, outros actores têm vindo a assumir-se de forma cada vez mais importante. Neles se incluem as grandes organizações internacionais e multinacionais, as grandes empresas e espaços transnacionais, organizações governamentais e não governamentais, organizações políticas, económicas, culturais e outras que fazem sentir o seu peso, de forma crescente, num mundo globalizado e crescentemente interdependente.

A redução do papel do uso público da força nas relações internacionais e a convicção que a solução dos problemas é eminentemente política e multidisciplinar mais reforça a intervenção destes actores.

A União Europeia considera que a apropriação dos processos de desenvolvimento, pelos países objecto de ajuda, constitui uma condição chave do sucesso da política de cooperação para o desenvolvimento. Para isso, contribuem todos os sectores do Estado, incluindo os intervenientes não estatais (INE), designadamente as organizações não governamentais (ONG), os sindicatos, etc.

### **(4) O papel dos Estados**

O chamado “*Washington Consensus*”<sup>50</sup> parecia definitivamente estabelecido nas instâncias internacionais, no início dos anos 90. Segundo esse conceito, a melhor forma de um país ter um governo eficiente consistia em reduzir, ao mínimo indispensável, o papel do Estado e a sua presença na economia.

---

Outros ainda expressaram as suas preocupações quanto à perda de eficiência e de flexibilidade de um Conselho demasiado alargado.

<sup>50</sup> [http://en.wikipedia.org/wiki/Washington\\_Consensus](http://en.wikipedia.org/wiki/Washington_Consensus)

Por outro lado, o processo da globalização, tal como definido em 1999 no Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, caracteriza-se pela contracção do tempo e do espaço e pelo esbatimento das fronteiras (JOLLY, R., FUKUDA-PARR, S., 1999), interligando as vidas das pessoas de forma mais profunda, mais intensa e mais imediata.

À escala global, o monopólio do Poder político por parte dos estados esbate-se também com a emergência de novos actores na cena internacional, sejam eles as organizações não governamentais (ONG), associações de estados (G-8) ou fóruns internacionais (World Economic Fórum). Estes actores, que reclamam parcelas do Poder global e que escapam ao controlo dos estados nacionais, adicionam flexibilidade a um sistema internacional tornado rígido, pesado, sobredimensionado e reactivo, devido à ausência de reforma das velhas estruturas, incluindo as Nações Unidas.

O papel dos Estados tem-se vindo a transformar progressivamente. No domínio económico, o seu papel de actor produtivo transformou-se num papel de facilitador e de regulador, com crescentes dificuldades em controlar uma economia globalizada. O seu Poder mede-se, agora, mais pela forma inteligente, flexível e adaptada como utiliza os seus recursos, por mais escassos que sejam, do que apenas pela sua dimensão global.

Apesar de tudo o que fica dito, a prática tem reafirmado a importância dos estados nacionais e a sua absoluta indispensabilidade, por constituírem os principais e mais importantes interlocutores dos interesses dos seus representados e por serem os únicos organizadores eficientes de parcelas significativas da sociedade global. A própria capacidade das Nações Unidas, para impor e executar mandatos, depende substancialmente da participação e concordância dos Estados.

Permanece, no entanto, a questão da criação e manutenção de estados capazes, como a pedra de toque do desenvolvimento e da paz, o que coloca na ordem do dia os princípios da boa governação.

As ameaças colocadas pelos estados em dificuldades são reais. Para além da miséria para os seus habitantes, constituem potenciais incubadoras e plataformas de lançamento para uma larga variedade de ameaças à segurança global. Hospedam grupos terroristas (Afeganistão e Somália), geram insurreições e catástrofes humanitárias que ultrapassam as suas fronteiras (Região dos Grandes Lagos), oferecem espaços sem lei para o tráfico de droga por sindicatos do crime (cocaína na Colômbia), de mercadorias ilegais (diamantes na Serra Leoa), ou de seres humanos (mulheres e crianças nos Balcãs) e facilitam a recorrência de pandemias como o HIV/SIDA e doenças emergentes como o Ebola e a gripe das

aves. A situação política dos estados falhados ou em dificuldades ameaça ainda a interrupção do fornecimento de energia (os Estados Unidos importam 33% do petróleo que consomem de Angola, Nigéria, Iraque e Venezuela) (PATRICK, S., 2005a).

### **(5) A boa governação**

Compete aqui fazer uma referência, ainda que breve, ao que se entende por “boa governação”, uma vez que é nesta área que residem o segredo e os esforços de uma acção bem sucedida de *Statebuilding*.

A boa Governação assenta no princípio de que existe um conjunto de valores fundamentais, que pode unir todos os povos independentemente dos seus antecedentes culturais, políticos, religiosos ou filosóficos e de que a boa Governação se deve apoiar, a todos os níveis, nas práticas democráticas e pelo primado da lei (LAMB, H., 1996).

Entende-se por “governação” o processo da tomada de decisões e da sua implementação no domínio do Estado (United Nations Economic and Social Comissions for Asia and the Pacific (UNEAP), 2007).

O seu desenvolvimento envolve a interacção de actores formais e informais, de que os governos são o instrumento e o ponto de concentração de problemas. Os militares, os partidos políticos, os líderes locais, as organizações e associações civis, as organizações não governamentais, etc. são outros actores importantes.

O Banco Mundial, parte importante dos esforços internacionais de promoção das boas práticas de governação, entende esta como os costumes e instituições através das quais se exerce a autoridade na busca do bem comum. Inclui o processo através do qual os responsáveis são seleccionados, fiscalizados e substituídos, a capacidade do Governo de gerir os seus recursos de forma eficiente e colocar em execução boas políticas e o respeito do estado e dos cidadãos pelas instituições que regulam as interacções económicas e sociais entre ambos<sup>51</sup>.

O Banco Mundial publica periodicamente um Relatório sobre os indicadores da boa governação, segundo os quais classifica os países sob esse aspecto. Para esse efeito utiliza um conjunto de seis factores, que considera como as seis dimensões da Governação:

---

<sup>51</sup> Definição do “World bank”, disponível na Internet em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/WBI/EXTWBIGOVANTCOR/0,,contentMDK:20678937~pagePK:64168445~piPK:64168309~theSitePK:1740530,00.html>>

Voz e Responsabilidade – Que traduz a medida em que os cidadãos podem participar na escolha dos seus governos, assim como a liberdade de expressão e de associação e a existência de uma imprensa livre;

Estabilidade política e ausência de violência – Consiste na percepção da possibilidade do governo ser desestabilizado ou derrubado por meios violentos ou inconstitucionais, incluindo a violência política e o terrorismo;

Eficiência governativa – Que pretende medir a qualidade dos serviços públicos e do funcionalismo público e a sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação das políticas e da sua implementação e a credibilidade do compromisso do Governo com essas políticas;

Qualidade reguladora – Definida como a aptidão do Governo em formular e executar políticas e regulamentações saudáveis, que permitam e promovam o desenvolvimento do sector privado;

O primado da lei – Analisa a medida em que os agentes confiam e cumprem as regras sociais, em especial a qualidade do respeito pelos contratos, pela polícia e pelos tribunais, bem como a probabilidade de crime ou violência;

Controlo da corrupção – Considerado como a medida em que o Poder público é exercido para benefício pessoal, incluindo todas as formas de corrupção, das mais triviais às mais significativas e importantes, bem como em que medida é que as elites e interesses privados controlam a burocracia do estado, para benefício próprio (KAUFMANN, D., KRAAY, A., MASTRUZZI, M., 2006).

A formulação que foi dada a estes factores, pela União Europeia, traduz-se num conjunto de cinco atributos/princípios: Abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência (Comissão das Comunidades Europeias, 2001)

Embora todas estas medidas tenham como objectivo a protecção da comunidade na sua globalidade, o seu exercício cria uma tensão entre a necessária preservação do Estado (e da autodeterminação e soberania, que constituem os seus atributos) e os direitos e liberdades individuais. A única forma de ultrapassar esta tensão reside na Lei, através da criação de um conjunto de normas escritas, públicas e aplicadas de acordo com um conjunto de procedimentos claramente estabelecidos, que legitime e regule a autoridade do Governo e proteja os cidadãos de uma Governação arbitrária.

A boa Governação, assente no primado da lei, transforma-se assim num objectivo a perseguir e numa segurança dos cidadãos, de forma a evitar que o exercício da garantia da segurança não sirva de pretexto para a supressão de pontos de vista sociais e políticos

desfavoráveis, gerando uma “dystopia<sup>52</sup>” insuportável, geradora de conflitos e instabilidade.

É preciso, no entanto, não esquecer que “segurança” significa muito mais do que a ausência da ameaça de guerra. O moderno conceito de segurança humana inclui a segurança contra os flagelos crónicos da fome, doença e repressão, para além de protecção contra a ruptura repentina e nociva das rotinas diárias, que coloca ao mesmo nível da segurança dos Estados (LAMB, H., 1996)

Sendo o bom Governo um objectivo inalcançável na sua pureza abstracta, nem por isso deixa de constituir um objectivo permanente a promover e a desenvolver, na garantia da construção de um edifício social democrático, estável e adequado às aspirações sociais e humanas dos seus clientes.

A boa governação e os processos que lhe estão associados assumem-se, assim, como questões centrais da segurança, do bem-estar, da estabilidade e da coerência de um Estado e são, por isso, factores indispensáveis ao próprio processo do desenvolvimento, como sustenta a União Europeia (Comissão das Comunidades Europeias, 2003).

#### **(6) Os actores individuais**

Neste contexto, assumem também especial importância todos os que podem afectar, de forma favorável ou não, o comportamento de outrem, através da coacção, atracção ou persuasão, influenciando, por vezes de forma definitiva, a decisão dos responsáveis políticos dos Estados, utilizando parte daquilo a que poderíamos também chamar de “*soft power*” e que não desenvolveremos aqui por considerar afastar-se do tema do trabalho.

---

<sup>52</sup> A antítese da utopia, normalmente caracterizada por um controlo social opressivo, como o exercido por um governo autoritário ou totalitário.

#### **APÊNDICE D - A participação dos militares em acções humanitárias (breve referência ao posicionamento militar)**

Segundo Watkins, o treino, a atitude activa, a disciplina, a autonomia e o elevado nível de organização dos militares, torna-os especialmente indicados para operações que necessitem de uma resposta rápida, como o transporte, a curto prazo, de elevado volume de assistência de emergência. Por outro lado, o seu sistema de comunicações, a sua capacidade de apoio sanitário, os meios de engenharia, apoio logístico e de limpeza de minas, de que dispõem, conferem-lhes uma capacidade adicional que os transforma muitas vezes no expediente de último recurso quando outras Organizações não estão disponíveis ou são impedidas de actuar (WATKINS, C., 2003).

A mesma autora levanta, contudo, um conjunto de questões que reduzem o impacto da participação militar sem ser numa situação de último recurso. Entende a autora que não compete aos militares realizar tarefas para as quais estão disponíveis outras organizações mais vocacionadas para o efeito. Considera, ainda, que o elevado grau de centralização, a rigidez hierárquica e uma forte orientação para o cumprimento da missão, por parte dos militares, os torna pouco flexíveis e lhes retira o espírito adequado a este tipo de operações onde se pretende promover, tanto quanto possível, a participação dos locais, em igualdade de circunstâncias com os cooperantes.

De forma geral os militares, por força das suas características, são acusados muitas vezes de fazer as coisas para as pessoas, em vez de as fazerem com elas.

As forças militares são, por isso, acusadas de serem caras, terem um impacto negativo nas economias locais, minarem a cultura e os valores locais, criando a dependência de fontes externas de assistência, e privilegiarem benefícios de curto prazo em lugar de objectivos de paz e estabilidade, de longo prazo. (WATKINS, C., 2003: 12).

Cada vez mais, agências governamentais e militares, conjuntamente com organizações não governamentais, são obrigadas a ultrapassar no dia a dia os preconceitos e os estereótipos do seu relacionamento mútuo, para poderem garantir o sucesso das respectivas missões que dependem, em larga medida, da franqueza e honestidade do seu diálogo e da compreensão da relevância, indispensabilidade e papel a desempenhar por cada um.

As emergências humanitárias têm mostrado que o sucesso depende fortemente da capacidade dos diferentes actores para trabalhar em conjunto (LIPSON, M., 2003).

As diferentes culturas organizacionais, como é o caso com os militares e as NGO, podem, no entanto, constituir por vezes barreiras à cooperação.

De uma forma geral, as organizações militares caracterizam-se por uma estrutura hierarquizada e uma cultura conservadora, mais propensa à utilização da violência, menos individualista, uma cadeia de comando clara, uma coesão forte e o culto da iniciativa. As agências humanitárias, por outro lado, são constituídas por pessoas com uma perspectiva mais liberal que valoriza a descentralização e independência e rejeita a violência e o militarismo. As forças militares tendem por vezes a considerar estas organizações como entraves à sua missão principal de garantia da segurança (LIPSON, M., 2003).

Esta tensão tornou-se evidente no relatório Brahimi onde, por um lado, se reiteram os princípios do consentimento, neutralidade e não utilização da força e, por outro, se faz apelo à robustez da força e à utilização da violência para garantir o cumprimento das missões.

O reconhecimento da importância do factor segurança na criação de condições para a operação das organizações não governamentais, incluindo as humanitárias, torna inevitável a presença do vector militar enquanto os factores de conflitualidade se mantiverem agudos.

Descrevendo as razões que sustentam as vantagens da participação de forças militares em operações humanitárias, Watkins explica que a razão mais óbvia reside na necessidade de segurança. Sem essa garantia, o acesso às populações depende da boa vontade das partes, comprometendo muitas vezes a acção que se pretende realizar (WATKINS, C., 2003: 10).

## APÊNDICE E – Breve panorama das principais organizações regionais e sub-regionais africanas e dados comparativos dos principais blocos regionais

### a. Organizações regionais

**ACP – Estados da África-Caraíbas-Pacífico** que se associaram à União Europeia através da Convenção de Lomé IV (1995), seguida pelo acordo de Cotonou (2000), com a finalidade de estabelecer uma zona de comércio livre entre os signatários (representam 5% do produto mundial e 12 % da população)



Países membros (Africanos - 48):

|                                                                                                                            |                                                                                                                 |                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <a href="#">Angola</a>                   |  <a href="#">Ethiopia</a>      |  <a href="#">Niger</a>                 |
|  <a href="#">Benin</a>                    |  <a href="#">Gabon</a>         |  <a href="#">Nigeria</a>               |
|  <a href="#">Botswana</a>                 |  <a href="#">Gambia</a>        |  <a href="#">Rwanda</a>                |
|  <a href="#">Burkina Faso</a>             |  <a href="#">Ghana</a>         |  <a href="#">São Tomé and Príncipe</a> |
|  <a href="#">Burundi</a>                  |  <a href="#">Guinea</a>        |  <a href="#">Senegal</a>               |
|  <a href="#">Cameroon</a>                 |  <a href="#">Guinea-Bissau</a> |  <a href="#">Seychelles</a>            |
|  <a href="#">Cape Verde</a>               |  <a href="#">Kenya</a>         |  <a href="#">Sierra Leone</a>          |
|  <a href="#">Central African Republic</a> |  <a href="#">Lesotho</a>       |  <a href="#">Somalia</a>               |
|  <a href="#">Chad</a>                   |  <a href="#">Liberia</a>     |  <a href="#">South Africa</a>        |
|  <a href="#">Comoros</a>                |  <a href="#">Madagascar</a>  |  <a href="#">Sudan</a>               |
|  <a href="#">Congo-Brazzaville</a>      |  <a href="#">Malawi</a>      |  <a href="#">Swaziland</a>           |
|  <a href="#">Congo-Kinshasa</a>         |  <a href="#">Mali</a>        |  <a href="#">Tanzania</a>            |
|  <a href="#">Côte d'Ivoire</a>          |  <a href="#">Mauritania</a>  |  <a href="#">Togo</a>                |
|  <a href="#">Djibouti</a>               |  <a href="#">Mauritius</a>   |  <a href="#">Uganda</a>              |
|  <a href="#">Equatorial Guinea</a>      |  <a href="#">Mozambique</a>  |  <a href="#">Zambia</a>              |
|  <a href="#">Eritrea</a>                |  <a href="#">Namibia</a>     |  <a href="#">Zimbabwe</a>            |

Países membros (Caraíbas - 16):

|                                                                                                                         |                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <a href="#">Antigua and Barbuda</a> |  <a href="#">Guyana</a>                           |
|  <a href="#">Bahamas</a>             |  <a href="#">Haiti</a>                            |
|  <a href="#">Barbados</a>            |  <a href="#">Jamaica</a>                          |
|  <a href="#">Belize</a>              |  <a href="#">Saint Kitts and Nevis</a>            |
|  <a href="#">Cuba</a>                |  <a href="#">Saint Lucia</a>                      |
|  <a href="#">Dominica</a>            |  <a href="#">Saint Vincent and the Grenadines</a> |
|  <a href="#">Dominican Republic</a>  |  <a href="#">Suriname</a>                         |
|  <a href="#">Grenada</a>             |  <a href="#">Trinidad and Tobago</a>              |

Países membros (Pacífico - 15):

|                                                                                                                      |                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <a href="#">Cook Islands</a>     |  <a href="#">Palau</a>            |
|  <a href="#">Timor-Leste</a>      |  <a href="#">Papua New Guinea</a> |
|  <a href="#">Fiji</a>             |  <a href="#">Samoa</a>            |
|  <a href="#">Kiribati</a>         |  <a href="#">Solomon Islands</a>  |
|  <a href="#">Marshall Islands</a> |  <a href="#">Tonga</a>            |
|  <a href="#">Micronesia</a>       |  <a href="#">Tuvalu</a>           |
|  <a href="#">Nauru</a>            |  <a href="#">Vanuatu</a>          |
|  <a href="#">Niue</a>             |                                                                                                                      |

Fontes: [http://en.wikipedia.org/wiki/ACP\\_countries](http://en.wikipedia.org/wiki/ACP_countries), <http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>



**ADB** – Banco Africano de Desenvolvimento, criado em 1964, é constituído por 53 países de África e por mais 24 dos continentes americano, asiático e europeu

Sede: Abidjan.

Fonte : [http://www.afdb.org/portal/page?\\_pageid=473,1&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.afdb.org/portal/page?_pageid=473,1&_dad=portal&_schema=PORTAL)



**CEEAC/ECCAS** – Comunidade Económica dos Estados da África Central: Angola, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe (11).

Sede: Libreville.

 ECCAS-only members  ECCAS, CEMAC and COPAX members

Fonte: <http://www.ceeac-eccas.org/index.php?lang=fr&pageId=1>, <http://www.africa-union.org/root/au/recs/eccas.htm>, <http://en.wikipedia.org/wiki/ECCAS> e [http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3014&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3&link\\_org\\_id=9](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3014&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3&link_org_id=9)

**CEMAC** – Comunidade Económica e Monetária da África Central: Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, Chade (6).

Sede: Bangui.



Fonte: <http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>, <http://en.wikipedia.org/wiki/CEMAC>



**CEN-SAD** – Comunidade dos Estados do Sahel Saariano : Burkina Faso, Líbia, Mali, Niger, Sudão, Chade

Fonte: [http://www.africa-union.org/root/au/recs/cen\\_sad.htm](http://www.africa-union.org/root/au/recs/cen_sad.htm)

**CILSS** – Comité Permanent Interestatal de Luta contra a Seca no Sahel: Burkina Faso, Cabo Verde, Gambia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Niger, Senegal, Chade (9).

Sede: Ouagadougou



Fonte: <http://www.cilss.bf/>, <http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>

**COMESA** – Mercado Comum da África Austral e Oriental: Angola, Burundi, Comores, Djibouti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Uganda, República Democrática do Congo, Ruanda, Seicheles, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué (20).

Sede : Lusaka.

Fonte : <http://www.africa-union.org/root/au/recs/comesa.htm>, <http://www.comesa.int/>, <http://en.wikipedia.org/wiki/COMESA> e <http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>.



## COMMONWEALTH

Fontes: <http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>, <http://en.wikipedia.org/wiki/Commonwealth>.



**EAC** – Comunidade da África Oriental: Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi e Ruanda (5).

Fontes: <http://www.africa-union.org/root/au/recs/EAC.htm>, <http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>, [http://en.wikipedia.org/wiki/East\\_African\\_Community](http://en.wikipedia.org/wiki/East_African_Community).



**ECOWAS/CEDEAO** – Comunidade Económica dos Países da África Ocidental: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Liberia, Mali, Niger, Nígeria, Senegal, Serra Leoa e Togo (15).

O Objectivo é a constituição de um mercado comum da África Ocidental e de uma União Monetária. Dispõe ainda de uma força de interposição, a ECOMOG (1990), que já utilizou para fazer cessar a guerra civil na Libéria.

Fontes:

[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&mlink\\_id=3013&link\\_type=12&mlink\\_type=12&tmpl\\_id=3&link\\_org\\_id=8](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&mlink_id=3013&link_type=12&mlink_type=12&tmpl_id=3&link_org_id=8), <http://www.ecowas.int/> e <http://www.africa-union.org/root/au/recs/ecowas.htm>



**IGAD** - Autoridade Intergovernamental do Desenvolvimento:  
Djibouti; Eritreia; Etiópia; Quênia; Somália; Sudão; Uganda (7)

Sede: Djibouti.

Fontes: <http://www.africa-union.org/root/au/recs/igad.htm>,  
<http://en.wikipedia.org/wiki/IGAD> e  
[http://www.iss.co.za/index.php?link\\_id=14&slink\\_id=3015&link\\_type=12&slink\\_type=12&tmpl\\_id=3&link\\_org\\_id=10](http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&slink_id=3015&link_type=12&slink_type=12&tmpl_id=3&link_org_id=10)

**IOR-ARC** - Associação de Cooperação Regional dos Países Vizinhos do Oceano Índico: Austrália, Bangladesh, Índia, Indonésia, Irão, Quênia, Madagascar, Malásia, Maurícias, Moçambique, Oman, Seicheles, Singapura, África do Sul, Sri Lanka, Tanzânia, Tailândia, Emiratos Árabes Unidos e o Iémen (19). A China, Egito, França, Japão e o Reino Unido têm o estatuto de parceiros para o diálogo.

Sede: Port-Louis

Fontes: [http://en.wikipedia.org/wiki/Indian\\_Ocean\\_Rim\\_Association\\_for\\_Regional\\_Cooperation](http://en.wikipedia.org/wiki/Indian_Ocean_Rim_Association_for_Regional_Cooperation),  
<http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm>



**LIGA ÁRABE**: estabelecida em 1945, conta com 22 membros: Argélia, Bahrein, Comores, Djibouti, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Oman, Palestina, Qatar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, e o Iémen.

Fonte : [http://en.wikipedia.org/wiki/Arab\\_League](http://en.wikipedia.org/wiki/Arab_League) e <http://www.al-bab.com/arab/docs/league.htm>

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p><b>NEPAD</b> – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: Adoptado pela União Africana em 2002 como um programa sócio-económico. Agrega os 53 países de África. Articulados em 5 subregiões: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Austral e Madagáscar.</p> <p>Constitui uma Visão e um conceito estrutural estratégico para a renovação de África.</p> <p>Fontes: <a href="http://www.nepad.org/2005/files/home.php">http://www.nepad.org/2005/files/home.php</a>, <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/NEPAD">http://en.wikipedia.org/wiki/NEPAD</a> e <a href="http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&amp;slink_id=3031&amp;link_type=12&amp;slink_type=12&amp;tmpl_id=3&amp;link_org_id=2">http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&amp;slink_id=3031&amp;link_type=12&amp;slink_type=12&amp;tmpl_id=3&amp;link_org_id=2</a></p> |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p><b>OPEP</b> – Organização dos Países Exportadores de Petróleo que conta, em África, com os seguintes países: Argélia, Líbia, Nigéria, Angola.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.africa-onweb.com/economie/04.htm">http://www.africa-onweb.com/economie/04.htm</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <p><b>SACU</b> - União Aduaneira da África Austral: África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia (5).</p> <p>Sede: Pretoria.</p> <p>Fontes: <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/SACU">http://en.wikipedia.org/wiki/SACU</a>, <a href="http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm">http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm</a></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <p><b>SADC</b> - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral: África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Ruanda, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué (14).</p> <p>Sede: Gaborone.</p> <p>Fontes: <a href="http://www.sadcreview.com/sadc/frsadc.htm">http://www.sadcreview.com/sadc/frsadc.htm</a>, <a href="http://www.africa-union.org/root/au/recs/sadc.htm">http://www.africa-union.org/root/au/recs/sadc.htm</a>, <a href="http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&amp;slink_id=3016&amp;link_type=12&amp;slink_type=12&amp;tmpl_id=3&amp;link_org_id=11">http://www.iss.co.za/index.php?link_id=14&amp;slink_id=3016&amp;link_type=12&amp;slink_type=12&amp;tmpl_id=3&amp;link_org_id=11</a>, <a href="http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm">http://www.ikuska.com/Africa/economia/paises.htm</a></p> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <p style="text-align: right;">  SADC-only members  SADC and <a href="#">SACU</a> members </p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

**UA – União Africana (Antiga Organização de Unidade Africana (OUA)),** criada em 1963 comporta hoje 52 membros (a totalidade dos países do continente, com excepção de Marrocos) e articula-se em 5 regiões:



- África Ocidental com quinze (15) estados membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Liberia, Mali, Niger, Nigeria, Senegal, Serra Leoa e Togo.
- África Oriental com treze (13) Estados Membros: Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Tanzânia e Uganda.
- África Setentrional com dez (10) Estados Membros: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabué.
- África Central com nove (9) Estados membros: Burundi, Camarões, Republica Centro Africana, Chade, Congo, Republica Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe
- África do Norte com cinco (5) Estados Membros: Argélia, Egípto, Líbia, Mauritânia, Tunísia e a Republica Árabe Democrática Saaraui.

Sede: Addis-Abeba.

Fonte: <http://www.africa-union.org/>

**UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental:** Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Niger, Senegal, Togo (8).

Sede: Ouagadougou

Criada em 1994, visa a unificação dos espaços económicos nacionais dos países membros. Tem associados o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO, Dakar) e o Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD, Lomé).



Fonte: <http://www.izf.net/IZF/FicheIdentite/UEMOA.htm> e <http://www.africa-onweb.com/economie/uemoa.htm>



**UMA – União do Magrebe Árabe:** Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Tunísia.

Sede: Rabat.

Fonte : <http://www.africa-union.org/root/au/recs/uma.htm>

**b. Dados comparativos**

| <b><u>Blocos</u> Regionais mais Activos</b> |                   |                  |                        |                   |                                    |
|---------------------------------------------|-------------------|------------------|------------------------|-------------------|------------------------------------|
| <b>Blocos Regionais<sup>1</sup></b>         | <b>Área (km²)</b> | <b>População</b> | <b>PIB (PPP) (SUS)</b> |                   | <b>Estados Membros<sup>1</sup></b> |
|                                             |                   |                  | <b>em milhões</b>      | <b>per capita</b> |                                    |
| <a href="#"><u>EU</u></a>                   | 4,325,675         | 496,198,605      | 12,025,415             | 24,235            | 27                                 |
| <a href="#"><u>SAARC</u></a>                | 5,136,740         | 1,467,255,669    | 4,074,031              | 2,777             | 8                                  |
| <a href="#"><u>CSN</u></a>                  | 17,339,153        | 370,158,470      | 2,868,430              | 7,749             | 10                                 |
| <a href="#"><u>ASEAN</u></a>                | 4,400,000         | 553,900,000      | 2,172,000              | 4,044             | 10                                 |
| <a href="#"><u>NAFTA</u></a>                | 21,588,638        | 430,495,039      | 15,279,000             | 35,491            | 3                                  |
| <a href="#"><u>EurAsEC</u></a>              | 20,789,100        | 208,067,618      | 1,689,137              | 8,118             | 6                                  |
| <a href="#"><u>ECOWAS</u></a>               | 5,112,903         | 251,646,263      | 342,519                | 1,361             | 15                                 |
| <a href="#"><u>SACU</u></a>                 | 2,693,418         | 51,055,878       | 541,433                | 10,605            | 5                                  |
| <a href="#"><u>GCC</u></a>                  | 2,285,844         | 35,869,438       | 536,223                | 14,949            | 6                                  |
| <a href="#"><u>COMESA</u></a>               | 3,779,427         | 118,950,321      | 141,962                | 1,193             | 5                                  |
| <a href="#"><u>Agadir</u></a>               | 1,703,910         | 126,066,286      | 513,674                | 4,075             | 4                                  |
| <a href="#"><u>CEMAC</u></a>                | 3,020,142         | 34,970,529       | 85,136                 | 2,435             | 6                                  |
| <a href="#"><u>CARICOM</u></a>              | 462,344           | 14,565,083       | 64,219                 | 4,409             | 14+1 <sup>3</sup>                  |
| <a href="#"><u>EAC</u></a>                  | 1,763,777         | 97,865,428       | 104,239                | 1,065             | 3                                  |
| <a href="#"><u>CACM</u></a>                 | 422,614           | 37,816,598       | 159,536                | 4,219             | 5                                  |
| <a href="#"><u>PARTA</u></a>                | 528,151           | 7,810,905        | 23,074                 | 2,954             | 12+2 <sup>3</sup>                  |
| <a href="#"><u>EFTA</u></a>                 | 529,600           | 12,233,467       | 471,547                | 38,546            | 4                                  |

| Blocos e Países de referência <sup>2</sup> | Área (km²)  | População     | PIB (PPP) (\$US) |            | Divisões Políticas |
|--------------------------------------------|-------------|---------------|------------------|------------|--------------------|
|                                            |             |               | em milhões       | per capita |                    |
| <a href="#">UN</a>                         | 133,178,011 | 6,411,682,270 | 55,167,630       | 8,604      | 192                |
| <a href="#">Germany</a>                    | 357,050     | 82,438,000    | 2,585,000        | 31,400     | 16                 |
| <a href="#">Japan</a>                      | 377,873     | 128,085,000   | 4,220,000        | 33,100     | 47                 |
| <a href="#">Canada</a>                     | 9,984,670   | 32,507,874    | 1,165,000        | 35,200     | 13                 |
| <a href="#">Indonesia</a>                  | 1,904,569   | 234,300,000   | 935,000          | 4,000      | 33                 |
| <a href="#">Brazil</a>                     | 8,514,877   | 187,560,000   | 1,616,000        | 8,600      | 27                 |
| <a href="#">Russia</a>                     | 17,075,200  | 143,782,338   | 1,723,000        | 12,100     | 89                 |
| <a href="#">India</a>                      | 3,287,590   | 1,102,600,000 | 4,042,000        | 3,700      | 35                 |
| <a href="#">China (PRC)</a> <sup>4</sup>   | 9,596,960   | 1,306,847,624 | 10,000,000       | 7,600      | 33                 |
| <a href="#">USA</a>                        | 9,631,418   | 296,900,571   | 12,980,000       | 43,500     | 50                 |

<sup>1</sup> Including data only for full and [most active](#) members

<sup>2</sup> The first five states in the World by [area](#), [population](#) and [GDP \(PPP\)](#)

<sup>3</sup> Including [non-sovereign](#) autonomous entities of other states

<sup>4</sup> Data for the [People's Republic of China](#) does not include [Hong Kong](#), [Macau](#) and [regions](#) administered by the [Republic of China \(Taiwan\)](#).

[yellow](#) smallest value among the blocs compared [green](#) largest value among the blocs compared [blue](#) During 2004.

Fonte: [CIA World Factbook 2005](#), [IMF](#) WEO Database

## ANEXO 1 - Cinco abordagens na prevenção de conflitos

(Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (SAIS), 2005)

| Fase                | Problema                                                                      | Actores                                                                                              | Tarefas                                                                                             | Alvos                                                              |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Conflict Prevention | Escalada da tensão, Polarização, Militarização                                | (Exteriores/Interiores): Organizações Internacionais (IOs), ONGs, Governos                           | Evitar a escalada                                                                                   | Opositores potenciais, Instigadores políticos, Elites e lideranças |
| Peacemaking         | Percepção da incompatibilidade dos interesses                                 | (Exteriores/Imparciais): Mediadores, IOs, Governos estrangeiros                                      | Facilitar a negociação, Mediar as diferenças, Obter um acordo                                       | Elites e Lideranças                                                |
| Peacekeeping        | Violência destrutiva                                                          | (Exteriores): Organizações Internacionais e Regionais, Organizações Militares, Governos estrangeiros | Monitorizar Cessar-fogos, Separar e Desmobilizar as partes, Estabelecer a paz                       | Combatentes, Partes em conflito, Militantes                        |
| Peacebuilding       | Atitudes negativas, Problemas Socio-económicos, Traumas                       | (Exteriores/Interiores): IOs, ONGs, Governos                                                         | Reconciliar a população, Restabelecer a confiança, Desenvolver possibilidades económicas            | Governo local e nacional, ONGs, Sociedade Civil, População         |
| Statebuilding       | Estados em colapso, Fraqueza das Instituições Políticas, Economias devastadas | (Exteriores/Interiores): Organizações Internacionais e Regionais, ONGs, Governos                     | Reestruturar as instituições políticas e civis, (Re)construir as infraestruturas civis e económicas | Elites e Lideranças, Partidos Políticos, Sociedade Civil, ONGs     |

## ANEXO 2 - Os actores em presença

|                     | Externos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Internos                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exemplos de actores | <p>Organizações Internacionais</p> <p>Governos estrangeiros</p> <p>Organizações globais, não governamentais e Organizações “non-profit”</p> <p>Agências de socorro internacionais</p> <p>Organizações Regionais</p>                                                                                                                                       | <p>Organizações políticas nacionais, Governos locais e regionais</p> <p>Instituições locais não governamentais e “Non-profit”</p> <p>Grupos cívicos e associações religiosas</p> <p>lideranças locais formais e tradicionais</p> |
| Tipos de tarefas    | <p>Diplomacia (Track I+II), Negociação e Mediação</p> <p>Desmobilização e Imposição da Paz</p> <p>Financiamento, Serviços &amp; Abastecimentos</p> <p>Organização &amp; Coordenação</p> <p>Assistência Técnica &amp; treino/formação</p> <p>Implementação &amp; Monitorização dos acordos de paz</p> <p>Garantias de Segurança</p> <p>Apoio económico</p> | <p>Diplomacia (Track II)</p> <p>Administração &amp; Mão de obra</p> <p>Implementação dos Acordos de Paz</p> <p>Conhecimento e “Know-how”</p> <p>Serviços &amp; Apoio humanitário</p>                                             |

(Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (SAIS), 2005)

Notas: A diplomacia desempenha um papel central em todo o processo e no âmbito das iniciativas chamadas de:

- “Track I” (“First Track” ou “First Trier”), as acções que são conduzidas pelos representantes diplomáticos dos estados e elites governantes e que são, normalmente, iniciativas “abertas”, conduzidas através dos canais oficiais, com amplo conhecimento das partes envolvidas e com o seu consentimento e autorização;
- “Track II” (“Second Track” ou “Second Trier”), que consistem em ligações oficiais entre dirigentes de nível mais baixo ou entre académicos ou intelectuais que poderão, mais tarde, dar origem a iniciativas de “Track I”. Apoia e suplementa as actividades de “Track I”, tendo em vista o desenvolvimento de boas relações, a todos os níveis, que promovam o entendimento e facilitem os esforços de “Track I”, ou conduzindo actividades semelhantes e paralelas às de “Track I”, embora de forma mais subtil e dissimulada, através de canais secretos ou de conversações de baixo nível.
- Ou ainda “Track I e meio” para caracterizar as situações como as vividas em Moçambique, com a comunidade de Santo Egídio, quando a um actor não estatal é concedida autoridade para participar, negociar e actuar em nome de um Estado.

### ANEXO 3 - Tarefas essenciais da reconstrução pós-conflito

| Security                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                             |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Armed and other Security Forces, Intelligence Services and Belligerents |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                                         | Initial Response                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Transformation                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Fostering Sustainability                                                                                                                                                                                                                    |
|                                                                         | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                                                                                                                                                                                                                    | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>                                                                                                                                                                                                |
| Cessation of Hostilities                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Enforce ceasefires</li> <li>* Supervise disengagement of belligerent forces</li> <li>* Identify and neutralize potential spoilers</li> <li>* Negotiate terms for exchange of prisoners of war</li> <li>*Engage indigenous forces capable of promoting immediate stability</li> </ul>                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Establish and control buffers, including demilitarized zones</li> <li>*Monitor exchange of POWs</li> </ul>                                                                                                                                                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Transfer monitor requirements to indigenous security institutions</li> </ul>                                                                                                                        |
| Enforcement of Peace Agreements and/or Other Arrangements               | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Provide security for negotiations among indigenous belligerents</li> <li>*Develop confidence-building measures between indigenous belligerents</li> <li>*Conduct counterinsurgency operations</li> </ul>                                                                                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Investigate alleged breaches of agreements</li> <li>*Support and enforce political, military, and economic terms arrangements</li> <li>*Support confidence-building measures amongst belligerents</li> </ul>                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Transfer enforcement requirements to indigenous authorities</li> <li>*Support and sustain confidence-building measures</li> <li>*Disposition and Constitution of National Armed Services</li> </ul> |
| Disposition and Constitution of National Armed Services                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Implement plan for disposition of indigenous armed forces and other national security institutions</li> <li>*Identify future roles, missions and structure</li> <li>*Vet senior officers and other individuals for past abuses</li> <li>*Coordinate and integrate with DDR plans</li> </ul>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Train and equip indigenous military forces</li> <li>*Establish transparent entry, promotion, and retirement systems</li> <li>*Establish programs to support civilian oversight of military</li> </ul>                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Provide conventional military assistance programs</li> <li>*Establish military-to-military programs with the host country's forces</li> <li>*Sustain international support</li> </ul>               |
| Disarmament                                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Negotiate arrangements with belligerents</li> <li>*Establish and enforce weapons control regimes, including collection and destruction</li> <li>*Identify international arms dealers</li> <li>*Provide reassurances and incentives for disarmed faction</li> <li>* Establish monitoring regime</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Disarm belligerents</li> <li>*Reduce availability of unauthorized weapons</li> <li>*Collaborate with neighboring countries on weapons flows, including apprehension of illegal arms dealers</li> <li>*Cooperate with legal authorities to prosecute arms dealers</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>* (I) Secure, store, and dispose of weapons</li> <li>* Develop indigenous arms control capacity</li> </ul>                                                                                           |
| Demobilization                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>*(I) Establish demobilization camps</li> <li>*Ensure adequate health, food provisions, and security for belligerents</li> </ul>                                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Identify, gather and disband structural elements of belligerent groups</li> <li>*Monitor and verify demobilization</li> <li>*Ensure safety of quartered personnel and families</li> </ul>                                                                                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>*(I) Decommission camps</li> </ul>                                                                                                                                                                   |

|                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                               |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Reintegration of Combatants (See ECONOMIC STABILIZATION, Employment Generation) | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Design reintegration strategy, including assessment of absorptive capacity of economic and social sectors</li> <li>*Provide jobs, pensions or other material support for demobilized forces</li> <li>*Coordinate with overall political and economic recovery plans</li> </ul>            | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Provide job training, health screening, education, and employment assistance for demobilized forces</li> </ul>                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Reintegrate ex-combatants into society</li> <li>*Provide follow-up services for reintegration</li> </ul>                              |
| Disposition and Constitution of National Intelligence Service(s)                | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Implement plan for disposition of indigenous intelligence services and other national security institutions</li> <li>*Identify future roles, missions and structure</li> <li>*Vet individuals for past abuses and activities</li> <li>*Coordinate and integrate with DDR plans</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Assist in and monitor the rebuilding and reorganization of official national security institutions</li> <li>*Promote civilian control</li> <li>*Establish transparent entry, promotion, and retirement systems</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Establish service-to-service programs with the host country's services</li> </ul>                                                     |
| <b>Territorial Security</b>                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                               |
|                                                                                 | <b>Initial Response</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>Transformation</b>                                                                                                                                                                                                                                             | <b>Fostering Sustainability</b>                                                                                                                                               |
|                                                                                 | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                                                                                                                                                                  | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>                                                                                                                                  |
| Border and Boundary Control                                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>*(I) Establish border security, including customs regime to prevent arms smuggling, interdict contraband (i.e., drugs and natural resources), prevent trafficking of persons, regulate immigration and emigration, and establish control over major points of entry</li> </ul>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Train and equip border security personnel</li> </ul>                                                                                                                                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Begin transfer of border, port and airport control to indigenous actors</li> <li>*Ensure air and naval freedom of movement</li> </ul> |
| Freedom of Movement                                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Establish and disseminate rules relevant to movement</li> <li>*Facilitate internal travel of key leaders</li> <li>*(I) Dismantle roadblocks and establish checkpoints</li> <li>*Regulate air and overland movement</li> <li>*Ensure freedom of movement</li> </ul>                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Develop indigenous capacity to assure and regulate movement</li> </ul>                                                                                                                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Provide full freedom of movement</li> <li>*Transfer responsibility to indigenous actors</li> </ul>                                    |
| Identification Issues                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Establish identification regime including securing documents relating to personal identification, property ownership, court records, voter registries, birth certificates and driving licenses</li> </ul>                                                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Develop mechanisms for dealing with long term disputes relating to property ownership, court records, etc.</li> </ul>                                                                                                     |                                                                                                                                                                               |

| Public Order and Safety                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                          |                                                                       |
|----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
|                                                                                  | Initial Response                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Transformation                                                                                                                                                                                           | Fostering Sustainability                                              |
|                                                                                  | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                                              | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                                                                                                         | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>                          |
| Protection of Non-Combatants (See Protection of Indigenous Institutions)         | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Protect vulnerable elements of population (refugees, IDP, women, children)</li> <li>* Ensure humanitarian aid and security force access to endangered populations and refugee camps</li> </ul>                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Establish and maintain order in refugee camps and population centers</li> <li>*Provide interim security programs for at-risk populations</li> </ul>              |                                                                       |
| Interim Policing                                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Perform civilian police functions including investigating crimes and making arrests</li> <li>*Supervise incarceration processes and transfer to prison facilities</li> </ul>                                                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Maintain positive relations with indigenous population</li> <li>*Mentor indigenous police forces</li> </ul>                                                      | *Transfer public security responsibilities to indigenous police force |
| Controlling Crowds and Disturbances Control                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Control crowds, prevent looting and manage civil disturbances</li> <li>*Conduct special police operations requiring formed units, including investigations and arrests</li> </ul>                                                                                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Maintain positive relations with indigenous populations</li> </ul>                                                                                               | *Transfer public security responsibilities to indigenous police force |
| Clearance of UXO (See Humanitarian and Social Well-Being, Humanitarian Demining) | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Conduct emergency de-mining and UXO removal</li> <li>*Conduct mapping and survey exercises of mined areas</li> <li>* Mark mine fields</li> <li>*Identify and coordinate emergency requirements</li> <li>*Establish priorities and conduct de-mining operations</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>* Initiate large-scale de-mining and UXO removal operations</li> <li>* Promote mine awareness</li> <li>* Train and equip indigenous de-mining elements</li> </ul> | *Transfer de-mining and UXO removal operations to indigenous actors   |
| Protection of Indigenous Individuals, Infrastructure and Institutions            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                          |                                                                       |
|                                                                                  | Initial Response                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Transformation                                                                                                                                                                                           | Fostering Sustainability                                              |
|                                                                                  | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                                              | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                                                                                                         | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>                          |
| Private Institutions and Key Leaders                                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Protect key political and societal leaders</li> <li>*(I) Protect and secure places of religious worship and cultural sites</li> <li>*(I) Protect private property and factories</li> </ul>                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Create indigenous capacity to protect private institutions and key leaders</li> </ul>                                                                            |                                                                       |
| Critical Facilities                                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>*(I) Protect and secure critical infrastructure, natural resources, civil registries, property ownership documents</li> <li>*(I) Secure records, storage, equipment and funds related to criminal justice and security institutions</li> </ul>                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>*Create indigenous capacity to protect critical infrastructure</li> </ul>                                                                                         |                                                                       |

|                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                 |                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Military Facilities                                                              | *(I) Identify, secure and protect stockpiles of conventional, nuclear, biological, radiological and chemical materials<br>*(I) Secure military depots, equipment, ammunition dumps and means of communication                                                                                  | *Create indigenous capacity to protect military infrastructure                                                  | *Identify modernization needs and means to achieve them |
| Public Institutions                                                              | *(I) Protect and secure strategically important institutions (e.g., government buildings, museums, religious sites, courthouses, communications, etc.)                                                                                                                                         | *Create indigenous capacity to protect public institutions                                                      |                                                         |
| Witness and Evidence Protection                                                  | *Locate and safeguard key witnesses, documents and other evidence related to key ongoing or potential U.S. investigations and prosecutions                                                                                                                                                     |                                                                                                                 |                                                         |
| <b>Protection of Reconstruction and Stabilization Personnel and Institutions</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                 |                                                         |
|                                                                                  | <b>Initial Response</b>                                                                                                                                                                                                                                                                        | <b>Transformation</b>                                                                                           | <b>Fostering Sustainability</b>                         |
|                                                                                  | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                           | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>            |
| Official Civilian Stabilization and Reconstruction Personnel and Facilities      | *(I) Protect government-sponsored civilian stabilization and reconstruction personnel<br>*Provide logistical support to sustain them in the field                                                                                                                                              | *Create indigenous capacity to protect government-sponsored civilian stabilization and reconstruction personnel |                                                         |
| Contractor and NGO Stabilization and Reconstruction Personnel and Facilities     | *Protect contractor and NGO stabilization personnel and resources<br>* Provide logistical support                                                                                                                                                                                              | *Create indigenous capacity to protect contractor and NGO stabilization personnel and resources                 |                                                         |
| <b>Security Coordination</b>                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                 |                                                         |
|                                                                                  | <b>Initial Response</b>                                                                                                                                                                                                                                                                        | <b>Transformation</b>                                                                                           | <b>Fostering Sustainability</b>                         |
|                                                                                  | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                           | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>            |
| International Security Forces                                                    | *Develop integrated command, control and intelligence (C2I) and information sharing arrangements between international military, constabulary and civilian police forces<br>*Determine rules of engagement; clearly define roles and responsibilities, including custody/transfer of detainees |                                                                                                                 |                                                         |
| Intelligence Support                                                             | *Provide integrated intelligence support for international military, constabulary and civilian police forces                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                 |                                                         |
| Coordination with Indigenous Security Forces                                     | *Develop coordinated C2I arrangements between international and indigenous security forces                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                 |                                                         |

|                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                  |                                                     |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| International Civilian-Military Coordination | *Develop coordinated military and civilian C2I and information sharing arrangements                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                  |                                                     |
| Regional Security Arrangements               | *Negotiate or modify regional security arrangements with all interested parties<br>*Negotiate the enhancement of cross border controls and security<br>*Consult with neighboring countries on border security plans                                                                                                                                                                                  | *Establish mechanisms for implementing regional security arrangements                                                                                                                            | *Monitor compliance with and reinforce arrangements |
| <b>Public Information and Communications</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                  |                                                     |
|                                              | <b>Initial Response</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Transformation</b>                                                                                                                                                                            | <b>Fostering Sustainability</b>                     |
|                                              | <i>Goal: Establish a safe and secure environment</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <i>Goal: Develop legitimate and stable security institutions</i>                                                                                                                                 | <i>Goal: Consolidate indigenous capacity</i>        |
| Disseminate Security Information             | *Identify or establish outlets for international, national, and local news media<br>*Utilize media as public information tool to provide factual information and control rumors<br>* Issue effective press releases and timely provision of information services as needed in local languages<br>* Assist National Transitional Administration and/or National Government to inform public regularly | *Invest in the development of indigenous capacity<br>*Train journalists, expand capacity of outlets, and improve interaction with local population and linkages with the international community |                                                     |

## **ANEXO 4 – A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

<http://www.cplp.org/index.asp>

### **1. ESTADOS MEMBROS**

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

### **2. HISTÓRICO - COMO SURTIU A CPLP**

O primeiro passo no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe -, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade.

A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão partilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades. Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que:

"O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efectivar consultas políticas frequentes entre directores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar".

O processo ganhou impulso decisivo na década de 90, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. Em Fevereiro de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, reunidos pela segunda vez, em Brasília, decidiram recomendar aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adopção do acto constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os ministros acordaram, ainda, no quadro da preparação da Cimeira, a constituição de um Grupo de Concertação Permanente, sediado em Lisboa e integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o Director-Geral de Política Externa) e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa (única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP).

Relativamente às várias vertentes do processo de institucionalização da CPLP, o Grupo analisou em substância a cooperação existente entre os Sete e a concertação a estabelecer. Foram abordadas, de forma aprofundada, áreas como a concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP.

O resultado desse trabalho encontra-se consolidado em dois documentos, adoptados posteriormente na Cimeira:

- Declaração Constitutiva da CPLP
- Estatutos da Comunidade

Os sete Ministros voltaram a reunir-se em Junho de 1995, em Lisboa, tendo reafirmado a importância para os seus países da constituição da CPLP e reiterado os compromissos assumidos na reunião de Brasília.

Nessa ocasião, validaram o trabalho realizado pelo Grupo de Concertação Permanente (que passou a denominar-se Comité de Concertação Permanente) e concordaram em recomendar a marcação da Cimeira para o final do primeiro semestre de 1996, em Lisboa, fazendo-a preceder de uma reunião ministerial em Abril do mesmo ano, em Maputo.

A 17 de Julho de 1996, em Lisboa, realizou-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que marcou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entidade reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de Maio de 2002, com a conquista de sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade.

A reunião deste grupo de Estados – situados em 4 Continentes e englobando 230 milhões de pessoas – consolidou uma realidade já existente, resultante da tradicional cooperação Portugal-Brasil e dos novos laços de fraternidade e cooperação que, a partir de meados da década de 1970, se foram criando entre estes dois países e as novas nações de língua oficial portuguesa.

A institucionalização da CPLP traduziu, assim, um propósito comum: projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua

portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico.

A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Oito – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum. Esse factor de unidade tem fundamentado, no plano mundial, uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente.

A CPLP tem como objectivos gerais a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico. Para a prossecução desses objectivos a Comunidade tem promovido a coordenação sistemática das actividades das instituições públicas e entidades privadas empenhadas no incremento da cooperação entre os seus Estados membros. As acções desenvolvidas pela CPLP têm objectivos precisos e traduzem-se em directivas concretas, voltadas para sectores prioritários, como a Saúde e a Educação. Para tal, procura-se mobilizar interna e externamente esforços e recursos, criando novos mecanismos e dinamizando os já existentes.

Neste esforço, são utilizados não apenas recursos cedidos pelos governos dos países membros, mas também, de forma crescente, os meios disponibilizados através de parcerias com outros organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas, interessadas no apoio ao desenvolvimento social e económico dos países de língua portuguesa.

No tocante à concertação político-diplomática, tem-se dado expressão crescente aos interesses e necessidades comuns em organizações multilaterais, como a ONU, a FAO e a OMS. Nos fora regionais e nas negociações internacionais de carácter político e económico, a CPLP tem-se assumido como um factor capaz de fortalecer o potencial de negociação de cada um de seus Estados membros.

No campo económico, procura-se aproveitar os instrumentos de cooperação internacional de um modo mais consistente, através de uma concertação regular entre os Oito. Outro ponto importante em que se tem vindo a desenvolver esforços significativos é o da cooperação empresarial.

Para a valorização e difusão do idioma comum, realça-se o papel crescente que é exercido pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sedado em Cabo Verde, assim como pelo Secretariado Executivo da CPLP, que desenvolveu uma rede de



parcerias voltadas para o lançamento de novas iniciativas nas áreas da promoção e difusão da língua portuguesa.

A VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP reuniu-se em Bissau, no dia 17 de Julho de 2006, precisamente 10 anos após a criação da Comunidade.

Na ocasião, os Chefes de Estado decidiram que o compromisso fundamental inscrito na Declaração do Milénio, de erradicação da fome e da pobreza ou da sua redução para metade até 2015, passará a orientar a política de cooperação da CPLP. Comprometem-se, também, a desenvolver esforços e mobilizar recursos, internos e internacionais, para a concretização dos outros objectivos inscritos na Declaração do Milénio.

O documento orientador sobre a Estratégia Geral de Cooperação no seio da Comunidade, formalmente aprovado, converge com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e estabelece a coordenação e a sistematização das políticas de cooperação no sentido de melhorar a eficácia das acções desenvolvidas no espaço comunitário.

Foram em seguida analisados pelo Conselho de Ministros, entre outras matérias, os progressos do Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e do Centro Regional de Excelência em Administração Pública, respectivamente, instalados em Luanda e Maputo.

O 10º Aniversário foi ocasião para proceder a uma Revisão dos Estatutos da CPLP. Na nova redacção saída de Bissau ficou contemplada a reestruturação interna do Secretariado Executivo, por forma a melhor responder aos desafios que se apresentam à Comunidade, tendo sido criado o cargo de Director-geral.

Foram ainda admitidos, pela primeira vez, as figuras de "Observador Associado" e "Observador Consultivo". Tal estatuto foi concedido a dois Estados e 18 instituições da sociedade civil. Os esforços de aproximação à sociedade civil foram ainda intensificados com a nomeação de sete Embaixadores de Boa Vontade.

O papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa como baluarte de defesa da língua foi salientado na Cimeira de Bissau. Foram reconhecidos os esforços realizados

pelo seu Director Executivo, no biénio que terminou, e foi escolhida a nova Directora Executiva para os dois anos que agora se iniciam.

A construção da Comunidade deu, assim, passos substanciais. Prossegue a reflexão sobre o Estatuto do Cidadão da CPLP, bem como de outras questões relevantes no âmbito da cidadania e circulação de pessoas no espaço da Comunidade.

As Questões de Género, o Trabalho Infantil e o Ambiente mereceram igual atenção dos participantes da Cimeira.

A vitalidade da Organização reflecte-se na defesa da Democracia e no elevado número de medidas conjuntas que os Estados-membros têm adoptado para harmonizar políticas, activar procedimentos comuns e cooperar em domínios tão importantes como a Justiça, a Educação, as Forças Armadas, Ambiente e Migrações, entre outros.

### **3. OBJECTIVOS DA CPLP**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de Julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. A Organização tem como objectivos gerais:

- A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- Igualdade soberana dos Estados membros;
- Não-ingerência nos assuntos internos de cada estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do desenvolvimento;

- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

No acto de criação da CPLP, foram estabelecidas como órgãos da Comunidade as seguintes instâncias:

- [A Conferência de Chefes de Estado e de Governo](#)
- [O Conselho de Ministros](#)
- [O Comité de Concertação Permanente](#)
- [O Secretariado Executivo](#)

Posteriormente, os Estatutos revistos na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Brasília, 2002) estabeleceram como órgãos adicionais da CPLP:

- [As Reuniões Ministeriais Sectoriais](#)
- [A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação](#)

Em Luanda, o X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional:

## **5. O Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP.**

A [Conferência de Chefes de Estado e de Governo](#) reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por 2/3 dos Estados membros. Este órgão, integrado pelas autoridades máximas dos oito países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O [Conselho de Ministros](#) é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países membros e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respectivos relatórios. O Conselho de Ministros elege, entre os seus membros, um presidente de forma rotativa, por mandato de um ano.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em carácter rotativo, por um dos Estados membros, que organiza os respectivos eventos em cidade de destaque, no mês de Julho, o mês da criação da CPLP.

O [Comité de Concertação Permanente](#) reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comité

é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

O [Secretariado Executivo](#) é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité). É dirigido pelo [Secretário Executivo](#), alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. O cargo é actualmente ocupado pelo Embaixador Luís Fonseca, diplomata de carreira, nascido em Cabo Verde. O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo [Secretário Executivo Adjunto](#), cargo ocupado, no actual mandato, pelo Embaixador José Tadeu Soares, de nacionalidade portuguesa.

As [Reuniões Ministeriais Sectoriais](#) são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

A [Reunião dos Pontos Focais da Cooperação](#) congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros.

Os fundos do Secretariado Executivo da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas fixadas pelo Conselho de Ministros. A CPLP dispõe também de um *Fundo Especial*, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas efectuadas no quadro da Organização. Este Fundo é alimentado por contribuições voluntárias de entidades públicas e privadas e está submetido a Regimento próprio.

No caso das acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais, estas serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos.

## **4. ESTRUTURA**

### **4.1 Conferência de Chefes de Estado e de Governo**

A Conferência, constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros, é o órgão máximo da CPLP.

São competências da Conferência:

- Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

#### **4.2 Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores**

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos oito Estados membros. São competências do Conselho de Ministros:

- Coordenar as actividades da CPLP;
- Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- Aprovar o orçamento da CPLP;
- Formular recomendações à Conferência de Chefes de Estado e de Governo em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;
- Recomendar à Conferência de Chefes de Estado os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto;
- Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP ;
- Realizar outras tarefas que lhe forem confiadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

O Conselho de Ministros elege, entre os seus membros, um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano (habitualmente, o Ministro do país anfitrião). O

Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respectivos relatórios. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

#### **4.3 Comité de Concertação Permanente**

O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados membros da CPLP. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP. Compete, ainda, ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.

O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que seja necessário. O CCP é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso, sendo que pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.

O CCP pode tomar decisões sobre alguns dos assuntos mencionados no artigo 12º dos Estatutos da CPLP (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006), ad referendum do Conselho de Ministros:

- Coordenar as actividades da CPLP;
- Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
- Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;
- Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;

#### **4.4 Secretariado Executivo**

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem a competência de:

- Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;
- Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
- Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;

- Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.

O Secretariado Executivo é dirigido pelo [Secretário Executivo](#). O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros, por ordem alfabética crescente. No final do mandato, o Estado membro cujo representante nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo tem a possibilidade de apresentar a sua recandidatura, por mais um mandato de dois anos.

O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo [Secretário Executivo Adjunto](#). Os [Estatutos](#) (revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006) fixam, desde a Cimeira de Bissau, a existência de um Director-Geral, sendo que o cargo de Secretário Executivo Adjunto cessará com a sua nomeação.

O Director-Geral vai ser recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período. O Director-Geral vai ser o responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos activados pelo Secretariado.

As principais competências do Secretário Executivo são:

- Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
- Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
- Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
- Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
- Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;
- Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
- Representar a CPLP nos fora internacionais;

- Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comité de Concertação Permanente;
- Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente;
- O Secretário Executivo poderá delegar no Director Geral parte das suas funções incluindo, com carácter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

#### **4.5 Reuniões Ministeriais Sectoriais**

As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

As acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais vão ser financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As acções a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

O Estado membro anfitrião das Reuniões Ministeriais vai promover o depósito dos documentos aprovados junto do Secretariado Executivo para deles dar conhecimento ao Comité de Concertação Permanente. Todos os documentos finais entregues ao Secretariado Executivo são publicados na página electrónica.

- Administração do Território
- Administração Interna e Segurança
- Administração Pública
- Agricultura
- Ambiente
- Assuntos Parlamentares e Presidência
- Ciência e Tecnologia
- Comunicação Social
- Correios e Telecomunicações
- Cultura
- Defesa
- Desporto

- Educação
- Igualdade de género
- Justiça
- Juventude
- Pescas
- Propriedade Industrial
- Saúde
- Segurança Social e Trabalho
- Turismo

#### **4.6 Reunião dos Pontos Focais da Cooperação**

A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

Segundo o artigo 5º do Acordo Geral de Cooperação, «os Estados membros designarão um ponto focal como órgão coordenador nacional de programas e projectos a serem desenvolvidos no âmbito do Acordo.»

Compete à Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, como órgão da CPLP, de acordo com o artigo 19º dos Estatutos, assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP. Foi em claro reconhecimento da sua importância que o Conselho de Ministros integrou a Reunião de Pontos Focais da Cooperação como órgão da CPLP, na revisão dos Estatutos, em 2002, em Brasília.

Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos Estados membros. Quando coincide com a Conferência de Chefes de Estado e de Governo ou Reuniões do Conselho de Ministros, a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação realiza-se na cidade anfitriã desses eventos. Nos demais casos, a Reunião tem lugar na sede da CPLP, em Lisboa.

#### **4.7 Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)**

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação,

informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

#### **4.7.1 Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa**

1. Na prossecução dos seus objectivos, quer entre Estados membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) toma em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem;
2. O IILP goza de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objectivos a prosseguir dos seus órgãos próprios, nomeadamente, do Conselho Científico;
3. O IILP é chefiado por um Director Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez;
4. A acção do Director Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura.

## ANEXO 5 – A curva do conflito



Ilustração 1. A curva do conflito (LUND, M.S., 1996a)

O eixo vertical representa a intensidade do conflito e o horizontal representa a duração. A primeira fase da curva caracteriza a situação em que os desentendimentos e conflitos são resolvidos através da Diplomacia normal de tempo de paz. O período de paz estável é o característico da guerra fria em que existe uma comunicação esparsa e uma cooperação limitada num contexto geral de estabilidade, os conflitos são resolvidos de forma pacífica e as perspectivas de guerra são baixas.

A falta de resolução dos conflitos e o aumento das tensões dá então lugar a um período de instabilidade, no qual a violência ainda está ausente ou é muito esporádica embora a tensão e as suspeitas continuem a crescer e as partes se considerem como inimigas, mantendo uma capacidade militar dissuasora (Situação do Irão e EUA em 1995, no dizer do autor). Iniciam-se nesta fase todas as acções típicas da prevenção de conflitos.

Se a diplomacia preventiva e a prevenção de conflitos não tiverem sucesso, o conflito dá lugar a uma crise. As Forças Armadas mantêm-se mobilizadas e prontas a actuar e existe um risco elevado de guerra. É o campo de aplicação da diplomacia das crises e da gestão das crises com a finalidade de conter a crise e sustentar a violência.

Se nada disto resultar, a crise cede então passo à guerra. Os esforços desenvolvidos por entidades exteriores para lhe pôr um termo são conhecidos por *Peacemaking* ou gestão do conflito. Se for conseguido um acordo para a cessação das hostilidades, essas entidades podem então evoluir para uma situação de *Peace Enforcement* ou de Apaziguamento do Conflito (*Conflict Mitigation*).

Perante o sucesso destas tentativas e com a finalidade de evitar o reacender do conflito, podemos então passar para uma acção de *Peacekeeping* ou de Finalização do Conflito (*Conflict Termination*).

Como consequência desta evolução e atingido com sucesso o final ou o apaziguamento do conflito, as partes podem então iniciar o difícil processo de Resolução do Conflito e de *post-Conflict Peacebuilding*.

Como o próprio autor reconhece, esta abordagem não deve ser vista de forma dogmática e inflexível, as situações particulares de cada caso ditarão o seu aparecimento, evolução e resolução (LUND, M.S., 1996b).

## ANEXO 6 – Missões de *Peacekeeping* das Nações Unidas, por região

(Wikipedia - The Free Encyclopedia, 2006a)

### a. *Completed missions*

#### (1) *Africa*

| Dates of operation | Name of Operation                                                                  | Location                                                                                                                                                                                                              | Conflict                                          | Website |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|---------|
| 1960–1964          | United Nations Operation in the Congo ( <a href="#">ONUC</a> )                     |  <a href="#">Congo</a>                                                                                                               | <a href="#">Congo Crisis</a>                      | [1]     |
| 1988–1991          | United Nations Angola Verification Mission I ( <a href="#">UNAVEM I</a> )          |  <a href="#">Angola</a>                                                                                                              | <a href="#">Angolan War of Independence</a>       | [2]     |
| 1989–1990          | United Nations Transition Assistance Group ( <a href="#">UNTAG</a> )               |  <a href="#">Namibia</a>                                                                                                             | <a href="#">Namibian War of Independence</a>      | [3]     |
| 1991–1995          | United Nations Angola Verification Mission II ( <a href="#">UNAVEM II</a> )        |  <a href="#">Angola</a>                                                                                                              | <a href="#">Angolan Civil War</a>                 | [4]     |
| 1992–1994          | United Nations Operation in Mozambique ( <a href="#">ONUMOZ</a> )                  |  <a href="#">Mozambique</a>                                                                                                          | <a href="#">Liberian Civil War</a>                | [5]     |
| 1992–1993          | United Nations Operation in Somalia I ( <a href="#">UNOSOM I</a> )                 |  <a href="#">Somalia</a>                                                                                                             | <a href="#">Somali Civil War</a>                  | [6]     |
| 1993–1997          | United Nations Observer Mission in Liberia ( <a href="#">UNOMIL</a> )              |  <a href="#">Liberia</a>                                                                                                             | <a href="#">Liberian Civil War</a>                | [7]     |
| 1993–1994          | United Nations Observer Mission Uganda-Rwanda ( <a href="#">UNOMUR</a> )           |  <a href="#">Rwanda</a><br> <a href="#">Uganda</a> | <a href="#">Rwandan genocide</a>                  | [8]     |
| 1993–1996          | United Nations Assistance Mission for Rwanda ( <a href="#">UNAMIR</a> )            |  <a href="#">Rwanda</a>                                                                                                            | <a href="#">Rwandan genocide</a>                  | [9]     |
| 1993–1995          | United Nations Operation in Somalia II ( <a href="#">UNOSOM II</a> )               |  <a href="#">Somalia</a>                                                                                                           | <a href="#">Somali Civil War</a>                  | [10]    |
| 1994               | United Nations Aouzou Strip Observer Group ( <a href="#">UNASOG</a> )              |  <a href="#">Chad</a><br> <a href="#">Libya</a> | <a href="#">Aouzou Strip dispute</a>              | [11]    |
| 1995–1997          | United Nations Angola Verification Mission III ( <a href="#">UNAVEM III</a> )      |  <a href="#">Angola</a>                                                                                                            | <a href="#">Angolan Civil War</a>                 | [12]    |
| 1997–1999          | United Nations Observer Mission in Angola ( <a href="#">MONUA</a> )                |  <a href="#">Angola</a>                                                                                                            | <a href="#">Angolan Civil War</a>                 | [13]    |
| 1998–1999          | United Nations Observer Mission in Sierra Leone ( <a href="#">UNOMSIL</a> )        |  <a href="#">Sierra Leone</a>                                                                                                      | <a href="#">Sierra Leone civil war</a>            | [14]    |
| 1998–2000          | United Nations Mission in the Central African Republic ( <a href="#">MINURCA</a> ) |  <a href="#">Central African Republic</a>                                                                                          | <a href="#">Central African Republic mutinies</a> | [15]    |
| 1999–2005          | United Nations Mission in Sierra Leone ( <a href="#">UNAMSIL</a> )                 |  <a href="#">Sierra Leone</a>                                                                                                      | <a href="#">Sierra Leone civil war</a>            | [16]    |

#### (2) *Americas*

| Dates of operation | Name of Operation                                                                                           | Location                                                                                                               | Conflict                             | Website |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|---------|
| 1965–1966          | Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic ( <a href="#">DOMREP</a> ) |  <a href="#">Dominican Republic</a> | <a href="#">Dominican Civil War</a>  | [17]    |
| 1989–1992          | United Nations Observer Group in                                                                            |  <a href="#">Central Ameri-</a>     | <a href="#">Nicaraguan Civil War</a> | [18]    |

<sup>53</sup> Shown are the flags of the five countries in which ONUCA operated. They are in this order (sorted alphabetically): [Costa Rica](#), [El Salvador](#), [Guatemala](#), [Honduras](#), and [Nicaragua](#)

|           |                                                                              |                                                                                   |                             |                                                              |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------------------|
|           | Central America ( <a href="#">ONUCA</a> )                                    |  | <a href="#">ca</a>          |                                                              |
| 1991–1995 | United Nations Observer Mission in El Salvador ( <a href="#">ONUSAL</a> )    |  | <a href="#">El Salvador</a> | <a href="#">El Salvador Civil War</a> [19]                   |
| 1993–1996 | United Nations Mission in Haiti ( <a href="#">UNMIH</a> )                    |  | <a href="#">Haiti</a>       | <a href="#">1991 coup and military rule in Haiti</a> [20]    |
| 1996–1997 | United Nations Support Mission in Haiti ( <a href="#">UNSMIH</a> )           |  | <a href="#">Haiti</a>       | <a href="#">Stabilizing Haiti's new democracy</a> [21]       |
| 1997      | United Nations Verification Mission in Guatemala ( <a href="#">MINUGUA</a> ) |  | <a href="#">Guatemala</a>   | <a href="#">Guatemalan Civil War</a> [22]                    |
| 1997      | United Nations Transition Mission in Haiti ( <a href="#">UNTMIH</a> )        |  | <a href="#">Haiti</a>       | Training of the <a href="#">Haitian National Police</a> [23] |
| 1997–2000 | United Nations Civilian Police Mission in Haiti ( <a href="#">MIPONUH</a> )  |  | <a href="#">Haiti</a>       | Training of the <a href="#">Haitian National Police</a> [24] |

### (3) Asia

| Dates of operation | Name of Operation                                                                           | Location                                                                                                                                       | Conflict                                               | Website |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|---------|
| 1962–1963          | United Nations Security Force in West New Guinea ( <a href="#">UNSF</a> )                   |  <sup>54</sup> <a href="#">West New Guinea</a>                | <a href="#">Indonesian takeover of West New Guinea</a> | [25]    |
| 1965–1966          | United Nations India-Pakistan Observation Mission ( <a href="#">UNIPOM</a> )                | <br><a href="#">India</a><br><a href="#">Pakistan</a>         | <a href="#">Indo-Pakistani War of 1965</a>             | [26]    |
| 1988–1990          | United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan ( <a href="#">UNGOMAP</a> ) | <br><a href="#">Afghanistan</a><br><a href="#">Pakistan</a> | <a href="#">Soviet invasion of Afghanistan</a>         | [27]    |
| 1991–1992          | United Nations Advance Mission in Cambodia ( <a href="#">UNAMIC</a> )                       |  <a href="#">Cambodia</a>                                   | <a href="#">Fall of the Khmer Rouge</a>                | [28]    |
| 1992–1993          | United Nations Transitional Authority in Cambodia ( <a href="#">UNTAC</a> )                 |  <a href="#">Cambodia</a>                                   | <a href="#">Fall of the Khmer Rouge</a>                | [29]    |
| 1994–2000          | United Nations Mission of Observers in Tajikistan ( <a href="#">UNMOT</a> )                 |  <a href="#">Tajikistan</a>                                 | <a href="#">Tajikistan Civil War</a>                   | [30]    |
| 1999               | United Nations Mission in East Timor ( <a href="#">UNAMET</a> )                             |  <sup>55</sup> <a href="#">East Timor</a>                   | <a href="#">Indonesian invasion and occupation</a>     | [31]    |
| 1999–2002          | The United Nations Transitional Administration in East Timor ( <a href="#">UNTAET</a> )     |  <sup>55</sup> <a href="#">East Timor</a>                   | <a href="#">Indonesian invasion and occupation</a>     | [32]    |
| 2002–2005          | United Nations Mission of Support in East Timor ( <a href="#">UNMISSET</a> )                |  <a href="#">East Timor</a>                                 | <a href="#">Indonesian invasion and occupation</a>     | [33]    |

### (4) Europe

| Dates of operation | Name of Operation | Location | Conflict | Website |
|--------------------|-------------------|----------|----------|---------|
|--------------------|-------------------|----------|----------|---------|

<sup>54</sup> The first flag shown is that of the [West Papua](#) (West New Guinea), the country that had been arranged to succeed the Dutch colony. However, [the Netherlands](#), whose flag is the second shown, was later forced to hand over the territory to [Indonesia](#), whose flag is last

<sup>55</sup> Shown are the flags of the newly independent [East Timor](#) and its former occupier, [Indonesia](#) (in that order)

|           |                                                                                                 |                                                                                                 |                                          |                                |      |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------|------|
| 1992–1995 | United Nations Protection Force (UNPROFOR)                                                      |  <sup>56</sup> | Former Yugoslav<br>lavia                 | Yugoslav wars                  | [34] |
| 1994–1996 | United Nations Confidence Restoration Operation (UNCRO)                                         |                | Croatia                                  | Croatian War                   | [35] |
| 1995–2002 | United Nations Mission in Bosnia and Herzegovina (UNMIBH)                                       |                | Bosnia and<br>Herzegovina                | Bosnian War                    | [36] |
| 1995–1999 | United Nations Preventive Deployment Force (UNPREDEP)                                           |  <sup>57</sup> | Former Yugoslav Republic<br>of Macedonia | Aftermath of the Yugoslav wars | [37] |
| 1996–1998 | United Nations Transitional Authority in Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium (UNTAES) |                | Croatia                                  | Croatian War                   | [38] |
| 1996–2002 | United Nations Mission of Observers in Prevlaka (UNMOP)                                         |                | Prevlaka<br>Peninsula                    | Prevlaka territorial dispute   | [39] |
| 1998      | United Nations Civilian Police Support Group (UNPSG)                                            |                | Croatia                                  | Croatian War                   | [40] |

### (5) Middle East

| Dates of operation | Name of Operation                                                            | Location                                                                                                                                                                                                                | Conflict                                                                        | Website              |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 1956–1967          | First United Nations Emergency Force ( <a href="#">UNEF I</a> )              |  <a href="#">Egypt</a><br> <a href="#">Israel</a>     | <a href="#">Suez Crisis</a> , <a href="#">Six-Day War</a>                       | <a href="#">[41]</a> |
| 1958               | United Nations Observation Group in Lebanon ( <a href="#">UNOGIL</a> )       |  <a href="#">Lebanon</a>                                                                                                               | <a href="#">Lebanon crisis of 1958</a>                                          | <a href="#">[42]</a> |
| 1963–1964          | United Nations Yemen Observation Mission ( <a href="#">UNYOM</a> )           |  <a href="#">Yemen</a>                                                                                                               | <a href="#">Yemen Civil War</a> (See also <a href="#">Yemen Arab Republic</a> ) | <a href="#">[43]</a> |
| 1973–1979          | Second United Nations Emergency Force ( <a href="#">UNEF II</a> )            |  <a href="#">Egypt</a><br> <a href="#">Israel</a> | <a href="#">Yom Kippur War</a>                                                  | <a href="#">[44]</a> |
| 1988–1991          | United Nations Iran-Iraq Military Observer Group ( <a href="#">UNIIMOG</a> ) |  <a href="#">Iran</a><br> <a href="#">Iraq</a>    | <a href="#">Iran-Iraq War</a>                                                   | <a href="#">[45]</a> |
| 1991–2003          | United Nations Iraq-Kuwait Observation Mission ( <a href="#">UNIKOM</a> )    |  <a href="#">Iraq</a><br> <a href="#">Kuwait</a>  | <a href="#">Gulf War</a>                                                        | <a href="#">[46]</a> |

<sup>56</sup> This mission operated within the current [successor states](#) to the Former Yugoslavia of [Bosnia and Herzegovina](#), [Croatia](#), the [Former Yugoslav Republic of Macedonia](#), and the [Federal Republic of Yugoslavia](#) (Serbia and Montenegro). The flags are shown in this order

<sup>57</sup> [Prevlaka Peninsula](#) was claimed by both [Croatia](#) and the [Federal Republic of Yugoslavia](#) (Serbia and Montenegro) and the flags are shown in this order. Upon resolution, all parties accepted Croatia's claim to the territory.

**b. Current deployment**

**(1) Africa**

| Start of operation | Name of Operation                                                                                     | Location                                                                                                                                                                                                                | Conflict                                              | Website |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|---------|
| 1991               | United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara ( <a href="#">MINURSO</a> )               |  <a href="#">Western Sahara</a>                                                                                                        | <a href="#">Moroccan occupation of Western Sahara</a> | [47]    |
| 1999               | United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo ( <a href="#">MONUC</a> ) |  <a href="#">Democratic Republic of Congo</a>                                                                                          | <a href="#">Second Congo War</a>                      | [48]    |
| 2000               | United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea ( <a href="#">UNMEE</a> )                              |  <a href="#">Eritrea</a><br> <a href="#">Ethiopia</a> | <a href="#">Eritrean-Ethiopian War</a>                | [49]    |
| 2003               | United Nations Mission in Liberia ( <a href="#">UNMIL</a> )                                           |  <a href="#">Liberia</a>                                                                                                               | <a href="#">Second Liberian Civil War</a>             | [50]    |
| 2004               | United Nations Operation in Burundi ( <a href="#">ONUB</a> )                                          |  <a href="#">Burundi</a>                                                                                                               | <a href="#">Burundi Civil War</a>                     | [51]    |
| 2004               | United Nations Operation in Côte d'Ivoire ( <a href="#">UNOCI</a> )                                   |  <a href="#">Côte d'Ivoire</a>                                                                                                         | <a href="#">Civil war in Côte d'Ivoire</a>            | [52]    |
| 2005               | United Nations Mission in the Sudan ( <a href="#">UNMIS</a> )                                         |  <a href="#">Sudan</a>                                                                                                                 | <a href="#">Second Sudanese Civil War</a>             | [53]    |

**(2) Americas**

| Start of operation | Name of Operation                                                          | Location                                                                                                 | Conflict                             | Website |
|--------------------|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|---------|
| 2004               | United Nations Stabilization Mission in Haiti ( <a href="#">MINUSTAH</a> ) |  <a href="#">Haiti</a> | <a href="#">2004 Haiti rebellion</a> | [54]    |

**(3) Asia**

| Start of operation | Name of Operation                                                                        | Location                                                                                                                                                                                                                  | Conflict                               | Website |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---------|
| 1949               | United Nations Military Observer Group in India and Pakistan ( <a href="#">UNMOGIP</a> ) |  <a href="#">India</a><br> <a href="#">Pakistan</a> | <a href="#">Indo-Pakistani Wars</a>    | [55]    |
| 2006               | United Nations Integrated Mission in Timor-Leste ( <a href="#">UNMIT</a> )               |  <a href="#">East Timor</a>                                                                                                            | <a href="#">2006 East Timor crisis</a> | [56]    |

**(4) Europe**

| Start of operation | Name of Operation                                                       | Location                                                                                                                 | Conflict                       | Website |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|---------|
| 1964               | United Nations Peacekeeping Force in Cyprus ( <a href="#">UNFICYP</a> ) |  <sup>58</sup> <a href="#">Cyprus</a> | <a href="#">Cyprus dispute</a> | [57]    |
| 1993               | United Nations Observer Mission in Georgia ( <a href="#">UNOMIG</a> )   |  <a href="#">Georgia</a>              | <a href="#">Abkhazian War</a>  | [58]    |
| 1999               | United Nations Interim Administra-                                      |  <sup>59</sup> <a href="#">Kosovo</a> | <a href="#">Kosovo War</a>     | [59]    |

<sup>58</sup> The United Nations and all foreign governments but [Turkey](#) recognise the sovereignty of the [Republic of Cyprus](#), whose flag is shown first, over the whole island of Cyprus. The second flag is that of the [Turkish Republic of Northern Cyprus](#), a *de facto* state, by virtue of controlling the northern third of the island, which is recognized only by Turkey and the [Organization of the Islamic Conference](#)

tion Mission in Kosovo ([UNMIK](#))



(5) *Middle East*

| Start of operation | Name of Operation                                                       | Location                                                                                                              | Conflict                                                                                                                      | Website              |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 1948               | United Nations Truce Supervision Organization ( <a href="#">UNTSO</a> ) | <br>60 <a href="#">Middle East</a>   | (Monitors the various ceasefires and assists UNDOF and UNIFIL)                                                                | <a href="#">[60]</a> |
| 1974               | United Nations Disengagement Observer Force ( <a href="#">UNDOF</a> )   | <br>61 <a href="#">Golan Heights</a> | Agreed withdrawal by <a href="#">Syrian</a> and <a href="#">Israeli</a> forces following the <a href="#">Yom Kippur War</a> . | <a href="#">[61]</a> |
| 1978               | United Nations Interim Force in Lebanon ( <a href="#">UNIFIL</a> )      |  <a href="#">Lebanon</a>             | Israeli <a href="#">invasion</a> of Lebanon and <a href="#">2006 Israel-Lebanon conflict</a>                                  | <a href="#">[62]</a> |

<sup>59</sup> There is no official flag of Kosovo. The top flag is the [flag of Albania](#), used by the Albanian-dominated administration and the vast majority of Kosovo Albanians. The bottom flag is the [flag of Serbia](#), used by the [Serb](#)-inhabited area of north Kosovo. For more see [flag of Kosovo](#).

<sup>60</sup> There is no officially recognized flag of the entire region of the Middle East. Shown is a map of the Middle East

<sup>61</sup> Various regions of the Golan Heights have been claimed by Israel, Lebanon, and Syria; all three flags are shown, in that order

## ANEXO 7 - Missões de *Peacekeeping* das Nações Unidas, por ordem cronológica

(Wikipedia - The Free Encyclopedia, 2007)

### a. 1940s

| Start                | End     | Name                                                             | Acronym | Purpose                                                                        | Comment                                                    |
|----------------------|---------|------------------------------------------------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| <a href="#">1948</a> | Ongoing | <a href="#">UN Truce Supervision Organization</a>                | UNTSO   | To monitor Arab- <a href="#">Israeli</a> ceasefire                             | authorized in June 1948. The first UN peacekeeping mission |
| <a href="#">1949</a> | Ongoing | <a href="#">UN Military Observer Group in India and Pakistan</a> | UNMOGIP | To monitor <a href="#">India-Pakistan</a> ceasefire in <a href="#">Kashmir</a> |                                                            |

### b. 1950s

| Start                | End  | Name                                            | Acronym | Purpose                                                                      | Comment                                   |
|----------------------|------|-------------------------------------------------|---------|------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| <a href="#">1956</a> | 1967 | <a href="#">UN Emergency Force I</a>            | UNEF I  | To supervise withdrawal of troops from <a href="#">Suez Crisis</a>           | First armed peacekeepers. Ended June 1967 |
| <a href="#">1958</a> | 1958 | <a href="#">UN Observation Group in Lebanon</a> | UNOGIL  | To prevent troops and weapons entering <a href="#">Lebanon</a> during crisis | Ended December 1958                       |

### c. 1960s

| Start                | End     | Name                                                                                             | Acronym | Purpose                                                                                                                  | Comment              |
|----------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| <a href="#">1960</a> | 1964    | <a href="#">UN Operation in the Congo</a>                                                        | ONUC    | To prevent foreign intervention in and preserve territory of the <a href="#">Congo</a>                                   | Ended June 1964      |
| <a href="#">1962</a> | 1963    | <a href="#">UN Security Force in West New Guinea (West Irian)</a>                                | UNSF    | Monitor ceasefire during transition of West Irian from <a href="#">Dutch</a> rule to <a href="#">Indonesian</a>          | Ended April 1963     |
| <a href="#">1963</a> | 1964    | <a href="#">UN Yemen Observation Mission</a>                                                     | UNYOM   | Supervise disengagement of <a href="#">Saudi Arabia</a> and <a href="#">Egypt</a> from <a href="#">Yemen's</a> civil war | Ended September 1964 |
| <a href="#">1964</a> | Ongoing | <a href="#">UN Peacekeeping Force in Cyprus</a>                                                  | UNFICYP | Prevent conflict between <a href="#">Greek</a> and <a href="#">Turkish Cypriots</a>                                      |                      |
| <a href="#">1965</a> | 1966    | <a href="#">Mission of the Representative of the Secretary-General in the Dominican Republic</a> | DOMREP  | Monitor situation caused by rival governments in <a href="#">Dominican Republic</a>                                      | Ended October 1966   |
| <a href="#">1965</a> | 1966    | <a href="#">UN India-Pakistan Observation Mission</a>                                            | UNIPOM  | Supervise India-Pakistan ceasefire outside of Kashmir                                                                    | Ended March 1966     |

### d. 1970s

| Start                | End     | Name                                            | Acronym | Purpose                                                                                         | Comment         |
|----------------------|---------|-------------------------------------------------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| <a href="#">1973</a> | 1979    | <a href="#">UN Emergency Force II</a>           | UNEF II | Supervise withdrawal of forces from Sinai after Egypt, <a href="#">Syria</a> and Israel battle. | Ended July 1979 |
| <a href="#">1974</a> | Ongoing | <a href="#">UN Disengagement Observer Force</a> | UNDOF   | Maintain ceasefire between Syria and Israel on the <a href="#">Golan Heights</a>                |                 |

|                      |         |                                             |                        |                                                                                                                                                                              |  |
|----------------------|---------|---------------------------------------------|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <a href="#">1978</a> | Ongoing | <a href="#">UN Interim Force in Lebanon</a> | <a href="#">UNIFIL</a> | Purpose: Supervise Israeli withdrawal from Lebanon. Keep the international peace and security, and help the Lebanese Government restore its effective authority in the area. |  |
|----------------------|---------|---------------------------------------------|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|

**e. 1980s**

| Start                | End  | Name                                                                | Acronym  | Purpose                                                                                       | Comment             |
|----------------------|------|---------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| <a href="#">1988</a> | 1990 | <a href="#">UN Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan</a> | UNGOMAP  | Enforce <a href="#">Afghanistan</a> and <a href="#">Pakistan</a> from mutual non-interference | Ended March 1990    |
| <a href="#">1988</a> | 1991 | <a href="#">UN Iran-Iraq Military Observer Group</a>                | UNIIMOG  | Supervise <a href="#">Iran-Iraq</a> ceasefire                                                 | Ended February 1991 |
| <a href="#">1989</a> | 1991 | <a href="#">UN Angola Verification Mission I</a>                    | UNAVEM I | Supervise withdrawal of <a href="#">Cuban</a> troops from <a href="#">Angola</a>              | Ended June 1991     |
| <a href="#">1989</a> | 1990 | <a href="#">UN Transition Assistance Group</a>                      | UNTAG    | Supervise <a href="#">Namibia</a> 's elections and transition to independence                 | Ended March 1990    |
| <a href="#">1989</a> | 1992 | <a href="#">UN Observer Group in Central America</a>                | ONUCA    | Monitor ceasefire in <a href="#">Nicaragua</a>                                                | Ended January 1992  |

**f. 1990s**

| Start                | End     | Name                                                                                | Acronym                             | Purpose                                                                                                                      | Comment                          |
|----------------------|---------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| <a href="#">1991</a> | 2003    | <a href="#">UN Iraq-Kuwait Observation Mission</a>                                  | UNIKOM                              | Enforce <a href="#">Kuwait</a> -Iraqi border after <a href="#">Gulf War</a>                                                  | Ended 2003                       |
| <a href="#">1991</a> | 1995    | <a href="#">UN Angola Verification Mission II</a>                                   | UNAVEM II                           | Enforce ceasefire in Angolan civil war                                                                                       | Ended February 1995              |
| <a href="#">1991</a> | 1995    | <a href="#">UN Observer Mission in El Salvador</a>                                  | ONUSAL                              | Enforce ceasefire in <a href="#">El Salvador</a> civil war                                                                   | Ended April 1995                 |
| <a href="#">1991</a> | Ongoing | <a href="#">UN Mission for the Referendum in Western Sahara</a>                     | MINURSO                             | Implement ceasefire and help promote referendum on area's future                                                             |                                  |
| <a href="#">1991</a> | 1992    | <a href="#">UN Advance Mission in Cambodia</a>                                      | UNAMIC                              | Prepare way for UN Transitional Authority in <a href="#">Cambodia</a>                                                        | Ended March 1992                 |
| <a href="#">1992</a> | 1995    | <a href="#">UN Protection Force</a>                                                 | UNPROFOR and UNPRODEP <sup>62</sup> | Protect area of <a href="#">Croatia</a> , <a href="#">Bosnia and Herzegovina</a> , and <a href="#">Republic of Macedonia</a> | restructured December 1995       |
| <a href="#">1992</a> | 1993    | <a href="#">UN Transitional Authority in Cambodia</a>                               | UNTAC                               | Assist reorganization of Cambodia                                                                                            | Ended September 1993             |
| <a href="#">1992</a> | 1993    | <a href="#">UN Operation in Somalia I</a>                                           | UNOSOM I                            | Enforce ceasefire, reorganized as Unified Task Force (UNITAF <sup>62</sup> )                                                 | Replaced March 1993 by UNOSOM II |
| <a href="#">1992</a> | 1993    | <a href="#">United Nations Observer Mission to Verify the Referendum in Eritrea</a> | UNOVER                              | Monitor referendum for independence of <a href="#">Eritrea</a> from <a href="#">Ethiopia</a>                                 | Ended April 1993                 |

<sup>62</sup> Não contabilizado como uma missão independente pelo Departamento de Operações de Apoio à Paz (DPKO), das Nações Unidas

|                      |         |                                                                                                   |            |                                                                                                                                                    |                                              |
|----------------------|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| <a href="#">1992</a> | 1994    | <a href="#">UN Operation in Mozambique</a>                                                        | ONUMOZ     | Monitor ceasefire in <a href="#">Mozambique's</a> civil war                                                                                        | Ended December 1994                          |
| <a href="#">1993</a> | 1995    | <a href="#">UN Operation in Somalia II</a>                                                        | UNOSOM II  | Stabilize Somalia and assist humanitarian efforts                                                                                                  | Ended March 1995                             |
| <a href="#">1993</a> | 1994    | <a href="#">UN Observer Mission Uganda-Rwanda</a>                                                 | UNOMUR     | To enforce ceasefire between <a href="#">Rwanda</a> and rebel group based in <a href="#">Uganda</a>                                                | Ended September 1994                         |
| <a href="#">1993</a> | Ongoing | <a href="#">UN Observer Mission in Georgia</a>                                                    | UNOMIG     | Enforce ceasefire between <a href="#">Georgia</a> and <a href="#">Abkhaz</a> separatists                                                           |                                              |
| <a href="#">1993</a> | 1996    | <a href="#">UN Observer Mission in Liberia</a>                                                    | UNOMIL     | Monitor ceasefire and elections in <a href="#">Liberia</a>                                                                                         | Ended September 1997                         |
| <a href="#">1993</a> | 1996    | <a href="#">UN Mission in Haiti</a>                                                               | UNMIH      | Stabilize <a href="#">Haiti</a> after coup overturned                                                                                              | Ended June 1996                              |
| <a href="#">1993</a> | 1996    | <a href="#">UN Assistance Mission for Rwanda</a>                                                  | UNAMIR     | Monitor ceasefire, and after <a href="#">Rwanda</a> genocide, to promote relief efforts                                                            | Ended March 1996                             |
| <a href="#">1994</a> | 1994    | <a href="#">UN Aouzou Strip Observer Group</a>                                                    | UNASOG     | Monitor <a href="#">Libya's</a> withdrawal from disputed territory given by <a href="#">International Court of Justice</a> to <a href="#">Chad</a> | Ended June 1994                              |
| <a href="#">1994</a> | 2002    | <a href="#">UN Mission of Observers in Tajikistan</a>                                             | UNMOT      | Monitor ceasefire in <a href="#">Tajikistan</a> civil war                                                                                          | Ended May 2000                               |
| <a href="#">1995</a> | 1997    | <a href="#">UN Angola Verification Mission III</a>                                                | UNAVEM III | Monitor ceasefire and disarmament                                                                                                                  | Ended June 1997, but follow-up mission MONUA |
| <a href="#">1995</a> | 1996    | <a href="#">UN Confidence Restoration Operation in Croatia</a>                                    | UNCRO      | Attempts to implement ceasefire                                                                                                                    | Ended January 1996                           |
| <a href="#">1995</a> | 1999    | <a href="#">UN Preventive Deployment Force</a>                                                    | UNPREDEP   | Replaced UNPROFOR in former Yugoslav Republic of Macedonia and monitored border with <a href="#">Albania</a> .                                     | Ended February 1999                          |
| <a href="#">1995</a> | 2002    | <a href="#">UN Mission in Bosnia and Herzegovina</a>                                              | UNMIBH     | Monitor human rights, demining, relief                                                                                                             | Ended <a href="#">31 December 2002</a>       |
| <a href="#">1996</a> | 1998    | <a href="#">UN Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja, and Western Sirmium</a> | UNTAES     | Supervises integration of region into Croatia                                                                                                      | Ended January 1998                           |
| <a href="#">1996</a> | 2002    | <a href="#">UN Mission of Observers in Prevlaka</a>                                               | UNMOP      | Monitor demilitarization of the <a href="#">Prevlaka</a> peninsula, Croatia                                                                        | Ended December 2002                          |
| <a href="#">1996</a> | 1997    | <a href="#">UN Support Mission in Haiti</a>                                                       | UNSMIH     | Modernize police and army of Haiti                                                                                                                 | Ended July 1997                              |
| <a href="#">1997</a> | 1997    | <a href="#">UN Verification Mission in Guatemala</a>                                              | MINUGUA    | Monitor ceasefire in <a href="#">Guatemala's</a> civil war                                                                                         | Ended May 1997                               |
| <a href="#">1997</a> | 1999    | <a href="#">UN Observer Mission in Angola</a>                                                     | MONUA      | Monitoring ceasefire and disarmament                                                                                                               | Ended February 1999                          |

|                      |         |                                                                             |         |                                                                                                  |                                                     |
|----------------------|---------|-----------------------------------------------------------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| <a href="#">1997</a> | 1997    | <a href="#">UN Transition Mission in Haiti</a>                              | UNTMH   | Help stabilize Haiti                                                                             | Ended November 1997                                 |
| <a href="#">1997</a> | 2000    | <a href="#">UN Civilian Police Mission in Haiti</a>                         | MIPONUH | Modernize Haiti's police forces                                                                  | Ended March 2000                                    |
| <a href="#">1998</a> | 1998    | <a href="#">UN Civilian Police Support Group</a>                            | UNPSG   | Monitor Croatian police                                                                          | Ended October 1998                                  |
| <a href="#">1998</a> | 2000    | <a href="#">UN Mission in the Central African Republic</a>                  | MINURCA | Maintaining security and stability in <a href="#">Central African Republic</a>                   | Ended February 2000                                 |
| <a href="#">1998</a> | 1999    | <a href="#">UN Observer Mission in Sierra Leone</a>                         | UNOMSIL | Monitor disarmament and demobilization in <a href="#">Sierra Leone</a>                           | Ended October 1999                                  |
| <a href="#">1999</a> | Ongoing | <a href="#">UN Interim Administration Mission in Kosovo</a>                 | UNMIK   | Exercise administrative authority, including administration of justice in <a href="#">Kosovo</a> | &nbsp;                                              |
| <a href="#">1999</a> | 2005    | <a href="#">UN Mission in Sierra Leone</a>                                  | UNAMSIL | Help stabilize and disarm Sierra Leone                                                           | Ended December 2005                                 |
| <a href="#">1999</a> | 1999    | <a href="#">UN Mission in East Timor</a>                                    | UNAMET  |                                                                                                  | Ended 1999, See UNTAET the follow-up mission.       |
| <a href="#">1999</a> | 2002    | <a href="#">UN Transitional Administration in East Timor</a>                | UNTAET  | Transition <a href="#">East Timor</a> to independence                                            | Ended May 2002. See UNMISSET the follow-up mission. |
| <a href="#">1999</a> | Ongoing | <a href="#">UN Organization Mission in Democratic Republic of the Congo</a> | MONUC   | Monitor ceasefire in <a href="#">Democratic Republic of the Congo</a>                            |                                                     |

**g. 2000s**

| Start                | End     | Name                                                            | Acronym  | Purpose                                                                                                                                                                     | Comment        |
|----------------------|---------|-----------------------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <a href="#">2000</a> | Ongoing | <a href="#">UN Mission in Ethiopia and Eritrea</a>              | UNMEE    | Enforce ceasefire between <a href="#">Ethiopia</a> and <a href="#">Eritrea</a>                                                                                              |                |
| <a href="#">2002</a> | 2005    | <a href="#">United Nations Mission of Support in East Timor</a> | UNMISSET | To ensure security and stability of the nascent state during the post-independence period.                                                                                  | Ended May 2005 |
| <a href="#">2003</a> | Ongoing | <a href="#">United Nations Mission in Liberia</a>               | UNMIL    | Oversee ceasefire and train national police.                                                                                                                                |                |
| <a href="#">2004</a> | Ongoing | <a href="#">United Nations Operation in Côte d'Ivoire</a>       | UNOCI    | Facilitate implementation of peace process                                                                                                                                  |                |
| <a href="#">2004</a> | Ongoing | <a href="#">United Nations Stabilization Mission in Haiti</a>   | MINUSTAH | Return stability to Haiti                                                                                                                                                   |                |
| <a href="#">2004</a> | Ongoing | <a href="#">United Nations Operation in Burundi</a>             | ONUB     | To help implement the <a href="#">Arusha accords</a>                                                                                                                        |                |
| <a href="#">2005</a> | Ongoing | <a href="#">United Nations Mission in the Sudan</a>             | UNMIS    | To support implementation of the Comprehensive Peace Agreement, perform certain functions relating to humanitarian assistance, and protection and promotion of human rights |                |

|                      |         |                                                                  |       |                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |
|----------------------|---------|------------------------------------------------------------------|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <a href="#">2006</a> | Ongoing | <a href="#">United Nations Integrated Mission in Timor-Leste</a> | UNMIT | To support the Government in consolidating stability, enhancing a culture of democratic governance, and facilitating political dialogue among Timorese stakeholders, in their efforts to bring about a process of national reconciliation and to foster social cohesion |  |
|----------------------|---------|------------------------------------------------------------------|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|